

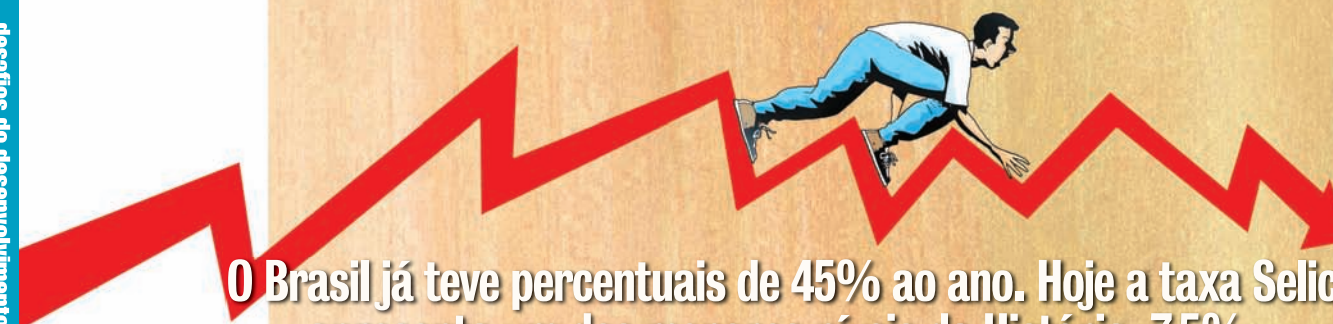
desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Como se define a taxa de juros

desafios do desenvolvimento



O Brasil já teve percentuais de 45% ao ano. Hoje a taxa Selic apresenta um dos menores níveis da História, 7,5%.
 Quais os parâmetros do Banco Central e qual a influência da atividade econômica para definir o custo do dinheiro?



A Livraria Ipea é um espaço onde podem ser adquiridas as publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e de instituições parceiras.

Com o objetivo de disseminar o conhecimento que os técnicos do Instituto produzem para aperfeiçoar o desenvolvimento do Brasil, a Livraria esteve presente em quase todos os estados brasileiros no ano passado, com estandes em eventos patrocinados pelo Ipea ou por outros órgãos federais e estaduais.

Na Livraria, é possível encontrar todas as mais recentes publicações do Ipea e encomendar as mais antigas. Caso queira conhecer os estudos produzidos no Instituto, acesse www.ipea.gov.br.

Livraria Ipea

Brasília (DF)
SBS - Qd. 1 - Bloco J - Ed. Ipea/BNDES - Térreo
Telefone (61) 3315-5336
E-mail: livraria@ipea.gov.br
Funcionamento: segunda a sexta-feira,
das 9h às 12h, e das 13h às 17h

em casa, ou pegue emprestado



Biblioteca

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcelo Côrtes Neri

<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia
CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pinell Alves,
Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira,
Fernanda Cristine Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia,
José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva,
Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Moraes, Marina Nery,
Murilo José de Souza Pires, Natália Fontoura, Pedro Cavalcanti,
Pêrsio Marco Antônio Davison

Redação

EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix
EDITORA DE ARTE Francielli Dayne Megel
REVISOR Daniella Cambaiva
RIO DE JANEIRO Marina Nery
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni
FOTOGRAFIA Sidney Murnieta e João Viana
CAPA Gilberto Maringoni

Colaboração

George da Guia

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão

Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea
PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80823-100 - Fone: (41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

Em outubro de 2012, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (Selic) para 7,25% ao ano. Em termos reais – descontada a inflação – o percentual corresponde a pouco mais de 2%, um dos menores indicadores da história.

A ousadia da medida – articulada a outras destinadas a reativar a economia – suscitou um intenso debate entre especialistas na matéria. Qual seria o patamar mínimo daquilo que em inglês pode ser chamado literalmente de “taxa de interesse”? Quais os riscos para um descontrole monetário que pode resultar na volta da inflação? A controvérsia é mais do que pertinente num país que já enfrentou, há pouco mais de uma década, taxas anuais de 45%.

O jornalista Marcel Gomes se colocou diante de um cipoal de indicadores e pontos de vista e trouxe ao leitor a reportagem de capa desta edição, um panorama amplo sobre as decisões que envolvem o preço do dinheiro no Brasil.

A edição apresenta também uma alentada entrevista com Marcelo Neri, presidente do **Ipea**, feita por Najla Passos. Um dos maiores especialistas brasileiros em questões sociais e combate à pobreza, Neri traça planos para a instituição e mostra otimismo com o futuro. Segundo ele, “o Brasil é muito mais o país que está fazendo uma revolução social do que um milagre econômico, como no passado”.

Ainda na pauta social, Igor Ojeda enfrentou um tema espinhoso: a reforma agrária. Ela teria saído da agenda nacional? Em busca de respostas, ele ouviu partes interessadas e estudiosos do tema, para mostrar ao leitor os aspectos econômicos, políticos e sociais da questão.

Espinhoso também é outro assunto que atormenta a vida dos brasileiros: a má qualidade e os altos preços da telefonia celular. Daniel Cassol passou semanas estudando o tema e realizando entrevistas para mostrar os impasses desse setor essencial para o desenvolvimento.

O aumento da renda e dos níveis de escolaridade da população tem uma de suas expressões na expansão do mercado editorial. Um de seus nichos que mais cresceu nos últimos anos foi o segmento de livros e revistas voltados para a história do Brasil. Ana Luiza Campregher Augusto e Pedro Henrique Lutti Lippe conversaram com jornalistas e historiadores em busca de uma explicação para o fenômeno.

A edição se completa matérias sobre as Conferências Estaduais do Desenvolvimento, o estreitamento das relações do Brasil com a África e uma matéria sobre a crise econômica que atingiu o Brasil após a Independência, em 1822, além de artigos e seções.

Boa leitura!

João Cláudio Garcia, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do desenvolvimento

Sumário

- Pág. 10 **Entrevista** – Marcelo Côrtes Neri
- Pág. 20 **Economia** – Qual o limite da taxa de juros?
- Pág. 30 **Telecomunicações** – Mau sinal: o que anda acontecendo com a telefonia celular no Brasil
- Pág. 40 **Política social** – Reforma agrária perde fôlego na agenda nacional
- Pág. 48 **História** contada por jornalistas
- Pág. 56 **História** – A grande crise da Independência
- Pág. 68 **Conferências estaduais** – Desenvolvimento regional, meta nacional
- Pág. 78 **Internacional** – Ponte sobre o Atlântico: os novos ventos do Sul

Seções

- 6 Giro Ipea
- 8 Giro
- 66 Perfil
- 88 Circuito
- 90 Observatório latino-americano
- 92 Estante
- 94 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

- Pág. 29 **Os 60 anos do BNDES e seu papel no desenvolvimento**
Karen Fernandez Costa
- Pág. 55 **O contencioso do algodão: conquista histórica em xeque**
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
- Pág. 77 **A nova lei de acesso à informação**
Fernanda da Silveira Campos
- Pág. 85 **Juventudes e periferias urbanas**
Adalberto de Salles Lima
- Pág. 86 **Economia solidária: para além do trabalho assalariado**
Camila Amaral Pereira
- Pág. 87 **Serviços ambientais: corrigindo falhas de mercado**
Julianne Naporano Archipavas



Educação

Texto do Ipea pauta redação do Enem



Dreamstime

Um dos textos que embasaram o tema da prova de redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) foi retirado do Portal **Ipea**. Trata-se do *Trilha da costura: flexibilidade laboral ou escravidão*, de autoria de Rafael de La Torre Oliveira, psicólogo graduado pela Universidade Cruzeiro do Sul e especialista em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde do Estado de São Paulo.

O texto é um dos artigos selecionados para a Conferência do Desenvolvimento (Code/ **Ipea**), ocorrida em novembro de 2011, em Brasília. Ele aborda a situação dos imigrantes bolivianos, mais de 3 milhões no mundo.

A redação do Enem, feita por 4,17 milhões de estudantes, teve como tema o movimento migratório para o Brasil no século XXI.

Economia

Classe média da América Latina cresce 50%

A América Latina e o Caribe registraram, na última década, um salto de 50% no número de pessoas que integram a classe média – de 103 milhões em 2003 para 152 milhões em 2009. Os dados estão no relatório *Mobilidade Econômica e a Ascensão da Classe Média Latino-Americana*, do Banco Mundial, divulgado na sede do **Ipea**, em Brasília.

Durante décadas, a redução da pobreza e o crescimento da classe média na América Latina e no Caribe (ALC) avançaram em ritmo lento por causa do baixo crescimento econômico e da persistente desigualdade social. Nos últimos dez anos, no entanto, a renda apresentou uma significativa melhora na região devido a mudanças nas políticas governamentais que enfatizaram a criação de programas sociais e a estabilidade econômica.

O resultado foi que o segmento representa 30% da população da região em 2009. Entre os países com melhor desempenho estão o Brasil,

que compreendeu cerca de 40% do crescimento de classe média na América Latina; a Colômbia, onde 54% das pessoas melhoraram sua situação econômica no período de 1992 a 2008; e o México, que viu 17% da sua população ingressar na classe média entre 2000 e 2010. Hoje, a classe média e os pobres respondem por parcelas quase iguais da população da região, segundo o relatório.

O lançamento do estudo foi realizado simultaneamente em Brasília, Bogotá (Colômbia) e Washington (Estados Unidos).



Dreamstime

Desenvolvimento

Ipea e ABDI lançam Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho



Dreamstime

O **Ipea** e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram a Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho, que vai unir instituições de pesquisa, governo e setor privado na qualificação de recursos humanos para suprir as

demandas de mão de obra especializada. Trata-se de um grupo para investigar as necessidades de recursos humanos qualificados no Brasil.

O grupo promoverá um intercâmbio técnico-científico entre os envolvidos, além de produzir dados e análises para o planejamento das políticas de formação e emprego.

A rede será coordenada pelo **Ipea** e pela ABDI – vinculados à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente –, e terá participação inicial dos ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, além da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Meio ambiente

Relatório analisa efeito estufa



Dreamstime

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizou o pré-lançamento do Relatório sobre as Emissões Excedentes de Gases de Efeito Estufa em diferentes países. No Brasil, a apresentação foi feita na sede do **Ipea**, em Brasília.

O estudo do PNUMA mostra diferentes cenários de padrões de emissão futuros e analisa as disparidades entre os compromissos assumidos por governos para reduzir as emissões e o que seria necessário para manter o aumento global da temperatura abaixo dos 2°C até 2020.

Os autores de um dos capítulos do relatório, os técnicos de planejamento e pesquisa do **Ipea**, Jorge Hargrave e Ronaldo Seroa da Motta, apresentam medidas que os países

podem implementar para alcançar os níveis desejados de emissões. O documento também analisa a experiência brasileira de combate ao desmatamento, indicando que ela pode servir de exemplo em outras partes do mundo.

Segundo Hargrave, somente dois países conseguiram obter sucesso na redução do desmatamento: Costa Rica e Brasil, que reduziu 75% do desmatamento na Floresta Amazônica desde 2004.

Atualmente, são emitidas por ano na atmosfera terrestre 49 gigatoneladas de gases que provocam o efeito estufa. A meta do PNUMA é que, até 2020, essas emissões sejam reduzidas para 44 gigatoneladas. Porém, a estimativa é de que, se medidas eficazes não forem adotadas, essas emissões cheguem a 52 gigatons por ano.

O relatório está disponível no endereço www.ipea.gov.br

Trânsito

Lei da Cadeira reduz acidentes

O número de mortes de crianças com até dez anos em acidentes de trânsito diminuiu 23%, de acordo com avaliação elaborada pelo **Ipea** a partir de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

A pesquisa do Instituto relacionou os dados do SIM de 2009, 2010 e 2011. Entre setembro de 2009 e agosto de 2010, o número de mortes foi 296. De setembro de 2010 a agosto de 2011, caiu para 227.

Nos quatro anos antes de a Lei da Cadeira entrar em vigor, em setembro de 2010, o número de mortes de crianças em acidentes de trânsito crescia gradualmente. Entre setembro de 2005 e agosto de 2006, o total

era 238. Três anos depois, chegou a 296.

De acordo com a avaliação, as principais vítimas são crianças com até dois anos.

A Lei da Cadeira obriga o uso desse dispositivo em automóveis. Bebês de até 12 meses devem ser transportados no bebê-conforto. Entre um e quatro anos, crianças devem viajar em cadeirinhas e de quatro a sete anos e meio, o ideal é que usem assento elevatório. Crianças com idade superior a sete anos e meio devem usar cinto de segurança do veículo.



Dreamstime

Produtividade

Tendências do mercado de trabalho



Dreamstime

Foi realizado na sede do **Ipea**, em Brasília, o seminário *Formação e Mercado de Trabalho*, em que se discutiram temas como qualificação profissional, tendências do mercado e indicadores de produtividade.

O debate faz parte do lançamento da rede de pesquisa sobre o tema, do qual participam o **Ipea**, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Educação (MEC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O técnico do **Ipea** Divonzir Gusso enfatizou as variações regionais na dinâmica do emprego e os novos modos de crescimento do setor terciário. Segundo ele, efeitos combinados de expansão do agronegócio, de desconcentração de investimentos e do crescimento industrial, somados às novas frentes de expansão do turismo e à nova configuração do mercado nacional determinaram variações importantes nos ritmos de crescimento do emprego fora dos eixos metropolitanos tradicionais.

O seminário abordou ainda temas como qualificação profissional e competências cognitivas no mercado de trabalho brasileiro, bem como o comportamento da demanda e oferta por profissões de nível superior no país.

Equador

BNDES investe em energia elétrica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou em novembro autorização de financiamento de US\$ 90,2 milhões com o governo equatoriano para a construção da hidrelétrica de Manduriacu.

O valor corresponde a 72% do total da obra, estimada em US\$ 124,8 milhões. O projeto será realizado pela brasileira Odebrecht com supervisão da estatal Celec-EP (Corporación Eléctrica del Ecuador). A capacidade da usina será de 60 MW.

Trata-se do primeiro financiamento de um projeto feito pelo BNDES no país desde 2008, quando a qualidade das obras da hidrelétrica de San Francisco, a cargo da mesma Odebrecht, foi questionada pelo governo local. O caso foi à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), em Paris. A obra deveria ter sido entregue em 2007, mas só foi concluída em 2010, depois que a Odebrecht entregou novas turbinas.

O Equador quer atrair empresas brasileiras para atuar em um conjunto de projetos previsto para os próximos anos, em áreas como infraestrutura e energia.

Agricultura

Brasil pode duplicar área de agricultura irrigada

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, afirmou que a área irrigada no Brasil pode dobrar nos próximos cinco ou seis anos, em processo impulsionado pela nova lei nacional de irrigação (se aprovada pelo Congresso Nacional) e pelas medidas de estímulo ao setor anunciadas pelo governo federal.

Tendo isso em vista, em novembro, o governo federal anunciou o programa “Mais Irrigação”, que terá investimentos de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões de recursos públicos e R\$ 7 bilhões da iniciativa privada.

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento da agricultura familiar e da economia regional de forma sustentável, além de gerar emprego e renda, por meio de parcerias público-privadas.

Mais de 530 mil hectares de terra em 16 estados serão contemplados pela medida, sendo nove estados da região Nordeste, três do Centro-Oeste e dois do Norte (Roraima e Tocantins), além de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Dados da Agência Nacional de Águas (ANA) apontam que, atualmente, existem apenas cinco milhões de hectares de agricultura irrigada no Brasil, sendo que o país tem potencial de 27 milhões de hectares para essa atividade. O novo marco regulatório permite que o governo federal invista em infraestrutura para as áreas de irrigação, como energia e estradas, para escoar a produção, segundo Bezerra.

Competitividade

Tecnologia para pequenas e médias empresas



O documento *Perspectivas Econômicas da América Latina, Políticas de Pequena e Média Empresa (PMEs) para Mudança Estrutural*, divulgado em novembro, conclui que o incentivo à internacionalização e acesso a tecnologias para melhoria da competitividade de pequenas e médias empresas é essencial para o desenvolvimento.

O estudo foi elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) em parceria com a Central de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo o documento, somente 12% do crédito total da região se destina a PMEs, enquanto que os países da OCDE recebem 25%. A mesma desvantagem se repete em relação ao crédito. Na América Latina, o custo de capital para as pequenas é o dobro do das grandes companhias.

Há ainda outras diferenças no acesso às tecnologias. Na Argentina, por exemplo, somente 49% das pequenas empresas têm página na internet, em comparação a 83% das grandes. Quanto ao acesso à internet de alta velocidade, observa-se que, enquanto a banda larga de 1 megabyte custa 5 centavos de dólar na Coreia do Sul ou US\$ 5 na Europa, na América Latina, o preço chega a US\$ 25.

As PMEs representam 99% de todas as empresas da região e empregam 67% de todos os trabalhadores.

Nordeste

Governo regulamenta Fundo de Desenvolvimento



O governo divulgou em novembro decreto que regulamenta a criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE).

O FNDE terá dotação orçamentária com a “finalidade de assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas”, diz o texto.

Em princípio, o FNDE terá como remuneração básica 2% do valor de cada liberação de recursos para a Sudene. O Banco do Nordeste será o operador do fundo.

O FNDE poderá assumir contratos da Sudene posteriores a 3 de abril de 2012. Operações anteriores a essa data terão que receber autorização do Ministério da Fazenda.

Infraestrutura

Aumenta o financiamento

O superintendente da área de infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Fontes Siffert Filho, informou que os investimentos feitos pela instituição para a área de infraestrutura devem somar R\$ 60 bilhões em 2012, um acréscimo de cerca de 20% em relação ao valor observado no ano anterior.

As liberações totais incluem as áreas de energia, logística, telecomunicações, projetos de infraestrutura social (como saneamento) e urbana, além de equipamentos via BNDES/ Finame (linha voltada para compra de máquinas e equipamentos). “Isso representa em torno de 40% do orçamento do banco previsto para 2012”, acrescentou ele.

Segundo o executivo, somente projetos de energia e de logística devem somar R\$ 23,5 bilhões em 2012, acima dos

R\$ 19 bilhões contabilizados em 2011.

O BNDES

anunciou também a aprovação de financiamento de R\$ 22,5 bilhões para a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). Os recursos foram aprovados para o consórcio Norte Energia AS, responsável pelo empreendimento.

O valor do crédito corresponde a quase 80% do total do custo do empreendimento, calculado em torno de R\$ 28,9 bilhões. Este é o maior valor liberado na história do banco para um único projeto. Até então, o maior financiamento havia sido para a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, no valor de R\$ 9,7 bilhões.



Meio-Ambiente

Ibama aprova megaporto no sul da Bahia

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprovou a construção do Porto Sul, megacomplexo que será construído em Ilhéus, no sul da Bahia. Com investimentos estimados em R\$ 3,5 bilhões e área de 1,8 mil hectares, o Porto Sul é terá como objetivo viabilizar o escoamento de minério do sertão baiano, por ser o destino final da Ferrovia de Integração

Oeste-Leste (Fiol), malha que está sendo construída pela estatal Valec.

Para liberar a licença, o Ibama impôs ao governo baiano e à Bamin (Bahia Mineração) o atendimento a 19 ações compensatórias, além da implantação de 34 programas ambientais. Entre essas medidas, estão projetos como o tratamento de resíduos sólidos, o incentivo à atividade pesqueira, a proteção à fauna terrestre e um programa de

prevenção à

exploração

sexual na

região. O início

efetivo das obras depende agora da comprovação de atendimento às condicionantes. A licença tem dois anos de validade.

A previsão é de que a construção do Porto Sul gere cerca de 2,6 mil empregos diretos no augas das obras.



Marcelo Neri, presidente do Ipea

“Reduzimos a pobreza e ajudamos a manter a economia girando. O desafio agora é que as pessoas sejam mais protagonistas de suas vidas”

Najla Passos – de Brasília



A visão privilegiada da Esplanada dos Ministérios impressiona quem frequenta o gabinete da presidência do **Ipea**, no 15º andar do edifício-sede, em Brasília. Não foi diferente com Marcelo Neri, que assumiu o comando do órgão em setembro. Para ele, entretanto, mais do que um deleite visual, o cenário que a janela descortina é a metáfora perfeita sobre a verdadeira missão do **Ipea**: ajudar o país no desenho, na avaliação e nos debates sobre políticas públicas. Com as diretorias já definidas e a transição caminhando para o fim, Neri mira como uma das suas metas principais as comemorações dos 50 anos do órgão, em 2014. É justamente o ano que o país dará uma mais uma virada importante, segundo o economista: a da superação da miséria no seu sentido mais amplo. Superação que em tudo está relacionada com os avanços que ele, como pesquisador, vem registrando nos últimos anos: a redução da pobreza, a queda na desigualdade de renda, a emergência de uma nova classe média. Enfim, a melhoria dos indicadores sociais do país. Com a palavra, Marcelo Neri.

Desenvolvimento – Antes de assumir o Centro de Políticas Sociais da FGV, há 12 anos, o Sr. foi técnico de planejamento e pesquisa do Ipea. Nesse retorno, que diferenças encontrou?

Marcelo Neri – O **Ipea** cresceu muito neste período e as atividades se multiplicaram. Isso tem um benefício, porque você ganha nas frentes, mas também perde um pouco o foco. O desafio, então, é fazer bem aquilo que você faz. E é isso que estamos tentando, ao juntar os dois lados do **Ipea**, que é, ao mesmo tempo, uma usina de ideias e uma plataforma de políticas públicas.

Desenvolvimento – Que mudanças o Sr. já fez no Ipea? Qual a pauta agora?



Julio Viana/Ipea

Marcelo Neri – Aqui no **Ipea**, temos heterodoxos, liberais e uma riqueza de visões de mundo. Temos de transformar isso em virtude. Essas diferenças e essa diversidade dentro de cada diretoria têm o objetivo, sempre, de contribuir para as políticas públicas do país.

Desenvolvimento – O Sr. aponta a formação de uma nova classe média no país, nos últimos anos. Quem seria essa nova classe média brasileira?

Marcelo Neri – É um assunto polêmico. A classe média que a gente descreve nos estudos e nos livros não é uma classe média

Perfil

Marcelo Côrtes Neri é um economista que lida com temas variados. “Minha especialização é mais metodológica do que temática”, explica. Mas seu foco é produzir conhecimento sobre a vida da população brasileira, em temas como distribuição de renda, pobreza e estratificação social, dentre outros. “Assuntos vivos, contemporâneos”, como ele mesmo esclarece.

Neri cursou graduação e mestrado na PUC-RJ. Foi professor da Universidade Federal Fluminense e técnico de planeja-

mento e pesquisa do Ipea. Fez doutorado na Universidade de Princeton (EUA). Na volta ao Brasil, foi convidado a criar e dirigir o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio, onde atuou nos últimos 12 anos. “A academia costuma ser muito elitista, mas sempre tivemos a preocupação de falar com o João da Silva”, ressalta. Desde setembro, Marcelo Neri é presidente do Ipea. Nesta entrevista, ele fala de sua visão de alguns dos problemas sociais brasileiros e de seus planos para a instituição.

americana ou uma classe média europeia, que muitas vezes habita o imaginário. É uma classe média brasileira e uma classe média mundial, no sentido que, se você olhar a distribuição de renda brasileira, percebe que o Brasil é uma espécie de maquete do mundo. A desigualdade brasileira, que já é muito grande, é um pouco menor do que a mundial. Então, nós dividimos a sociedade em três pedaços que fossem os mais homogêneos dentro de si e os mais heterogêneos entre si. E, fazendo isso, deu esse grupo, que era 37%, em 2003, e, hoje, já passou dos 50% da população.

Desenvolvimento – E é realmente possível que mais 12 milhões de brasileiros ingressem nesta classe média até 2014?

Marcelo Neri – É a nossa projeção. Serão 12 milhões de pessoas a ingressar na classe média, fora os 7,7 milhões que subirão para a classe AB que, na verdade, é a que mais está crescendo agora. Logo, nós falaremos de uma nova classe AB como, nos últimos anos, falamos da C.

Desenvolvimento – Até que ponto essa ascensão é sustentável?

“A classe média que a gente descreve nos estudos e nos livros não é uma classe média americana ou uma classe média europeia, que muitas vezes habita o imaginário. É uma classe média brasileira. A desigualdade brasileira, que já é muito grande, é um pouco menor do que a mundial”

Marcelo Neri – A principal protagonista é a renda do trabalho, que resulta da redução do desemprego e do aumento do salário. Principalmente do emprego com carteira, que é o símbolo dessa nova classe média. O nosso estudo se chama “A nova classe média, o lado brilhante dos pobres”. E por que “o lado brilhante dos pobres”? Porque um fato surpreendente é que esta nova classe média é mais sustentável do que acreditávamos: boa parte do crescimento da renda do brasileiro se deu por renda do

trabalho, ou seja, três quartos da renda e 58% da queda da desigualdade.

Desenvolvimento – E quanto à desigualdade, quais as projeções?

Marcelo Neri – Há muitos anos, o Brasil foi apelidado de Belíndia, que comporta uma pequena e rica Bélgica e grande e pobre Índia. A citação continua atual, não só porque a desigualdade continua, mas porque o lado indiano do Brasil está crescendo muito mais do que o belga. Por exemplo, os 10% mais pobres melhoraram de vida 550% mais rápido do que os 10% mais ricos, durante uma década inteira. E este processo continua. Por outro lado, o abismo entre pobres e ricos está caindo. Se você pegar o estado mais pobre do país há

12
milhões de

pessoas devem ingressar na classe média até 2014 no Brasil

oito anos, que era o Maranhão, verá que ele cresceu 46%. Já a renda de São Paulo, o mais rico pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), cresceu 7,2%. A renda no Nordeste cresceu 42%. No Sudeste, 16%. Na área rural, 49%. O Brasil que prospera é o Brasil que tinha ficado para trás. É o Brasil do campo, do negro, da periferia. Isso foi de alguma forma até captado por algumas novelas, como *Avenida Brasil* e *Cheia de Charme* quando falam das “empreguetes”.

Desenvolvimento – A vida dos brasileiros que vivem no campo também está melhorando?

Marcelo Neri - Sim, mas, neste caso, mais por conta do efeito das transferências. Por exemplo, na década de 1980, 81% da renda de quem morava do campo vinha do trabalho. Hoje, são 66%. Então, no campo, é importante buscar maior sustentabilidade desse crescimento.

Desenvolvimento - Falta reforma agrária?

Marcelo Neri - Eu não fiz um estudo aprofundado sobre isso. É um tema

“A principal protagonista da ascensão social dos últimos anos é a renda do trabalho, que resulta da redução do desemprego e do aumento do salário. Principalmente do emprego com carteira assinada, que é o símbolo dessa nova classe média”

Desenvolvimento - Qual o papel da educação para alavancar este modelo de desenvolvimento em curso no país?

Marcelo Neri - A educação tem papel central, é a mãe de todas as políticas públicas. No Brasil, o que acontece com a educação é um pouco o que acontece com a desigualdade, com a informalidade e com uma série de problemas. A fotografia ainda é muito ruim, porém menos ruim do que era há dez ou 15 anos. O Brasil é um dos países que faz o *Programme for International Student Assessment* (PISA),



João Viana/ipea

delicado, complexo, que eu prefiro não entrar muito. Mas a renda do trabalho no campo não cresceu tanto. A renda dos programas sociais desempenha um papel mais importante.

Desenvolvimento - Nesse quadro, é possível pensar na erradicação da miséria no Brasil, em curto prazo?

Marcelo Neri - É um quadro bem difícil. Eu diria que a superação da extrema pobreza, no sentido exato do termo, é mais um norte a ser seguido. É uma meta válida, importante, mas é uma espécie de “Santo Graal”, que você nunca vai alcançar. Entretanto, é uma busca nobre, que enriquece a sociedade.

uma avaliação de proficiência sobre o desempenho dos alunos aplicada em 67 países, a maioria desenvolvidos. Está em 54º lugar, mas é um dos três onde a proficiência está crescendo mais. O nível é baixo, mas o progresso é forte. Outro dado importante é que o brasileiro está dando mais importância à educação. Era a

sétima prioridade e, agora, já é a segunda. Em 1970, cada mulher brasileira tinha 5,7 filhos. Hoje, tem 1,9. E por uma escolha, não por políticas artificiais como na China. E essas crianças passaram a ir para a escola. Em 1990, 16% das crianças estavam fora da escola. Hoje, menos de 2%. Você pode até dizer que o Brasil virou um país normal. É verdade, mas isso é uma revolução em si. Não é que a gente foi para o céu, mas a gente estava no inferno. De certa forma, as estatísticas sociais estão para o Brasil como as estatísticas econômicas estão para a China. O Brasil ainda tem indicadores sociais muito fracos, mas com uma taxa de progresso bastante expressiva.

“Nosso objetivo não é só falar com o João da Silva, mas também com o John Smith.

O Brasil tem uma marca importante, uma espécie de soft power, que é um poder que não se aproxima da Índia ou da China em termos econômicos, mas que o credencia a ser ouvido internacionalmente pelo seu papel moderador, muito bem representado pela diplomacia brasileira”

Desenvolvimento – Então, o Sr. avalia que o modelo de desenvolvimento brasileiro está funcionando. E ele coloca, de fato, o país em uma posição confortável para enfrentar a crise econômica mundial?

Marcelo Neri – Este modelo se mostrou bom, e até está sendo copiado. Eu tive a oportunidade, nos últimos três anos, de ir a todas as reuniões dos Brics (grupo de países emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e conversar com os chineses. Eles querem entender o que está acontecendo no Brasil, como

cresce este mercado interno, que é fruto da redução da desigualdade. Tem um paradoxo no Brasil que é o seguinte: este será um ano complicado para a economia por causa do PIB. As previsões do Banco Central apontam que o produto vai crescer 1,6% e o PIB *per capita*, 0,6%. Agora, uma pesquisa que lançamos sobre renda

inclusiva mostra que a renda do trabalho *per capita* está crescendo a 4,6% ao ano. Então, a vida das pessoas está melhorando mais do que o PIB reflete. Na época do regime militar, se dizia que, se o país vai bem, o povo vai mal. Agora, o povo está indo melhor do que a economia, pelo menos do que o PIB, que é o seu principal



João Viana/Agência



João Viana/Agpa

indicador. O Brasil é muito mais o país que está fazendo uma revolução social do que um milagre econômico, como no passado. E mais importante do que a riqueza das nações, é o brilho nos olhos do brasileiro. Quanto à crise, o Brasil escolheu o caminho do meio, da moderação e da esperança. A gente respeita os contratos, controla o déficit público, faz as metas de inflação, mas tem uma política social ativa. Não é o Consenso de Washington, mas também não o que se faz na Venezuela. O caminho do meio tem funcionado relativamente bem para as pessoas, e é a nossa escolha. E não estou nem dizendo,

4,6%

é a taxa anual

de crescimento da renda do trabalho
per capita

como economista, que é a melhor escolha. Mas vivemos em uma democracia e esta é a escolha política que os governos têm

feito democraticamente, e o brasileiro, na sua vida, tem feito também.

Desenvolvimento – O Brasil pode chegar a ostentar um crescimento igual ou superior aos da China ou da Índia?

Marcelo Neri – Eu acho que não. A quantidade de crescimento da China e da Índia é muito maior do que a nossa. Mas a qualidade do crescimento brasileiro é melhor, na medida em que temos um crescimento mais equitativo e que beneficia mais a população.

Desenvolvimento – As pesquisas apontam que o brasileiro é otimista por natureza, a ponto de esse otimismo prejudicar seus investimentos em poupança. Como se dá isso?

“Nos últimos anos, nós levamos os pobres aos mercados, reduzindo a pobreza de várias formas e ajudando a manter as rodas da economia girando. Agora, falta darmos mercado e Estado aos pobres. O desafio, de maneira geral, é que as pessoas sejam mais protagonistas de suas vidas”



João Viana/Ipea

Marcelo Neri – Há uma pesquisa recente do Ipea que confirma este otimismo, muito similar a sondagens internacionais, feitas pelo Instituto Gallup, que a gente processou. Todas elas apontam que o Brasil é o país do mundo onde as pessoas dão a melhor nota sobre sua satisfação com sua vida no futuro. E isso ajuda a entender por que a taxa de poupança no Brasil é tão baixa (um quarto da taxa de poupança familiar dos chineses, por exemplo) e por que a taxa de juros aqui é tão alta (senão o sujeito antecipa o futuro de uma maneira irresponsável). Agora, o otimismo não é uma qualidade, mas um atributo do brasileiro. E há certa dissonância aí. Quando se pergunta para o brasileiro qual a nota para o conjunto do país nos cinco anos seguintes, é bem menor.

Desenvolvimento – Então, o brasileiro é otimista quanto à sua vida, mas nem tanto quanto ao futuro do país?

Marcelo Neri – Esses dados ajudam a entender o que se pode chamar de “jabu-

“O Brasil escolheu o caminho do meio, da moderação e da esperança. A gente respeita os contratos, controla o déficit público, faz as metas de inflação, mas tem uma política social ativa.

Não é o Consenso de Washington, mas também não o que se faz na Venezuela”

ticabeira brasileira”: aqueles problemas que só têm no Brasil estão associados a essa dissonância de como a pessoa vê a vida dele e como ele vê o conjunto do país. Os grandes problemas brasileiros são problemas coletivos, problemas de relacionamento entre as pessoas, que estão ligados à ação coletiva, como era a inflação e ainda é a desigualdade. No caso da inflação, o pensamento era “eu reajusto meu preço, o outro reajusta o dele”. E todo

mundo terminava com inflação alta. Mas conseguimos parar com isso. No da desigualdade, é algo do tipo “não me importo muito com o outro, se eu tenho uma renda 50 vezes maior do que a dele”. Mas isso também está mudando, sinal de que estes problemas coletivos estão sendo tratados.

16%
das crianças

estavam fora da escola no ano de 1990, hoje a taxa é de menos de 2%

Desenvolvimento – Falando um pouco sobre o Ipea, quais as principais publicações previstas para o período?

Marcelo Neri – Nosso grande desafio é o *Brasil em Desenvolvimento*. O tema chave

deste ano é a questão da territorialidade, uma pauta transversal, que aproveita um pouco a safra do censo demográfico para avaliar como se deu o avanço na última década. Também já definimos o tema do ano seguinte, que é importante anunciar com antecedência para as pessoas colocarem nos seus planos de trabalho. Será sobre as contribuições do Ipea às políticas públicas, no âmbito das celebrações dos 50 anos da entidade, em 2014. O Ipea também tem realizado trabalhos de campo, como

em inglês em particular, que é um esforço grande de falarmos com mundo. Uma janela importante para o mundo ver o Brasil e para o Brasil observar o mundo. E ainda no âmbito externo, estamos com programa de bolsas para vários países latino-americanos.

Desenvolvimento – Então, o programa de internacionalização do Ipea caminha bem?

Marcelo Neri – Exatamente. Nosso objetivo não é só falar com o João da Silva, mas

Marcelo Neri – A ideia é fazer um jubileu o ano inteiro. Queremos pautar ações que propiciem reflexões sobre a missão do Ipea. Com o que o Ipea, nas diferentes áreas, já contribuiu e com o que pretende contribuir para o país. O interessante é que nós temos o costume de observar essa metáfora das décadas, mas se a gente for ver as transições, as mudanças fortes no Brasil, elas sempre ocorreram em anos terminados em quatro. Em 1964, ano em que o Ipea foi criado, tivemos o golpe militar. Em 1974, foi quando o governo perdeu as eleições e começou a distensão lenta, gradual, cujo ápice foi 1984, com o movimento Diretas Já. Em 1994, conseguimos a estabilização econômica. E 2004 foi o momento onde se conjugou crescimento, geração de emprego com carteira e redução da desigualdade.

“Há muitos anos, o Brasil foi apelidado de Belíndia, que comporta uma pequena e rica Bélgica e grande e pobre Índia. A citação continua atual, mas o lado indiano está crescendo muito mais do que o belga. O Brasil que prospera é o Brasil que tinha ficado para trás”

Desenvolvimento – E qual a grande transição prevista para 2014?

Marcelo Neri – De alguma forma, há uma meta importante de superação de pobreza que, em minha opinião, não significa a erradicação da miséria no país, mas acontece quando você empodera as pessoas em um sentido mais pleno. Por que nos últimos anos, nós levamos os pobres aos mercados, reduzindo a pobreza de várias formas e ajudando a manter as rodas da economia girando. Agora, falta darmos mercado e Estado aos pobres. O desafio, de maneira geral, é que as pessoas sejam mais protagonistas de suas vidas. **U**

pesquisas sobre percepções da realidade. Se por um lado o nosso objetivo é melhorar a oferta de políticas públicas feitas pelos Ministérios e demais órgãos, por outro é importante ouvir às demandas da população. Agora, no sentido mais amplo da palavra *publicações*, que é o de tornar público, nós tivemos as Conferências do Desenvolvimento, realizadas nas 27 unidades da federação. Também estamos com uma linha importante em língua estrangeira,

também com o John Smith. O Brasil tem uma marca importante, uma espécie de *soft power*, que é um poder que não se aproxima da Índia ou da China em termos econômicos, mas que o credencia a ser ouvido internacionalmente pelo seu papel moderador, muito bem representado pela diplomacia brasileira.

Desenvolvimento – E a programação para os 50 anos do Ipea, já está definida?

João Viana/Ipea



**O Brasil cresceu
porque a pobreza
diminuiu.**

**Já pensou quando
acabarmos, de vez,
com a miséria?**

O Plano Brasil Sem Miséria vai permitir que os 16 milhões de brasileiros que ainda estão na pobreza extrema tenham acesso a um padrão mínimo de renda, a bens e serviços públicos, ao emprego, à produção e aos mercados. Para atingir a sua meta, o governo federal está montando o mais completo mapa da pobreza no Brasil. E também está desenhando um mapa nacional de oportunidades, identificando os meios mais adequados e eficientes de fazer estas pessoas melhorarem de vida. Assim, o Plano Brasil Sem Miséria vai fazer de seus três eixos - renda, inclusão produtiva e serviços públicos - aceleradores do crescimento do Brasil. E, de seus beneficiários, brasileiros mais atuantes e produtivos.

PLANO
BRASIL SEM MISÉRIA

Acesse o site www.brasilsemmiseria.gov.br e informe-se mais sobre o plano. Participe.

Qual o limite da taxa de juros?

Marcel Gomes – de São Paulo



Diante de novas turbulências na economia internacional e da retração de mercados consumidores no exterior, o governo brasileiro promoveu ao longo dos últimos meses algumas correções de rota na política econômica. A marca mais visível foi a queda das taxas de juros ao patamar mais baixo da história recente. No entanto, outras variáveis, como o regime de metas de inflação e o câmbio, também apresentam nuances em relação a períodos anteriores, diante de uma meta prioritária: reativar a economia



Entre agosto de 2011 e outubro de 2012, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) realizou um longo ciclo de redução da taxa básica de juros da economia, a Selic, com dez cortes consecutivos, até que o histórico patamar de 7,25% fosse atingido. A nova taxa, que segue em vigor, é baixíssima para os padrões brasileiros, mas ainda elevada, segundo o cenário internacional.

Mesmo assim, o movimento gerou efeitos profundos em nossas relações econômicas internas: instituições financeiras foram pressionadas a reduzir juros cobrados de clientes, aplicadores a diversificarem investimentos, o governo federal viu cair o gasto com o financiamento da dívida pública, e até empresários puderam recalcular, para cima, a rentabilidade de novos projetos, diante da queda do custo do capital.

Mas o ciclo de corte da Selic também suscitou dúvidas sobre sua sustentabilidade. Não foram poucos os economistas e comentaristas na mídia que questionaram a viabilidade de mantermos uma taxa em níveis historicamente baixos, sob uma inflação que insiste em se posicionar, desde 2010, acima do centro da meta do IPCA – que é de 4,5%, com margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

Afinal de contas, um país que já foi viciado em inflação alta não estaria pondo em risco a estabilidade monetária conquistada a duras penas? – é pergunta recorrente.

A taxa de juros desperta todo esse interesse porque ela é o instrumento central do regime de metas de inflação, adotado pelo país desde 1999, ano da maxidesvalorização do real. Através dela, os técnicos conseguem aproximar o crescimento projetado ao crescimento potencial de um país, evitando que eventuais gargalos reflitam na evolução dos preços.

Oficialmente, o regime não prevê metas para o câmbio e crescimento econômico, que, no entanto, são considerados na construção do cenário prospectivo para a inflação – e, assim, na definição da Selic.

Não foram poucos os economistas e comentaristas na mídia que questionaram a viabilidade de mantermos uma taxa em níveis historicamente baixos, sob uma inflação que insiste em se posicionar, desde 2010, acima do centro da meta do IPCA – que é de 4,5%, com margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo

O problema é que apesar da existência de muitas equações econômicas para auxiliar o cálculo da taxa de juros, elas sempre possuem um grau de incerteza. As decisões dependem da estimativa de variá-

veis sujeitas a fatores políticos, comerciais, climáticos, entre tantos outros, nacionais e internacionais.

“Administrar tudo isso não é fácil. As incertezas são muitas, e o Banco Central precisa agir como um bom cozinheiro que tem de acertar o tempero, pôr sal, pimenta, mas sem deixar picante demais e estragar o sabor da comida”, compara o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que considera até aqui positivo o esforço da autoridade monetária para baixar os juros.

MOVIMENTO NATURAL Ciente da importância de legitimar tecnicamente a queda dos juros no país, o BC – cuja assessoria disse à reportagem que não daria entrevista sobre o assunto – vem trazendo nos relatórios trimestrais de inflação estudos e equações econômicas que sustentam tal movimento como algo natural. No relatório divulgado em setembro de 2012, por exemplo, o órgão embasou parte de sua análise nas teses de J. Archibald e L. Hunter presentes no artigo “What Is the Neutral Real Interest Rate and How Can We Use it?”, de 2001.



“Administrar tudo isso não é fácil. As incertezas são muitas, e o Banco Central precisa agir como um bom cozinheiro que tem de acertar o tempero, pôr sal, pimenta, mas sem deixar picante demais e estragar o sabor da comida”

Luiz Gonzaga Belluzzo,
economista

Nesse trabalho, Archibald e Hunter argumentam que a taxa básica de uma economia é determinada por fundamentos que afetam as decisões de poupança e de investimento dos agentes econômicos, assim como pelo prêmio de risco do país e pela existência de entraves aos fluxos de capitais internacionais. A questão é que, na visão exposta pelo BC no relatório de inflação, mudanças estruturais da economia brasileira têm influenciado essas variáveis a ponto de permitir o corte da Selic. São elas:

1) PRÊMIOS DE RISCO Componente das taxas de juros, incertezas relacionadas à inflação e à credibilidade da moeda se refletem nos prêmios de risco e, portanto, podem elevar o custo dos empréstimos. Para o BC, a estabilização da economia brasileira e a consolidação do regime de metas para a inflação – com cumprimento das metas estabelecidas por oito anos consecutivos – levaram a redução significativa das incertezas macroeconômicas e, por conseguinte, do prêmio de risco. Não

é à toa que influentes agências de classificação de risco concederam ao Brasil grau de investimento em anos recentes.

7,25%

é a taxa

básica de juros da economia, considerada baixíssima para os padrões brasileiros

2) FLUXO DE CAPITAIS A consolidação da estabilidade macroeconômica e a redução dos prêmios de risco renderam ao Brasil acesso aos mercados de capitais internacionais a custos menores. Mais recentemente, esse processo foi intensificado. Em 2011, o ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos no Brasil atingiu o valor recorde de US\$ 66,7 bilhões.

3) MUDANÇAS FISCAIS A dívida pública pode ter impacto significativo sobre a taxa de juros. No Brasil, houve consolidação do regime fiscal, com adoção de metas para superávit primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada em maio de 2000. Essas mudanças ajudaram a reduzir a dívida pública em proporção do PIB. A dívida líquida do setor público consolidado, que em 2002 ultrapassou o patamar de 60% do PIB, foi reduzida recentemente para níveis próximos a 35% do PIB. Além disso, houve mudança substancial no perfil da dívida, agora majoritariamente vinculada à moeda nacional e não mais ao dólar, o que reduz os riscos para o Tesouro Nacional.

4) POUPANÇA A taxa de poupança bruta doméstica como proporção do PIB tem se mantido razoavelmente constante ao longo do período recente, tendo alcançado 17,2% em 2011, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, a trajetória decrescente da dívida pública,



Audiência pública de governadores sobre a dívida com a União, no Senado Federal em abril de 2012. Entre outros, estão Geraldo Alckmin (São Paulo), Raimundo Colombo (Santa Catarina) e Tarso Genro (Rio Grande do Sul). Mandatários alegam que contratos firmados em épocas de juros altos comprometem orçamentos dos estados

potencializada pela redução dos custos de financiamento, gera condições para que recursos adicionais sejam direcionados para investimento.

5) ESTRUTURA DOS MERCADOS FINANCEIROS

Melhorias na estrutura dos mercados financeiros e de crédito podem aumentar a eficiência na alocação de recursos disponíveis na economia, diminuindo a taxa de juros. Para o BC, houve transformações importantes na estrutura dos mercados no Brasil nos últimos anos, como o aumento da participação do crédito no PIB, que passou de aproximadamente 25%, no início de 2001, para cerca de 50%, em junho de 2012.

50%

é a taxa

do volume de crédito
no PIB em junho de 2012



Francisco Antunes

Sede do BC em Brasília: para o banco, queda na atividade econômica mundial contribuiu para reduzir a taxa de juros doméstica

6) MUDANÇAS INSTITUCIONAIS A “incerteza jurisdicional” na economia brasileira era vista por estudiosos como um dos fatores a explicar os níveis de taxa de juros no país. Mas isso melhorou, não apenas com a consolidação democrática, marcada por seguidas eleições presidenciais, mas também através de reformas específicas como a nova lei de falências, de 2005, e a introdução da alienação fiduciária de imóveis no novo Código Civil.

7) CENÁRIO EXTERNO Diante da integração econômica cada vez maior dos países, a



Biel Pedrosa

Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central: em sua gestão, a Selic chegou a 45%

evolução das taxas em outras nações gera efeitos internos. Diante da crise financeira mundial recente, iniciou-se um amplo cenário de baixa dos juros no mundo desenvolvido. De acordo com o BC, estimativas dos modelos estruturais feitos pelo órgão indicam que a queda na atividade econômica mundial, a partir da crise de 2008, também contribuiu para reduzir a taxa de juros doméstica.

66,7
bilhões de US\$
é o valor recorde de investimento externo direto no Brasil, atingido no ano de 2011

a 45% ao ano, com o intuito de segurar uma fuga de capitais e desaquecer a atividade econômica, após a maxidesvalorização do real.

A respeito da estimativa de inflação, é possível dizer que esse é um passo-chave dentro da metodologia do BC para definir a Selic. Para isso, o órgão analisa a evolução – e a estimativa de evolução – dos preços de itens fundamentais para o consumo das famílias, como combustíveis e alimentos.

TRAJETÓRIA DA INFLAÇÃO Mesmo com todas essas mudanças conjunturais, a definição da taxa Selic pelo BC também depende de dois fatores principais: a opção política da

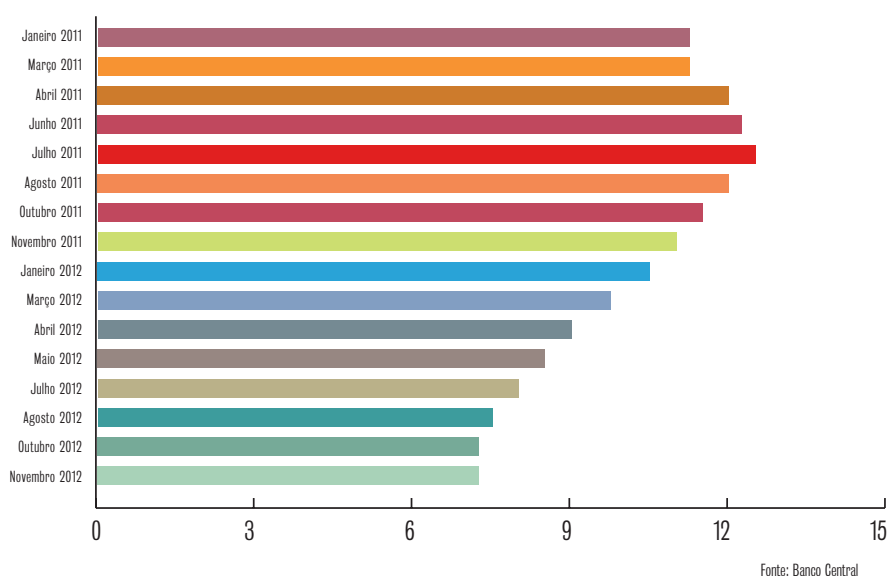
A respeito da estimativa de inflação, é possível dizer que esse é um passo-chave dentro da metodologia do BC para definir a Selic. Para isso, o órgão analisa a evolução – e a estimativa de evolução – dos preços de itens fundamentais para o consumo das famílias, como combustíveis e alimento

autoridade monetária em fazer uma gestão monetária contracionista ou expansionista, e a estimativa de inflação futura.

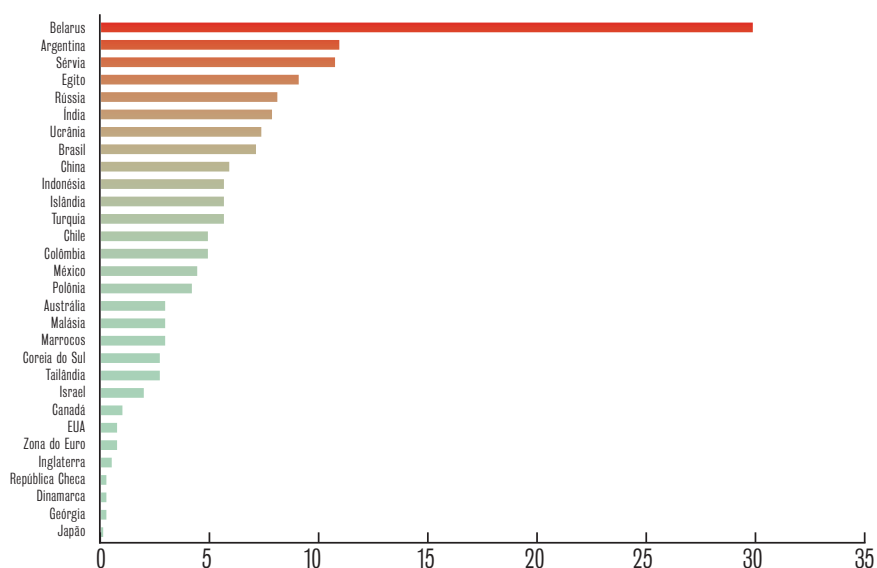
Quanto ao primeiro fator, como já foi dito aqui, os economistas definem que há uma taxa de juros considerada de equilíbrio, ou seja, aquela consistente, no médio prazo, com inflação estável e crescimento real do PIB igual ao seu crescimento potencial.

Mas, em determinado momento, é possível que os gestores da economia decidam não buscar o equilíbrio e optem por outra estratégia. Isso ocorreu, por exemplo, em março de 1999, durante a presidência de Arminio Fraga no BC, quando o órgão elevou a Selic

Brasil: Evolução das taxas nominais de juros 2011-12



Mundo: Taxas nominais de juros – Dezembro 2012



A ata da reunião do Copom que definiu em outubro de 2012 o último corte da Selic, por exemplo, projetava que não haveria aumento da gasolina e do gás de botijão até o final do ano; reduzia a projeção de alta da tarifa de telefonia fixa a 1,0% em 2012, ante os 1,3% estimados na reunião anterior do órgão; mantinha a alta prevista da eletricidade em 1,4%; e ainda previa um choque de oferta de *commodities* agrícolas.

HIATO DO PRODUTO Ainda para dimensionar as pressões inflacionárias, as metodologias do BC dependem do cálculo do chamado “hiato do produto”, que é a diferença entre a produção de bens efetiva e potencial. Com ele, é possível antecipar, evidentemente com margem de erro, eventuais pressões de demanda sobre os preços, e tomar medidas.

Para aperfeiçoar a metodologia, o BC vem ao longo do tempo adicionando uma série

de novidades no cálculo, que é feito através de métodos distintos e chamados tecnicamente de extração de tendência linear, filtro Hodrick-Prescott (HP), função de produção, e filtro de Kalman – todos também usados pelas autoridades monetárias das principais economias do mundo.

Uma das novidades é o emprego da Utilização da Capacidade Instalada (UCI), fornecida na Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação



Ademilson Nunes

Posto de gasolina em Salvador: ata do Copom que definiu último corte da Selic projetava que não haveria aumento do combustível até o fim de 2012

Todos esses fatores embasaram a decisão do órgão de cortar a Selic, na ocasião, de 7,50% para 7,25%. “Considerando o balanço de riscos para a inflação, a recuperação da atividade doméstica e a complexidade que envolve o ambiente internacional, o Comitê entende que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para meta, ainda que de forma não linear”, dizia a nota oficial.

4,5%
é o centro
da meta de inflação anual

Getulio Vargas (FGV), como alternativa à UCI divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Recente estudo feito por técnicos do BC aponta que o resultado do hiato varia a depender da base de dados utilizada, se da FGV ou da CNI. Agora, com dois resultados distintos, é possível avançar em outras pesquisas que avaliem erros de previsão do passado e permitam fazer uma sintonia fina para o futuro.

A “nova ordem” da política monetária: regime de metas com medidas macroprudenciais

Se, até 2008, o regime de metas de inflação, baseado no controle de preços através da taxa de juros, produzia efeitos consistentes, sobretudo em economias estáveis, o mesmo não se pode dizer que ocorra a partir do início da crise financeira internacional, naquele mesmo ano. Como explica o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, o Federal Reserve (FED), banco central dos EUA, executava sua política monetária basicamente mediante o manejo da taxa de juros de curto prazo, controlando, assim, os preços dos ativos.

Mas esse tipo de gestão tornou-se insuficiente após o estouro da bolha imobiliária. Não se tratava mais de uma crise de liquidez, mas da insolvência de famílias e bancos, seguida de declínios do consumo e do investimento. Para recuperar o preço dos ativos e reaquecer a economia, baixar os juros norte-americanos, a ponto de ter taxas reais negativas, não se mostrou suficiente.

Ben Bernanke, presidente do FED, optou por tornar mais complexa a política monetária e autorizou o órgão a comprar títulos públicos e privados com o objetivo final de recuperar os preços de ativos, sobretudo imóveis residenciais. Dentro dessa política de “relaxamento monetário”, tão criticada pelo governo brasileiro, comentaristas econômicos chegaram a sugerir até que o FED oferecesse diretamente dinheiro a empresas e pessoas físicas, a fim de levantar a economia.

“Os bancos centrais foram obrigados a serem mais pragmáticos com a crise. Antes, bastava conduzir a política monetária pensando nos fluxos da economia. Agora, é preciso ficar de olho no preço dos

“Os bancos centrais foram obrigados a serem mais pragmáticos com a crise. Antes, bastava conduzir a política monetária pensando nos fluxos da economia. Agora, é preciso ficar de olho no preço dos ativos”

Roberto Messenberg,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

ativos”, explica Roberto Messenberg, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea. Essa mudança se refletiu no Brasil com a adoção das chamadas medidas macroprudenciais, em dezembro de 2010. “O regime de metas de inflação não era mais suficiente para resolver todos os problemas, precisávamos de outros instrumentos”, diz ele.

As medidas macroprudenciais anunciadas pelo BC eram focadas nas operações de crédito, tornando mais rígidos os controles dos empréstimos a pessoas físicas e empresas. Além disso, elevaram o compulsório de depósitos nas instituições financeiras e ainda ampliavam a garantia de correntistas com investimentos nos bancos. Com essa estratégia, o BC queria atingir objetivos para os quais antes dependeria apenas de movimentos da Selic.

Na “nova ordem” da política monetária, o regime de metas não foi abandonado, mas o BC passou a utilizar outras armas para defender a moeda, reunidas no arsenal das medidas macroprudenciais. Assim, a inflação deixou de ser a única obsessão dos técnicos, que passaram a olhar também para



Divulgação

nível de câmbio, mercado de trabalho e crescimento econômico.

A estratégia deve ser mantida no curto prazo. Em 2013, Messenberg aposta em um cenário de estabilidade da taxa Selic, não apenas porque a estratégia das medidas macroprudenciais veio para ficar, mas também pelo cenário de variáveis positivas previsto para os próximos meses: entrada de capital intensa, índices de inflação pouco pressionados e ausência de choque nas cotações das *commodities*.

“Ao contrário de gestões passadas, o BC aproveitou bem o espaço que teve, mesmo diante da crise, para reduzir os juros. Agora é importante manter isso”, diz o economista do Ipea. Para ele, a manutenção das taxas nos atuais patamares é importante para que as expectativas dos atores econômicos se acomodem. Afinal, os mesmos que por anos se acostumaram à inflação elevada também têm gravado na memória o histórico dos juros altos. Mudar isso é tarefa para anos. **d**



Assista ao filme da campanha. Baixe o leitor de QR Code em seu celular e fotografe este código

TODA CAIXINHA
VAZIA CONTÉM
UMA TELHA INTEIRINHA



Embalagem longa vida faz jus ao nome: reciclada, vira telha, madeira sintética, papel novo em folha.

Separar o lixo facilita o trabalho dos catadores e aumenta o material aproveitado. Principalmente se você limpar as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de descartá-las. Mude de atitude. Assim, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



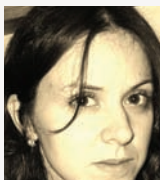
Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Os 60 anos do BNDES e seu papel no desenvolvimento

As instituições políticas e a mediação por elas realizada entre as tendências da economia internacional e o cenário político-econômico doméstico constituem aspecto fundamental para a compreensão das potencialidades, desafios e impasses da trajetória de desenvolvimento dos países. No caso brasileiro, algumas instituições cumprem papel notável neste processo. Destaca-se no país o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição que, em 2011, concedeu R\$ 139,7 bilhões em empréstimos e que neste ano chegou ao seu sexagésimo aniversário.

Fundado em 1952, a criação do BNDES ocorreu num contexto em que a tendência era fundar bancos de desenvolvimento para viabilizar a industrialização dos países periféricos. No entanto, ele se diferenciou por, ao contrário das instituições análogas, ter resistido às mudanças no contexto internacional e nacional, especialmente às reformas liberalizantes.

Em seu nascimento, a função do BNDES (à época sem o S, de Social) era a de realizar um programa de reaparelhamento e fomento das atividades de infraestrutura do país e de promover o desenvolvimento econômico. No governo JK, o BNDES foi o grande agente financeiro e o órgão chave do Plano de Metas, além de ter antecipado muitas das medidas que compuseram este plano. No pós-1964, foi reconhecido como principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e direcionou-se, já em 1968, para o setor privado nacional. No II PND, quando o Governo Geisel pretendia intensificar o programa de substituição de

importações e a empresa privada nacional passa a ser vista como prioritária pelo governo, o BNDES promovia a industrialização pesada e concebia a empresa privada nacional como foco de sua atuação.

Na década de 1980, quando estouraram no Brasil a crise da dívida e o problema da inflação, o BNDES viveu momentos de ausência de orientação política na concessão de financiamentos. No entanto, o Banco formulou uma estratégia (a Integração Competitiva) independente do Governo Federal, antecipando muitas medidas que posteriormente compuseram os Planos de Governo de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A Integração Competitiva tinha como pressupostos: a abertura da economia, com o objetivo de estimular a competitividade, o fim da proteção tecnológica, da reserva de mercado e da diferenciação entre capital nacional e capital estrangeiro; as privatizações, para melhorar a eficiência e liberar recursos para outros setores e a competitividade dos serviços. Havia, por trás desta plataforma, uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Não foi esta a linha implementada nos governos Collor e Itamar e no primeiro mandato de FHC. Nesse último período, a instituição foi pouco capaz de pautar a agenda governamental, agiu de forma compensatória à política macroeconômica e não buscou viabilizar ou redefinir uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Na segunda gestão de FHC, o BNDES instituiu fundos para incentivar pequenas empresas de base tecnológica, mas as iniciativas foram limitadas tanto do ponto de

vista dos recursos despendidos como da importância e visibilidade que obtiveram no interior e fora da instituição. Nos anos 1990, o banco foi incapaz de impulsionar, junto a outros atores relevantes como, por exemplo, o Ministério do Planejamento e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a priorização de temas relacionados à política industrial e aos investimentos em infraestrutura na agenda governamental. De modo geral, agiu a reboque das prioridades da Fazenda/Banco Central e foi “estratégico” para viabilizar o que era emergencial ao governo (o ajuste fiscal, por exemplo).

A partir de 2003 e, especialmente da gestão de Luciano Coutinho no BNDES, foram retomados aspectos que permaneciam na sua agenda interna. Foi recuperada a perspectiva de formular e implementar políticas de desenvolvimento e foram elaborados planos de política industrial (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE e a Política de Desenvolvimento Produtivo) que traziam a perspectiva de se investir em setores estratégicos e de priorizar a inovação. Assim, o Banco, além do papel anticíclico fundamental na crise de 2008, passou a protagonizar iniciativas de incentivo à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e a setores estratégicos.


A trajetória do BNDES permite a elucidação de aspectos fundamentais do percurso do desenvolvimento brasileiro e mostra que ele continuará a ser peça chave nos rumos do país. **i**

Karen Fernandez Costa é Doutora em Ciência Política pela Unicamp, pesquisadora do INCT-Ineu e professora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Unifesp.

Mau sinal

O que anda acontecendo com a telefonia celular no Brasil

Daniel Cassol – de Porto Alegre



Passados 15 anos da privatização do setor de telecomunicações, a telefonia móvel viveu um 2012 marcado por serviços ruins e preços elevados. Empresas, governo e consumidores trocam acusações. Para críticos, as regras da Anatel devem mudar para que se atenda a uma demanda crescente

Para o setor de telecomunicações, 2012 ficará marcado como o ano em que as reclamações dos clientes sobre a qualidade dos serviços chegaram a tal ponto que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), criticada por limitar-se a aplicar ineficazes multas nas operadoras de telefonia, tomou uma decisão drástica. Em julho, a agência suspendeu por 11 dias a venda de *chips* das empresas Claro, Tim e Oi em vários estados, em consequência da insatisfação dos usuários. A Anatel anunciou ainda que passaria a realizar um acompanhamento trimestral dos serviços. No começo de novembro, a Agência aprovou o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), definindo medidas para aumentar a concorrência entre as operadoras.

Passados quase 15 anos da privatização do Sistema Telebrás, a telefonia brasileira praticamente universalizou o acesso da população, o que não significou, porém, competição entre as empresas e melhores serviços. Foram essas as principais metas públicas que nortearam o processo de privatização.

A situação é mais crítica especialmente na área da telefonia celular, caracterizada pelo sinal ruim e altos índices de insatisfação registrados nos órgãos de defesa do consumidor em relação a um serviço que não é barato. Com a chegada da tecnologia 4G a partir de 2013, o tema da infraestrutura ganha ainda mais importância devido aos alertas sobre possíveis “apagões” durante eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

CRESCIMENTO DO SETOR Levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) mostra que o Brasil fechou o terceiro trimestre de 2012 com 337 milhões

de acessos a serviços de telecomunicações – telefonia fixa e móvel, banda larga e TV por assinatura –, um crescimento de 13% em relação ao terceiro trimestre do ano ante-

31,6
milhões de

novas linhas de celulares foram ativadas até o terceiro trimestre de 2012

rior. A telefonia móvel foi o segmento com maior crescimento em números absolutos. No período, foram ativadas 31,6 milhões de novas linhas de celulares. Ao fim do terceiro trimestre de 2012, o Brasil estava com 259

milhões de linhas ativas, um crescimento de 14% em relação ao período anterior. Já a telefonia fixa fechou o terceiro trimestre de 2012 com 43,4 milhões de linhas em funcionamento.

O crescimento dos acessos, porém, não foi acompanhado no mesmo ritmo pela infraestrutura. A telefonia celular é o setor com maior número de demandas consolidadas no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça. O sindicato das empresas de telefonia móvel (Sinditelebrasil) pondera que o número de reclamações é elevado porque a base de clientes é maior, sendo que o percentual fica dentro dos padrões da Europa. A Anatel também ressalta que é preciso levar em consideração a relação entre o número de reclamações e o de usuários. “O crescimento da base de assinantes, nesse ambiente de incremento de tráfego, é



Audiência realizada em conjunto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização do Senado, em agosto de 2012. Na foto, João Rezende, presidente da Anatel, e Paulo Bernardo, ministro das Comunicações. Brasília

acompanhado pelo aumento do número de reclamações em termos absolutos”, afirma a agência, em nota enviada pela assessoria de imprensa.

O setor foi alvo de 78 mil reclamações em Procons de todo o país entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2012, correspondendo a 9,13% do total. Dentro da telefonia celular, o assunto mais demandado foram as cobranças,

é de oferta escassa, preços elevados, baixa qualidade dos serviços e poucas inovações”, critica. Ele aponta falhas na fiscalização, deficiência nos investimentos públicos e privados e baixa concorrência como principais causas dos problemas da telefonia. “A concentração de serviços em áreas de maior atratividade está vinculada à ausência de políticas para coordenação dos investimentos realizados por

no aumento da eficiência operacional das operadoras, o que era justificável no começo do processo de privatizações. “A regulação não se ajustou adequadamente às novas demandas. A telefonia mudou, cresceu e se sofisticou nos últimos 15 anos. Para estar em dia com as constantes evoluções tecnológicas, além de eficiência operacional, o desenho regulatório das telecomunicações deve também priorizar o estímulo ao investimento das concessionárias na expansão e modernização de suas redes e também a entrega de serviços de qualidade pelas empresas reguladas”, diz o pesquisador.

O engenheiro de telecomunicações Eduardo Tude, presidente da empresa de consultoria Teleco, não concorda com a avaliação de que a telefonia móvel viva uma crise de qualidade. “O que acontece é que o celular teve tanto sucesso que se tornou um serviço essencial para a população e dessa forma crescem as exigências e as expectativas”, acredita. Para ele, o crescimento recorde no uso de aparelhos de telefone móvel levou ao congestionamento das redes e aos problemas de qualidade, o que deve ser atacado com investimentos na infraestrutura.

Silviny Murneeta



“É necessária uma reformulação do contexto institucional – não somente do Regimento Interno da Anatel, mas também da própria Lei Geral de Telecomunicações – para que a agência reguladora produza resultados mais eficientes”

Rodrigo Abdalla de Sousa,
ex-pesquisador do Ipea e especialista
em telecomunicações

responsáveis por 54,98% das queixas. Em seguida vieram as tentativas de rescisão dos contratos (11,28%), os serviços não fornecidos e os vícios de qualidade (6,94%).

UM BALANÇO DAS PRIVATIZAÇÕES Analista legislativo do Senado Federal, Rodrigo Abdalla de Sousa participou da obra *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, lançada pelo Ipea em março de 2012. O pesquisador avalia que o modelo regulatório adotado em 1997 tinha falhas que se refletem na situação atual. “O cenário atual é de elevadas barreiras à entrada de novos concorrentes e de prestação restrita a mercados rentáveis. Num mercado em que a competição é limitada, o resultado natural

78
mil reclamações
foram registradas nos Procons de todo o país entre janeiro e junho de 2012

empresas privadas e à falta de investimentos efetuados pelo setor público”, destaca.

O técnico de planejamento e pesquisa do Ipea Gabriel Fiuza de Bragança concorda com a necessidade de mudanças na regulação do setor, sobretudo a tarifária, que hoje é focada

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS Para o diretor executivo do sindicato das operadoras de telefonia móvel (Sinditelebras), Eduardo Levy, a privatização do Sistema Telebrás logrou a universalização dos serviços de telefonia, uma dificuldade no período estatal. Em relação à competição, o setor de telefonia fixa tem a particularidade de não contar com muitos *players* em um mesmo mercado, mas Levy sustenta que existe um bom nível de competição entre as operadoras sistema móvel.

Em outubro de 2012, de acordo com a empresa de consultoria Teleco, o *market share* das operadoras de celular indicava 29,42% de participação da Vivo, 26,79% da TIM, 24,65% da Claro e 18,83% da Oi. Para Levy, a principal falha do processo de privatização



Hervélio Batista

Cerimônia de assinatura dos termos de autorização para o funcionamento da tecnologia 4G. Da esquerda para direita, João Rezende, presidente da Anatel, Paulo Bernardo, ministro das Comunicações e Carlos Zenteno, presidente da Claro. Brasília, outubro de 2012

foi não prever a velocidade da transformação da tecnologia, o que cria entrave para o crescimento do setor atualmente. “O Brasil tem alta competição na telefonia celular. É um fator de sucesso muito grande. A maior crítica que tenho é que não se conseguiu enxergar a rapidez com que o mundo iria se transformar, o que iria acontecer com a telefonia celular e a banda larga. A Lei Geral de Telecomunicações não levou essa questão em consideração”, aponta.

O DESAFIO DA INFRAESTRUTURA Dados da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) apontam que o setor investiu R\$ 22,8 bilhões em 2011 e R\$ 10,3 bilhões entre janeiro e junho de 2012. Para o diretor executivo do Sinditelebrasil, o rápido cresci-

10,3
bilhões de R\$
foram investidos no setor
telecomunicações entre janeiro
e junho de 2012

mento de novos pontos de acesso demanda investimentos permanentes na expansão da rede. No entanto, ele afirma que as leis restritivas nos municípios dificultam a instalação de novas antenas, medida necessária para a melhoria do sinal.

“Respeitamos os ordenamentos dos municípios e concordamos que as implantações devam ser feitas dentro de determinadas regras. Mas existem leis que podem ser feitas nacionalmente, como a determinação do limite de exposição à radiação eletromagnética. A decisão da Anatel de suspender a venda de novos *chips* foi forte, legal e extrema, mas não resolve a causa em si. Como investir, se as amarras seguem as mesmas?”, questiona Levy. Ele cita Porto Alegre como um exemplo de cidade com leis rigorosas para a instalação de antenas, o que não ocorre há mais de um ano na capital gaúcha.

Para superar o desafio da infraestrutura, os especialistas defendem a ação da Anatel para cobrar das operadoras o cumprimento das metas de qualidade e investimentos, de forma a otimizar recursos.



“Existem leis que podem ser feitas nacionalmente, como a determinação do limite de exposição à radiação eletromagnética. A decisão da Anatel de suspender a venda de novos chips foi forte, legal e extrema, mas não resolve a causa em si. Como investir, se as amarras seguem as mesmas?”

Eduardo Levy,
diretor executivo do sindicato das operadoras de telefonia móvel (Sinditelebrasil)

“A agência precisa desenhar regras que incentivem as operadoras a tomar decisões alinhadas com os interesses da sociedade, como expansão e melhoria da infraestrutura”, resume Gabriel Fiuza. O pesquisador do Ipea defende a criação de estímulos à melhoria dos serviços atrelando a remuneração do capital ao cumprimento das metas. “Um modelo regulatório melhor calibrado pode, por exemplo, reduzir os custos inerentes à tarefa de fiscalização e também prevenir a agência contra a necessidade de intervenções regulatórias pontuais para apagar incêndios”, completa.

Luis Claudio Kubota, também técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, lembra que as características geográficas do Brasil representam um desafio para a expansão da rede de antenas. “Existem várias medidas que podem ser adotadas para minimizar o problema, tais como o compartilhamento das redes e subsídios aos clientes ou às operadoras. No governo passado, se optou também pela atuação direta estatal”, sustenta.

O PAPEL DA ANATEL A Anatel não teria sido eficaz no acompanhamento dos investi-

mentos na conservação e expansão na última década, avalia o presidente da Associação dos Engenheiros de Telecomunicações (AET), Ruy Bottesi. “Uma forma de superar isso é intensificar a fiscalização e conferir se, de fato, as empresas operadoras estão fazendo os investimentos que constam nos balancetes contábeis, conferindo o montante aplicado em investimentos (Capex) e o montante de recursos aplicados em operação e manutenção da rede (Opex). Esse tipo de trabalho nunca foi realizado de forma profissional pela agência reguladora”, aponta o engenheiro.

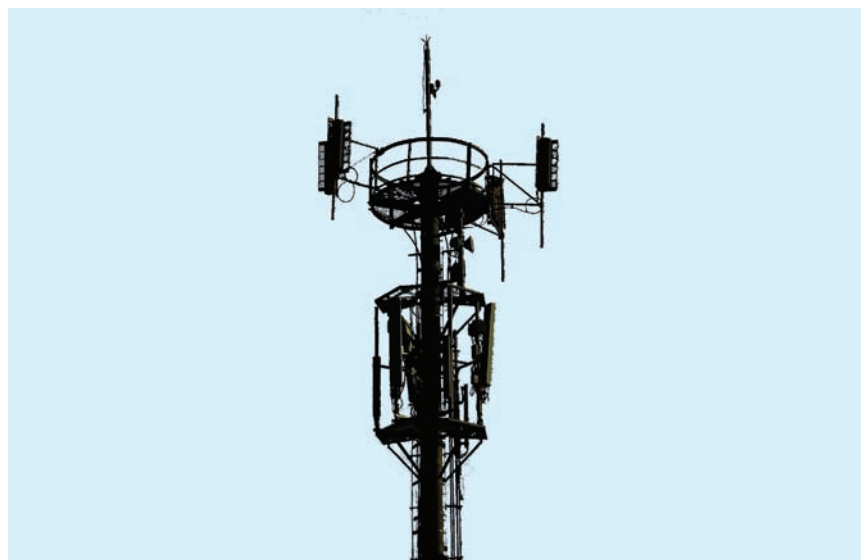
O papel da Anatel enquanto fiscalizadora das metas de qualidade vem sendo criticado pelos especialistas no setor. A avaliação é de que a fiscalização tem sido ineficiente, mas também há consenso na crítica à falta de condições estruturais para o desenvolvimento das funções pela agência reguladora dentro de um setor em constante transformação.

Um dos motivos é o contingenciamento de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Tais montantes deveriam ser destinados ao financiamento da Anatel, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Os montantes são arrecadados a partir da Taxa de Fiscalização

11

dias de suspensão

suspensão da venda de chips foi a penalidade imposta pela Anatel, em julho de 2012, às operadoras Claro, Tim e Oi em consequência serviços de baixa qualidade





Anatel garante que está reformulando regulamentos e estabelecendo metas de atendimento ao consumidor

de Instalação (TFI) e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF).

Por outro lado, o dinamismo do setor impõe ainda mais sobrecarga aos parques recursos da agência. “A fiscalização da Anatel tem que ser discutida em um contexto mais amplo de autonomia das agências reguladoras. O órgão, assim como outras agências, sofre com uma parcela considerável dos seus recursos contingenciados ano após ano”, aponta Gabriel Fiuza, do Ipea. Para Ruy Bottesi, da AET, houve influência política na agência a partir de 2002, com a mudança de governo “que

implicitamente começou diminuir o poder de atuação do órgão regulador, através de nomeações de conselheiros sem conhecimento e experiência do setor, deixando as empresas com maior liberdade de atuação no mercado”.

FISCALIZAÇÃO EFICIENTE Apesar da falta de recursos, um reordenamento na atuação da Anatel permitiria uma fiscalização com maior foco no cumprimento das metas. Gabriel Fiuza defende a construção de uma base de dados

sobre qualidade no setor, uma iniciativa já em curso na agência. “A partir de uma boa base de dados, metodologias quantitativas mais robustas poderão ser empregadas na identificação dos problemas prioritários, direcionando melhor os recursos de fiscalização”, destaca. Para Rodrigo Abdalla de Sousa, os problemas da Anatel decorrem, além da falta de recursos, da falta de integração com outros órgãos de controle do Executivo e da sociedade civil, de métodos que seriam ultrapassados e da baixa efetividade dos

R\$ 0,22
é o valor

médio do minuto pago pelo usuário
de celular no Brasil

Processos Administrativos de Apuração de Descumprimento de Obrigação (Pados). “É necessária uma reformulação do contexto institucional – não somente do Regimento Interno da Anatel, mas também da própria Lei Geral de Telecomunicações – para que a agência reguladora produza resultados mais eficientes”, aponta.

Luis Kubota destaca o que pode ser uma mudança no foco da fiscalização a partir dos acontecimentos de 2012. “Os dirigentes da Anatel têm anunciado que – após 15 anos da criação da agência – o foco deixa de ser a massificação e passa a ser a melhoria da qualidade dos serviços. Creio que se pode notar uma postura mais firme em relação aos serviços prestados pelas operadoras”, afirma.

A Anatel destaca que tem atuado na reformulação de seus regulamentos, estabelecendo metas de eficiência operacional e de atendimento ao consumidor, com estímulo a investimentos. “Além disso, há



“O que acontece é que o celular teve tanto sucesso que se tornou um serviço essencial para a população e dessa forma crescem as exigências e as expectativas”

Eduardo Tude,
presidente da empresa de consultoria Teleco

medidas cautelares que são utilizadas pelo órgão regulador em momentos de necessidade, como ocorreu com a telefonia fixa e a telefonia móvel ao longo de 2012, sendo a mais recente delas a suspensão específica do plano de uma operadora até que sejam obtidos dados sobre a capacidade de rede dessa prestadora para suportar o esperado crescimento de tráfego”, informa a assessoria de imprensa da Anatel.

RISCO DE APAGÃO? Após a suspensão da venda de *chips* na metade de 2012, a Anatel anunciou a realização de um acompanhamento trimestral dos planos de melhorias das operadoras. O primeiro balanço foi apresentado no dia 27 de novembro. Aliado a isso, a agência aprovou no mesmo mês o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Colocado em consulta pública em julho de 2011, o plano traz medidas para estimular a concorrência entre as operadoras, além de aperfeiçoar a regulamentação. Uma das medidas mais importantes é o compartilhamento de infraestrutura entre as operadoras.

“O conceito do plano é bom na medida em que estimula a competição e facilita a entrada de novos *players*”, avalia o diretor executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy. “A regulamentação vai em direção correta, pois a Anatel busca inibir condutas anticompeti-

tivas como recusa de acesso à interconexão e compartilhamento de infraestrutura a grupos concorrentes. É interessante também

“Existem várias medidas que podem ser adotadas para minimizar o problema, tais como o compartilhamento das redes e subsídios aos clientes ou às operadoras. No governo passado, se optou também pela atuação direta estatal”

Luis Claudio Kubota,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

a preocupação com o princípio da celeridade na resolução dos conflitos”, complementa Luis Claudio Kubota, do Ipea.

Apesar dos problemas de má qualidade, os especialistas e dirigentes afirmam que não existe risco de “apagão” nas telecomunicações durante a Copa do Mundo de 2014, como apontado pela revista britânica *The Economist* em agosto. Problemas serão verificados onde ocorrer grande concentração de pessoas, como nos estádios, mas insuficientes para se caracterizar uma pane geral. “Isso não quer dizer que a infraestrutura projetada para as telecomunicações em 2014 seja satisfatória”, pondera Gabriel Fiuza, do Ipea. “O melhor que pode ser feito tendo em vista o prazo exíguo para a próxima Copa é fiscalizar de perto os compromissos assumidos pelas concessionárias para que finalizem a tempo os projetos prioritários já em andamento. Entretanto, projetos de infraestrutura são de longo-prazo por natureza e assim devem ser pensados. Em um horizonte mais longo, o melhor que pode ser feito para desenvolver a rede de telecomunicações brasileira é racionalizar a regulação para que firmas tenham incentivos para investir e entregar serviços com a qualidade prometida. Vale lembrar que incentivos se constroem com prêmios e também com punições”, completa Fiuza.



Levantamentos internacionais apontam elevados preços pagos pelos consumidores brasileiros de telefonia celular. Para alguns, é preciso levar em conta as promoções realizadas pelas operadoras e a carga tributária envolvida

Relatórios internacionais apontam que o preço da telefonia no Brasil é caro. Um levantamento das Nações Unidas divulgado em fevereiro de 2012 mostrou que o custo da ligação de celular no Brasil é o mais alto entre os países em desenvolvimento. Já um relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT), divulgado em outubro, mostrou que o brasileiro é o 10º que mais gasta sua renda (7,3%) com telefonia celular.

Para os especialistas, um problema desses relatórios é que eles levam em conta os valores máximos autorizados pela Anatel, desconsiderados os preços mais baixos e as eventuais promoções. De acordo com Eduardo Tude, do Teleco, o preço efetivamente pago pelo usuário de celular no Brasil está, na

Assinantes/conexões

Milhões	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Telefones fixos	39,8	38,8	39,4	41,3	41,5	42,0	43,0
Celulares	86,2	99,9	121,0	150,6	174,0	202,9	242,2
TV por assinatura	4,2	4,6	5,3	6,3	7,5	9,8	12,7
Banda larga	3,9	5,7	7,7	10,0	11,4	13,8	16,5
Usuários de internet	—	32,5	39,0	62,3	67,5	73,9	79,9

Fonte: Teleco/ Pnad — IBGE

média, em R\$ 0,22 por minuto, o que não seria alto na comparação com outros países. O preço para chamadas entre operadoras é de R\$ 0,05 por minuto, enquanto entre celulares de operadoras diferentes o custo

supera o R\$ 1,00. “O Brasil está entre os três países com mais alta carga tributária para serviços de telecomunicações no mundo. A unificação das alíquotas de ICMS em 25% e a redução dos valores recolhidos

Domicílios brasileiros (%) com rádio, TV, telefone, microcomputador e micro com acesso à internet

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rádio	88,0%	87,9%	88,1%	88,9%	87,8%	81,4%	83,4%
Televisão	91,4%	93,0%	94,5%	95,1%	95,6%	95,0%	96,9%
Telefone (fixo ou celular)	71,6%	74,5%	77,0%	82,1%	84,1%	87,9%	89,9%
Microcomputador	18,6%	22,1%	26,6%	31,2%	34,6%	38,3%	42,9%
Microcomputador com acesso à internet	13,7%	16,9%	20,2%	23,8%	27,3%	N. D.	36,5%
Total de domicílios (milhares)	53.053	54.610	56.344	57.557	58.566	57.324	61.292

Nota: Até 2003, não inclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá
Fonte: Teleco/ Pnad — IBGE

Cobertura das operadoras de celular por estado

Cobertura das operadoras de telefonia fixa por estado

Participação das operadoras no mercado

Milhões	2009	2010	2011	1T12	2T12	3T12	Out/12
Vivo	29,75%	29,71%	29,54%	29,81%	29,56%	29,67%	29,42%
TIM	23,63%	25,14%	26,46%	26,80%	26,89%	26,81%	26,79%
Claro	25,52%	25,44%	24,93%	24,56%	24,58%	24,51%	24,65%
Oi	20,73%	19,35%	18,78%	18,53%	18,65%	18,69%	18,83%
CTBC	0,31%	0,30%	0,27%	0,27%	0,28%	0,29%	0,28%
Sercomtel	0,05%	0,04%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
Outras	0,01%	0,01%	-	-	-	-	-
Celulares	173.959	202.944	242.232	250.826	256.131	258.861	259.298

Outras: Aceli até 2010 e Portoseguro (MVNO) a partir de Jul/12.

Fonte: Teleco

Densidade de equipamentos em relação ao número de habitantes. Em porcentagens


Milhões	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Telefones fixos	21,6	20,8	20,9	21,6	21,6	21,7	22,0
Celulares	46,8	53,6	64,2	79,2	90,5	104,7	123,9
TV por assinatura	2,3	2,5	2,8	3,3	3,9	5,0	6,5
Banda larga	2,1	3,1	4,1	5,3	5,9	7,1	8,5

Fonte: Teleco/ Pnad — IBGE

para o Fust e o Fistel são algumas medidas que poderiam ajudar a reduzir esta carga tributária”, defende Tude.

A carga tributária, que varia entre 30% e 40% das receitas brutas das operadoras dependendo dos estados, é um elemento importante no estabelecimento do custo da telefonia no Brasil. Mas o aumento da competição entre as empresas poderia também influir na diminuição do custo da telefonia.

“A regulação não deve ser uma barreira para o movimento natural de convergência tecnológica no setor. É importante buscar a simplificação e integração regulatória das áreas de telefonia fixa e móvel, TV por assinatura e internet. Também acredito que há espaço para avanços técnicos substanciais no desenho dos leilões e na regulamentação do compartilhamento e apreçamento do acesso às redes. Em particular, deve haver especial

atenção ao detalhamento do PGMC. Cumpre ressaltar que planos de redução tarifária não devem ser concebidos em detrimento de regras vigentes ou da remuneração justa dos investimentos já efetuados. A imposição arbitrária de preços insustentavelmente baixos afasta investimento, espanta a competição e gera, conseqüentemente, ineficiência, má qualidade e preços altos no futuro”, aponta Gabriel Fiuza. 

Reforma agrária perde fôlego na agenda nacional

Igor Ojeda – de São Paulo

Modelo agropecuário voltado para a exportação de *commodities* e queda no número de assentamentos indicam mudanças na política fundiária brasileira. Há várias visões sobre a questão. De um lado, a reforma agrária seria uma iniciativa ultrapassada, devido à modernização da agricultura. Porém, os movimentos sociais alegam que uma orientação distributiva de terras estaria acoplada à alteração do modelo econômico adotado pelo país



Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em 22 de agosto de 2012

Promessa de sucessivos governos e demanda de vários setores da sociedade, aparentemente a reforma agrária deixou de ser prioridade para o país. O ano de 2012 apresenta um índice bastante baixo de famílias que obtiveram um pedaço de terra em programas de assentamento pelo Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), até 16 de novembro apenas 10.815 famílias haviam sido incluídas em assentamentos rurais, um terço da meta estabelecida para o ano. Para efeito de comparação, em 2006, 136.319 famílias foram beneficiadas.

Além disso, somente metade dos R\$ 3 bilhões reservados ao órgão no Orçamento da União de 2012 havia sido executada até meados de novembro. Em relação à verba específica para a compra de terras para fins de reforma agrária, apenas 41% do total de R\$ 426,6 milhões tinham sido gastos.

Os números de assentamentos deste ano são ainda mais modestos que os de 2011, quando 21,9 mil famílias haviam sido assentadas.

“Embora conste da programação oficial – nos Planos Plurianuais 2008/2011 e 2012/2015 –, o Programa de Reforma Agrária praticamente desapareceu da

agenda governamental, pelo menos desde os anos finais do mandato do presidente Lula. A partir de 2011 o programa ficou ainda menor, e, mais grave, os assentamentos se tornaram alvo da acusação de serem em grande medida responsáveis pela tragédia da pobreza rural mais extrema”, aponta Brancolina Ferreira, coordenadora de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO O progressivo desaparecimento da reforma agrária



Rafael Martins/Agenc.com

Integrantes do MST fazem manifestação em frente ao Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, em abril de 2011

da pauta nacional é acompanhado, não coincidentemente, pela hegemonia cada vez maior do chamado agronegócio. A escolha foi fundamental para o rumo tomado pelo Brasil nos últimos anos, de retomada do seu papel de país exportador de *commodities*. “A política privilegia o agronegócio e financia a expansão de grandes empreendimentos no campo, enquanto o Programa de Reforma Agrária vem sendo peremptoriamente desconstruído. O reconhecimento de que a questão agrária brasileira permanece como uma âncora poderosa ao desenvolvimento brasileiro é obliterado pelo avanço – a qualquer custo – do agronegócio e suas contribuições para a balança comercial”, analisa Brancolina.

Para o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Eustáquio Ribeiro Filho, também técnico de Planejamento e Pesquisa

do **Ipea**, o debate sobre a reforma agrária remete a um “passado bem longínquo”, quando a questão da terra era fundamental para a distribuição de renda. Segundo ele, nos últimos quarenta anos o país passou por um processo de modernização da agricultura que tornou a tecnologia o grande fator de redução da desigualdade. “A terra é um fator produtivo, mas por si só não redistribui renda e valor bruto da

53%

das famílias

beneficiadas pelos assentamentos eram do Pará, Amazonas e Maranhão

produção. Hoje o setor é de ponta, gera muita tecnologia, emprego e renda, tanto que é um setor estratégico”, afirma.

Na análise de Ribeiro Filho, a agricultura atual não se resume apenas ao uso de recursos naturais, mas principalmente à elevação da produtividade para competir no mercado externo e interno. “Por isso o debate em relação à reforma agrária ficou esvaziado, porque a questão central é o acesso à tecnologia.” Nesse sentido, em sua opinião a agenda dos governos deveria ficar mais centrada na educação e extensão rural.

MUDANÇA DE CONCEITO Já para o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, a reforma agrária não saiu da agenda do governo federal, mas o conceito sobre essa política é que passou por alterações: “Há uma mudança de qualidade no tema. Sempre a concebemos a partir de duas leituras: uma presente na primeira metade do século 20, muito associada aos processos revolucionários, de mudança da realidade social por meio da distribuição igualitária da terra; e outra mais próxima à nossa realidade, com o grande processo de colonização promovido pela ditadura na década de 1970. Atualmente estamos trabalhando com outro conceito: a reforma agrária é uma iniciativa que fundamentalmente tem de ser trabalhada com a execução de políticas públicas, com o objetivo muito claro de transformar os assentamentos em comunidades rurais autônomas e integradas ao território em que vivem”.

No entanto, de acordo com João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o último período vem sendo caracterizado por uma “nova aliança de classes no campo”, formada por grandes proprietários de terras, capital financeiro, transnacionais de insumos agrícolas e

Luís Gustavo Ascom/Incra



Família recebe casa através de projeto de assentamento governamental em Itapuama, Pará

grande mídia. “Isso criou uma hegemonia da classe dominante que retirou da pauta da sociedade brasileira a reforma agrária e todas as reformas sociais que interessam ao povo”, opina.

Para ele, o “caráter de composição de classes” dos governos Lula e Dilma impede a realização de mudanças estruturais. “Dentro do governo o setor do agronegócio é hegemônico, enquanto os setores que defendem a reforma agrária, a agricultura familiar, o meio ambiente e os sem-terra são minoritários. As políticas são contraditórias: às vezes atendem o agronegócio, às vezes a agricultura familiar. Mas, majoritariamente o agronegócio tem preponderância”.

Stedile ressalta que a reforma agrária clássica – levada a cabo, por exemplo, nos países europeus – sempre esteve combinada com um projeto de industrialização da economia. Em seu raciocínio, a democratização da propriedade da terra serve para se reorganizar a produção agrícola voltada para o mercado interno e para a geração de empregos.

Para o dirigente sem-terra, no entanto, isso “depende necessariamente de um projeto de desenvolvimento nacional, que foi abandonado pelas atuais forças dirigentes”.

Em agosto de 2011, em entrevista à revista *Carta Capital*, ele afirmou existirem quatro milhões de pessoas no campo que poderiam ser beneficiadas pela reforma agrária, mas que hoje estão “adormecidas” pelo Bolsa Família e pela expansão do emprego na construção civil.

TERRAS PÚBLICAS Segundo a publicação do **Ipea Políticas Sociais - acompanhamento e análise** nº 20, de agosto de 2012 (disponível em www.ipea.gov.br), nos últimos anos os assentamentos promovidos pelo governo federal têm sido viabilizados especialmente em terras públicas, por meio de processos

de regularização fundiária, “enquanto as desapropriações, estas sim, com impacto positivo sobre a estrutura fundiária, vêm diminuindo”. De acordo com o Instituto, em 2010 foram obtidos apenas 289,6 mil hectares como decorrência de desapropriações, enquanto cerca de 1,4 milhão de hectares foram viabilizados via reconhecimento e arrecadação.

O estudo demonstra que no mesmo ano a maior parte dos assentamentos concentrou-se na região amazônica: enquanto 53% das famílias beneficiadas eram do Pará, Amazonas e Maranhão, os estados de Sergipe, Santa Catarina e Espírito Santo respondiam, cada um, por menos de 1% dos assentados. Para os autores do

R\$ 18 bilhões
serão destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), quatro vezes o oferecido em 2002/2003

estudo, tal realidade se deve justamente ao fato de a política de distribuição de terras vir perdendo espaço na agenda governamental.

Setores contrários à reforma agrária e mesmo o governo federal costumam usar como justificativa para o esgotamento dessa política os dados do Incra sobre a situação dos assentamentos. Segundo o órgão, 42,9% das famílias assentadas haviam abandonado os lotes, por desinteresse ou falta de conhecimento para cultivá-los, 35,4% tinham transferido ilegalmente as terras e 10,6% não haviam cumprido cláusulas contratuais.

Contudo, outra publicação do **Ipea**, a Nota Técnica nº 12, intitulada *A importância do crédito para o desenvolvimento social e produtivo dos assentados*, responsabiliza a política de créditos governamental por tal realidade. “Parece subsistir um flagrante contrassenso na atuação do Estado, que, de uma parte, elege como prioridade o combate à pobreza extrema e, de outra parte, instaura procedimentos para cobrar às famílias assentadas, oriundas majoritariamente de uma condição de dramática vulnerabilidade social, uma dívida referente a créditos que, por suas finalidades e valores, têm servido quase exclusivamente para prover necessidades básicas”.

De acordo com o texto do estudo, que tem Brancolina Ferreira entre seus autores, além de não realizar uma política de créditos adequada para os assentados, o governo, por meio de seu discurso oficial, tem “reforçado os estigmas negativos com que, sem lastro em dados concretos e análises críticas cuidadosas, os adversários da política de reforma agrária costumam desqualificá-la”.

MUDANÇA DE FOCO A mudança de foco em relação à questão apontada pelo presidente do Incra foi anunciada recentemente pelo órgão e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Agora, a prioridade não é a desapropriação ou a aquisição de terras para a reforma agrária, mas a regularização fundiária e o fortalecimento dos assentamentos através de políticas públicas voltadas à qualidade de vida dos assentados e assistência técnica para a produção. A reforma agrária deixa definitivamente de ser vista como mecanismo de redução da desigualdade e de promoção do desenvolvimento nacional para ser considerada como uma das ferramentas de erradicação da miséria em casos pontuais.



“Dentro do governo o setor do agronegócio é hegemônico, enquanto os setores que defendem a reforma agrária, a agricultura familiar, o meio ambiente e os sem-terra são minoritários. As políticas são contraditórias: às vezes atendem o agronegócio, às vezes a agricultura familiar. Mas, majoritariamente o agronegócio tem preponderância”

João Pedro Stedile,
Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Segundo Carlos Guedes de Guedes, presidente do Incra, essa mudança de conceito traz o desafio de identificar onde a reforma agrária de fato se faz necessária. “Há regiões do Brasil em que a estrutura fundiária, gostemos ou não dela, as desenvolveu. E há outras onde a estrutura fundiária não cumpre sua função social e é um dos fatores da falta de desenvolvimento local. Por isso, temos uma prioridade de intervenção, diretamente relacionada a um dos grandes desafios do governo: a superação da pobreza extrema”, explica.

O presidente do Incra ressalta que, para isso, é preciso levar os assentamentos para o mesmo patamar onde hoje se encontra a agricultura familiar, “um sujeito político e social muito relevante e reconhecido pelo conjunto da sociedade brasileira como produtor de alimentos para o mercado interno e como conservador da biodiversidade”.

AGRICULTURA FAMILIAR Uma das marcas da política agrária dos governos Lula e Dilma foi o aumento do investimento e do apoio estatal ao setor da agricultura familiar, embora

em escala muito menor aos dispensados ao agronegócio. O valor do crédito oferecido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) mais do que quadruplicou durante as gestões petistas, passando de R\$ 3,9 bilhões para a safra 2002/2003 para R\$ 18 bilhões previstos para o período 2012/2013.

“Os tímidos avanços da reforma agrária, dos processos de regularização das terras quilombolas e da demarcação dos territórios indígenas não nos permitem falar em apoio à agricultura camponesa em sua totalidade, senão sob o entendimento de que ela se limita aos sujeitos mencionados, esquecendo grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros”

Brancolina Ferreira,
técnica de planejamento e pesquisa do Ipea

Brancolina Ferreira, do Ipea, alerta que dados do Banco Central mostram que os recursos do Pronaf em 2011 se concentraram no sul do país, onde a agricultura familiar está mais estruturada e possui maior renda. “Os tímidos avanços da reforma agrária, dos processos de regularização das terras quilombolas e da demarcação dos territórios indígenas não nos permitem falar em apoio à agricultura camponesa em sua totalidade, senão sob o entendimento de que ela se limita aos sujeitos mencionados, esquecendo grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros”, analisa. A consequência disso, para Brancolina, é uma dissonância de pautas entre agricultores familiares e demais trabalhadores rurais.

AGROECOLOGIA Uma vez retirada da pauta a reforma agrária clássica, os movimentos sociais do campo agora jogam sua força sobre a proposta de uma reforma “popular”. “Quando havia brechas para se construir um projeto de industrialização de país, era possível ir acumulando forças por meio de desapropriações e assentamentos. Por





Monitoramento da cultura do girassol, em Arealva (SP). Pesquisas e novas tecnologias têm ajudado na diversificação produtiva no campo

isso, os trabalhadores rurais poderiam ir enfrentando as questões pontuais do campo. Hoje, a luta tem de ser por mudar o modelo econômico e pensar um novo projeto para o país”, defende João Pedro Stedile.

E um novo projeto para o país exigirá, segundo o dirigente do MST, um novo modelo de agricultura, distinto ao adotado hoje, que utiliza uma matriz produtiva e tecnológica “agressora do meio ambiente e dependente da utilização de venenos

agrícolas”. Ainda de acordo com Stedile, esse novo modelo seria baseado na prioridade de produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, por meio de pequenas agroindústrias e cooperativas e com a adoção de novas diretrizes que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, sem o uso de agrotóxicos. “Essas técnicas são chamadas de agroecologia, cuja matriz depende de mudanças no modelo agrícola, que incluem a democratização do acesso à terra para que milhões de brasileiros hoje sem terras possam se transformar em agricultores autônomos”.

OUTRO LADO A reportagem tentou entrevistar a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade ligada aos ruralistas, mas não obteve espaço em sua

*Até novembro
10.815 famílias
havam sido assentadas,
um terço da meta para
2012*


agenda. A assessoria de imprensa da CNA encaminhou a *Desafios do Desenvolvimento* o estudo *Quem produz o que no campo: quanto e onde II*, elaborado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (disponível em www.canaloproductor.com.br), como resposta a um questionamento baseado em dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento mostra que a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos internamente e emprega mais mão de obra por hectare do que as grandes propriedades. O documento da CNA, por sua vez, conclui que “os produtores rurais não enquadrados



Glauson Miranda

Projeto de agricultura familiar apoiado pelo governo do Acre

no Pronaf são responsáveis por 76,3% do Valor Bruto da Produção agropecuária nacional e, embora representem 30,7% das propriedades rurais brasileiras, respondem por 80,1% da produção agrícola/silvícola e por 65,8% da produção pecuária”.

A reportagem entrou em contato também com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mas sua assessoria de comunicação respondeu que “tecnicamente o ministério apto para falar sobre o assunto [reforma agrária] é o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)”. Diante da insistência, a assessoria retornou afirmando que as pessoas dentro do Mapa que poderiam falar sobre a questão não tinham disponibilidade de agenda. *(colaborou Tatiana Merlino)* 

Brasil: Famílias assentadas. Indicadores trimestrais de 2003 a 2012 (*)

Ano	I	II	III	IV	Total
2003	4.680	5.334	3.448	21.513	34.975
2004	8.303	13.416	20.708	38.757	81.184
2005	1.893	15.077	31.695	78.442	127.107
2006	10.616	9.779	39.500	76.424	136.319
2007	6.863	8.402	8.181	43.537	66.983
2008	137	445	5.331	64.154	70.067
2009	3.753	486	12.387	38.798	55.424
2010	2.282	2.998	6.449	26.667	38.396
2011	592	1.200	3.626	16.557	21.975
2012 (1º semestre)	1.745	1.235	-	-	2.980
Total	40.864	58.372	131.325	404.849	635.410

Fonte: SIPRA / SDM / Relatórios anuais de 2004 a 2012 (Rel. 0229).

Nota: (*) Informação não disponível para anos anteriores. Elaboração: Ipea/Disoc/Coord. de Desenvolvimento Rural



Dreamstime



História contada por jornalistas

Ana Luiza Campregher e Pedro Henrique Lutti Lippe – de São Paulo

O sucesso de livros e revistas sobre história do Brasil abriu um expressivo nicho no mercado editorial nos últimos anos. Obras como *1808*, de Laurentino Gomes, e *A viagem do descobrimento*, de Eduardo Bueno, venderam centenas de milhares de cópias. Mas persiste um debate entre historiadores e profissionais de imprensa sobre rigor metodológico e linguagem acessível nessas obras

Desde o lançamento do livro *1808*, do jornalista Laurentino Gomes, em 2007, mais de 1,2 milhão de cópias deste e de sua sequência, *1822*, foram comercializados. Ambos ficaram por meses nas listas dos mais vendidos em todo o Brasil. O mesmo se deu com *A Viagem do Descobrimento* (1998), *Náufragos, Traficantes e Degredados* (1998) e *Capitães do Brasil* (1999), do também jornalista Eduardo Bueno. Até 2006, cerca de 500 mil exemplares haviam sido vendidos.

São apenas dois casos. Mas eles mostram a existência de um nicho crescente no mercado editorial: livros com viés jornalístico sobre a história do Brasil conhecem sucesso surpreendente. Além deles, revistas de divulgação histórica abrem uma janela de oportunidades em meio a vendas declinantes de materiais impressos em bancas de jornal.

A tendência suscita algumas questões: que motivos levam um público leigo a buscar mais informações sobre o passado e o que isso significa na produção acadêmica e não acadêmica?

MELHORIA DA AUTOESTIMA O professor e historiador Mauricio Cardoso, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), acredita que vendas em alta resultam de um processo de melhoria da autoestima do brasileiro. “Isto tem a ver com a visibilidade maior do país no exterior e com a diplomacia mais afirmativa dos últimos anos,” afirma. “O fenômeno está ligado também a um aumento no poder aquisitivo real – há uma classe média em expansão – e à melhoria, ainda que pequena, dos níveis de escolaridade. Isso eleva a demanda por diversos produtos, entre eles livros e revistas”. Mas por que se lê esses livros e não os outros? Para Cardoso, há

uma nova expectativa otimista do brasileiro em relação à sua própria história.

Marcos Antonio da Silva, também professor da FFLCH-USP, acredita por sua vez que o interesse pelo passado não seja apenas um fenômeno brasileiro. “Essa crescente onda de publicações com temas nacionais também acontece na França, por exemplo, desde os anos 1970-80. Por aqui, esse interesse aumentou na academia desde o final da ditadura, ou seja, a partir da segunda metade dos anos 1980.

Para ele, o livro *Olga*, de Fernando Morais (1985), é um bom exemplo da produção historicista da época. Havia a necessidade de se descobrir uma história que permaneceu oculta por décadas, como a da deportação da esposa de Luís Carlos Prestes para a Alemanha nazista, por iniciativa do primeiro governo de Getulio Vargas. Pouca gente se lembrava disso, e Morais teve o mérito de tornar o caso acessível a milhares de pessoas. A versão cinematográfica da obra, de acordo com a página do autor na internet, foi “vista por mais de cinco milhões de espectadores e indicada para representar o Brasil no Oscar de 2005”.

Se os especialistas se debatem, o jornalista Laurentino Gomes, diagnosticou o interesse do brasileiro por suas produções e de seus colegas através do que chama “curiosidade e ânsia de progredir”. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 2011, ele disse: “Os brasileiros estão olhando para o passado em busca de explicações para o país de hoje. Uma sociedade que não estuda história não consegue entender a si própria porque desconhece as razões que a trouxeram até o presente”.

CRESCIMENTO E RENDA A elevação da autoestima nacional pode ter relações com a volta do crescimento econômico e uma tímida, porém real, distribuição de renda, ocorrida entre 2006 e 2010. Há também a sensação de que o Brasil teria deixado de ser “o país do futuro”, ou seja, uma promessa cuja realização sempre fica para mais adiante.

Com um discurso menos otimista, o professor e historiador Elias Thomé Saliba, também da USP, classifica o interesse na

“Os brasileiros estão olhando para o passado em busca de explicações para o país de hoje. Uma sociedade que não estuda história não consegue entender a si própria porque desconhece as razões que a trouxeram até o presente”

Laurentino Gomes,
jornalista e escritor



Tiana Ghirelli - Revista Diálogos&Debates



Reprodução

A conquista dos campos de Garapuava, Joaquim José de Miranda, guache e aquarela, século 18. Uma polémica envolve os livros de história escritos por jornalistas: apesar da larga difusão, alguns especialistas apontam falta de profundidade na análise de processos históricos complexos

história como resultado da crise das identidades sociais disseminada pelo planeta pós-globalização. “A aceleração das mudanças tecnológicas vem provocando uma mudança na forma de se experimentar o tempo e um medo de perder as referências do passado”. Saliba acredita que, “na ânsia de encontrar algo seguro que dê sentido à vida presente, vamos com muita sede ao pote em direção ao passado. Hoje há uma obsessão angustiada de nossas sociedades em retirar dali lições para se entender e viver o presente”.

DESENVOLVURA COM A ESCRITA Outra opinião sobre o interesse do público brasileiro em obras históricas é dada pelo jornalista e editor do selo Três Estrelas, do Grupo Folha, Alcino Leite Neto. Para ele, o fenômeno se justifica com a decisão de editoras, jornalistas e mesmo de alguns historiadores, como Mary Del Priore, autora do livro *Uma Breve História do Brasil*, lançado em 2010, de dar tratamento jornalístico a temas antes restritos aos meios acadêmicos. “Sempre houve interesse dos

brasileiros pelo Brasil. O que não havia antes, ou havia pouco, eram muitos livros ou autores dispostos a recontar a história do país com uma linguagem acessível e interessante para a maioria. A universidade brasileira, onde estão as pessoas mais gabaritadas para fazer esse trabalho de difusão, infelizmente, não

prepara os alunos para realizarem obras deste tipo, que exigem uma grande desenvoltura com a linguagem escrita”, opina ele.

Nesse ponto, o professor de História Maurício Cardoso tende a concordar com o discurso de Leite Neto. Há uma noção, segundo ele, nascida no próprio âmbito

“Acredito que a universidade criou essa ideia de que a estética é bobagem, de que quando você não tem conteúdo você põe forma. Se o livro não é bom então você põe bastante figura. Eu acho isso um absurdo”

Maurício Cardoso, historiador e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)



Acervo pessoal

acadêmico, de que a preocupação com a estética do texto não precisa andar lado a lado com bom conteúdo. “Acredito que a universidade criou essa ideia de que a estética é bobagem, de que quando você não tem conteúdo você põe forma. Se o livro não é bom então você põe bastante figura. Eu acho isso um absurdo”, explica. Em sua percepção, estudantes de história e até mesmo profissionais já formados na área precisam se voltar para expoentes como o inglês Eric Hobsbawm e o brasileiro Nicolau Sevcenko, que uniram fluidez de texto e rigor científico em suas obras.

SEPARAÇÃO DE GÊNEROS Mesmo assim, enquanto alguns historiadores enxergam nos trabalhos realizados por jornalistas exemplos de como difundir o tema a públicos amplos, outros advogam com veemência a separação entre as duas produções. A grande discussão nascida a partir da entrada dos jornalistas no campo da historiografia parece girar mais em torno da validade de seus trabalhos como pesquisas e de seu impacto

“Um historiador tem uma preocupação muito bem estabelecida com o tempo e o espaço. Ele não comete anacronismos. Um trabalho que se preocupe com tudo isso será mais difícil de ser lido do que a produção de um jornalista. Não que este não tenha qualidade. Mas o compromisso do jornalista com a história é diferente”

Maria Lígia Coelho Prado,
professora titular de História da América Independente da USP

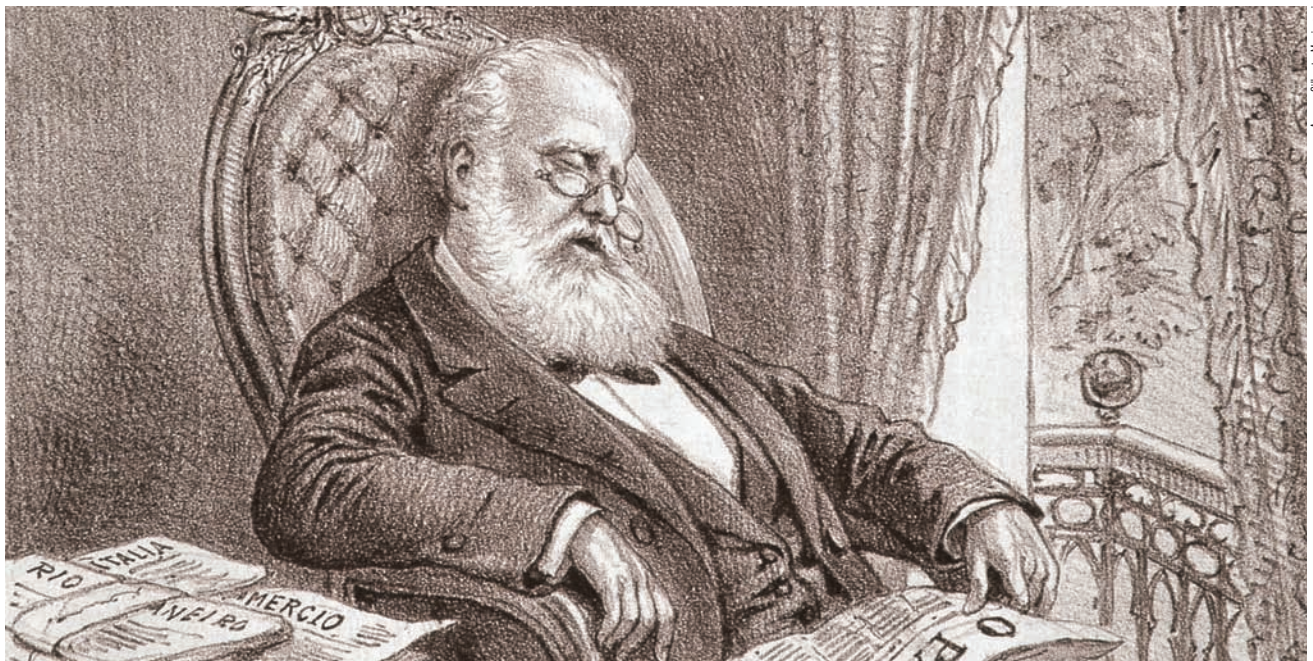


Divulgato

na população do que em seus métodos de alcançar o sucesso.

A professora titular de História da América Independente da USP, Maria Lígia Coelho Prado, é uma das estudiosas que

propõe tal delimitação, afirmando: “Um historiador tem uma preocupação muito bem estabelecida com o tempo e o espaço. Ele não comete anacronismos”. Ela entende que a explicitação de fontes, o detalhamento



Acervo Gilberto Marrigoni

D. Pedro II, por Angelo Agostini, litografia, *Revista Illustrada*, 1887. Biografias de personagens de destaque se constituem em segmento importante de obras sobre o passado nacional

de notas de rodapé e os diálogos com a bibliografia – todos pré-requisitos em um trabalho acadêmico – são essenciais na produção histórica.

“Um trabalho que se preocupe com tudo isso será mais difícil de ser lido do que a produção de um jornalista. Não que este não tenha qualidade. Mas o compromisso do jornalista com a história é diferente”, explica ela. Em sua opinião, por estarem mais preocupados em escrever uma prosa fluente e de fácil leitura, os jornalistas acabam esquecendo-se daquilo que eles enxergam como “preciosismos e exageros dos historiadores”. E é exatamente este o motivo ao qual ele credita o sucesso de obras como as de Laurentino Gomes: “Para mim é óbvio que esse trabalho do jornalista vai ter mais apelo e maior facilidade para chegar ao grande público do que a pesquisa de um acadêmico preocupado com tantas questões que envolvem seu próprio ofício”.

BANDIDOS E MOCINHOS Em sua visão, apresentar ao leitor versões fundamentadas e com um sólido tratamento crítico é uma tarefa árdua “Por exemplo, um tema clássico da historiografia latino-americana, a Revolução Mexicana. Você tem tantos atores e sujeitos, tantas visões, e naturalmente um historiador que estuda a Revolução Mexicana também assume uma perspectiva”, explica. A abordagem acaba seguindo a visão do pesquisador. “Se ele tem simpatia por Emiliano Zapata e por seus camponeses, se pelo Pancho Villa e os trabalhadores rurais do norte”, as interpretações podem ser distintas.

“A complexidade de certos acontecimentos históricos é tal que, para um historiador apresentar aquele tema, ele tem que conhecê-lo muito bem e afirmar muito claramente a sua perspectiva sem colocar adjetivos e mais adjetivos que dizem, ‘Ah, este é o bandido e aquele é o mocinho’. Isso

é fácil, em suas palavras. “Agora, quando você apresenta tudo de uma forma mais complexa, como deve ser, fica mais difícil de se ler”.

Maria Ligia completa com uma alusão ao que ela afirma ser uma diferença essencial entre os trabalhos de jornalistas e especialistas: “Para nós, historiadores da academia, o mercado não importa. Não é assim que construímos uma carreira e, além do mais, nós somos professores. Portanto, nosso objetivo principal é ensinar. Nossos livros não têm sua importância medida pelo número de exemplares vendidos”.

ACABAR COM PRECONCEITOS O professor Marcos Silva ecoa os sentimentos de Maria Coelho Ligia Prado, chegando a classificar livros como os de Eduardo Bueno na mesma categoria que trabalhos de ficção. “Há a história dos especialistas, desenvolvida na universidade e em instituições federais, mas existe também outra história mais geral, criada tanto por jornalistas como por ficcionistas, através de seus romances, contos, crônicas, peças de teatro, seriados de televisão, novelas e filmes, por exemplo”. De acordo com sua

“Há a história dos especialistas, desenvolvida na universidade e em instituições federais, mas existe também outra história mais geral, criada tanto por jornalistas como por ficcionistas, através de seus romances, contos, crônicas, peças de teatro, seriados de televisão, novelas e filmes, por exemplo”

Marcos Silva,
professor

definição, os dois campos são, respectivamente, o da cultura histórica formal e o da cultura histórica informal.

“O primeiro campo, em geral, vem da academia e chega ao grande público através dos livros didáticos usados no colégio”, prossegue Silva. “Já o segundo campo, informal, que não é menos importante, é feito pelos diferentes meios de comunicação. Ele tem um peso social grande, por atingir uma parcela mais numerosa da população, mas não tem uma preocupação tão rígida com questões de método, podendo ser mais flexível ao pretender primeiramente prender a atenção do espectador”.

Para Elias Thomé Saliba, “O que falta em relação à história do Brasil é o mesmo que falta em outros setores da produção e das pesquisas de ponta: divulgação. Nos últimos anos, há um esforço muito grande nesse sentido, mas ainda é algo muito restrito”. Saliba faz questão de considerar alguns empreendimentos editoriais que julga terem obtido sucesso. Ele menciona a *História da Vida Privada no Brasil*, obra coletiva lançada em 1998 e que até hoje tem bons níveis de penetração. Chegou à 12ª edição, com cem mil exemplares vendidos.




“Correndo o risco de não mencionar alguém e cometer injustiças, muitos historiadores escreveram livros que foram bem recebidos pelo público, como Lilia Schwarcz, Mary Del Priore, Nicolau Sevcenko e vários outros,” afirma.

DIÁLOGO NECESSÁRIO Mas mesmo propondo tal delimitação, Marcos Silva acredita que, pelo bem do campo da história no Brasil, os dois grupos devem entrar em um acordo

para compartilhar suas especificidades no campo da produção literária. “Os jornalistas devem levar os historiadores a desenvolver oratória e escrita mais acessível ao grande público, enquanto os acadêmicos de formação metódica podem auxiliar os formados em Comunicação em relação aos processos e procedimentos da pesquisa histórica”, conclui.

O jornalista e escritor Lira Neto, autor da biografia *Getulio* (2012), já chegou a lecionar história em colégios de Fortaleza. Para ele, tanto os acadêmicos quanto os

profissionais de imprensa precisam acabar com certos preconceitos, para que seus trabalhos surtam efeito positivo na luta pela difusão do conhecimento histórico. “Os jornalistas têm de aprender com os historiadores o rigor, e no sentido contrário, os historiadores podem se abrir à possibilidade de se comunicar”, propõe o autor. “A briga e a birra não cabem. O melhor para todos – jornalistas, historiadores e público – seria uma aliança, para que cheguemos a um produto final melhor”, finaliza. 

Já nas bancas!

Revistas que tratam de história se multiplicam e criam mercado específico

Nas bancas de jornais, as revistas temáticas sobre história – principalmente do Brasil – se multiplicam e ganham público leitor. A *História Viva*, por exemplo, possui uma tiragem de mais de 30 mil exemplares mensais, segundo dados da editora Duetto. A *Aventuras na História* alcança outros 72 mil exemplares, de acordo com o site da editora Abril.

Em todas, há a preocupação de se elaborar uma linguagem e uma abordagem acessível para leitores pouco habituados aos temas tratados. Entre todas, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* guarda uma especificidade: a maioria das matérias é escrita por historiadores da academia.

O Manual do Colaborador de sua antecessora, a *Nossa História*, era bastante claro. A revista “tem como missão levar ao maior número possível de pessoas o conhecimento de história do Brasil de maneira precisa e acessível. Para tanto,

identificamos como forma ideal o texto jornalístico, em vez da linguagem acadêmica na qual é escrita a maioria dos trabalhos produzidos em universidades e centros de pesquisa”.

A revista publicada pela Editora Vera Cruz circulou entre os anos 2003 e 2006, totalizando 38 edições. Fruto de uma dissidência do conselho editorial da revista surgiu a *Revista de História da Biblioteca Nacional* em 2005, editada pela *Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional* (Sabin). As duas revistas, somadas a exemplares como *História Viva*, *Aventuras na História*, *Leituras da História* foram criadas com a mesma intenção de divulgar temas históricos para o público ampliado.

Luciano Raposo Figueiredo, ex-editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional* é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo ele, havia uma certa tensão na redação, pelo fato de o editor não ser um jornalista. “A condição de editor fica

no topo de uma estrutura hierarquizada quanto ao poder de decisão. Isso significa dizer que os historiadores definiam o trabalho dos jornalistas. Deve-se notar que aos jornalistas cabiam, além da produção de reportagens, a adaptação dos textos para publicação e sua apresentação final. Nas reportagens os historiadores costumavam orientar os jornalistas desde a apuração e a seguir, tendiam a ser cobrados para fazerem um maior aprofundamento”, explica.

O texto das revistas de divulgação histórica tem de ter tamanho que proporcione uma boa leitura. Para seduzir o público leitor, os jornalistas inserem figuras fundamentais para tornar as matérias atraentes, “pois conteúdo sem forma não serve a uma publicação voltada para o grande público”, completa Luciano.



Dreamstime



O contencioso do algodão: conquista histórica em xeque

A conquista brasileira em relação ao contencioso do algodão no sistema multilateral de comércio passa por um momento de apreensão quanto ao futuro. Desde a década de 70, a política agrícola nos Estados Unidos é tratada em uma estrutura legislativa abrangente chamada de *Farm Bill*, reeditada a cada seis anos. Ela trata de temas polêmicos, como o de subsídios. Caso haja um recrudescimento dos subsídios agrícolas americanos ou um retrocesso no acordo de compensação para o setor produtivo brasileiro, será necessário repensar em uma estratégia de retaliação ou negociação.

O programa americano de crédito e os subsídios aos consumidores e aos exportadores de algodão foram responsáveis pela queda dos preços internacionais no período que vai de 1999 a 2002. Isso causou prejuízo à produção brasileira e motivou a abertura subsequente do questionamento à Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o caso. No período questionado pelo contencioso, os prejuízos à economia brasileira foram da ordem de US\$ 3,2 bilhões. Apenas no ano de 2001, a perda foi calculada em torno de US\$ 600 milhões. Se não fossem os subsídios americanos, os preços internacionais seriam 12,6% mais elevados e a produção e as exportações americanas fechariam 28,7% e 41,2% menores, respectivamente.

Quanto ao mercado de algodão, o Brasil é o 4º maior exportador mundial, sendo o cerrado considerado a principal região produtora. A cadeia produtiva (que inclui a indústria fornecedora de insumos, a produção agrícola e o setor manufatureiro) teve uma movimentação financeira de US\$ 38 bilhões. Nos Estados Unidos, menos de 1% do Produto Nacional

Bruto (PNB) americano está relacionado à produção de algodão; porém, o país é o maior exportador mundial e o segundo maior produtor (depois da China). O cultivo nos Estados Unidos compreende 17 estados – região do Sul que representa o “cinturão do algodão”.

Cabe observar que o agronegócio nos Estados Unidos é um dos maiores doadores para os candidatos à presidência, ao Senado e à Câmara dos Deputados. Além da importância econômica para a área rural de estados com um grande número de votos distritais, a cadeia produtiva do algodão possui força política devido às doações financeiras nas campanhas eleitorais.


Em 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC entendeu que o programa federal do governo americano subsidiava os exportadores, um mecanismo ilegal nos acordos multilaterais de comércio, o qual beneficiava os produtores locais. Num primeiro momento, o executivo americano, por meio do USDA, procurou adequar, após a primeira perda na OMC, os programas de créditos à exportação, já que poderiam ser modificados administrativamente. Entretanto, os subsídios eram matéria do Congresso, o qual não agiu para eliminá-los, pois há forte grupo de pressão dos produtores de algodão.

Em 2009, o Brasil obteve vitória na OMC, podendo retaliar produtos americanos de forma direta e cruzada. A retaliação direta seria feita por aumento de tarifa de importação de bens. A retaliação cruzada envolveria a quebra de patentes do setor farmacêutico americano pelos laboratórios públicos nacionais.

A posição americana de não negociar o contencioso do algodão com o Brasil

inviabilizava avanços maiores na rodada Doha para redução tarifária no comércio internacional e multilateral.

Na iminência de uma retaliação por parte do governo brasileiro, os Estados Unidos resolveram firmar um acordo de compensação. Em 2010, foi negociada a proposta de transferência de US\$ 147,3 milhões anuais para ser destinado ao Instituto Brasileiro do Algodão, instituição criada para gerir os recursos provenientes desse acordo. Desde então, o objetivo deste fundo foi o de promover e fortalecer a cotonicultura brasileira. Não obstante à conquista brasileira, o acordo deverá persistir enquanto os subsídios na economia norteamericana forem mantidos.

Como os subsídios fazem parte de uma agenda política de aprovação da *Farm Bill*, que foi adiada para o ano que vem nos Estados Unidos, tem-se um cenário de incertezas em relação ao acordo de compensação. O *lobby* americano pelo setor é muito forte e o mesmo visa a manutenção dos subsídios. Caso o governo americano não retire os subsídios, o acordo de compensação deverá ser reeditado. Diante da reeleição de Barack Obama nos Estados Unidos, será mais difícil negociar a extinção dos subsídios, posto a natureza do próprio partido democrático. Nesse sentido, é preciso pensar na permanência da compensação ao governo brasileiro. De qualquer forma, há um aumento nas críticas em relação ao protecionismo brasileiro e uma discussão de como os americanos entendem este acordo. Enfim, há muito ainda o que acontecer até janeiro de 2013. É preciso pensar e planejar possíveis alternativas. 

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, Professor da UnB e Conselheiro do Cofecon. E-mail: josevieira@ipea.gov.br

HISTÓRIA

A grande crise da Independência

Gilberto Maringoni – de São Paulo



O Brasil nasceu como país autônomo sob o signo da estagnação econômica e do endividamento externo. Seguidas quedas no valor das exportações e negociações draconianas com Portugal e Inglaterra para a conquista de soberania geraram instabilidades no plano político, social e institucional. A situação só se alterou com o início da produção cafeeira em larga escala, que alterou a inserção do país no comércio internacional



Detalhe do Monumento à Independência, dos escultores italianos Ettore Ximenes e Manfredo Manfredi, inaugurado em 1922, no bairro do Ipiranga, em São Paulo

O Brasil se tornou independente sob o signo da estagnação. Antes e depois de 1822, o cenário de crise, pobreza e retração nos negócios tornou-se dominante na vida nacional.

No plano político, ao contrário da América espanhola, onde a quebra das relações coloniais se fez através de encarniçados confrontos militares, a soberania política do Brasil resultou de um complexo encadeamento de negociações, envolvendo Portugal e Inglaterra. O primeiro era a ex-metrópole e a segunda era a potência em ascensão. Vale a pena examinar os antecedentes da situação.

A fuga da família real para os trópicos, em 1808, fora causada pela invasão francesa na península ibérica, composta, àquela altura, por duas potências decadentes, Portugal e Espanha. A ação integrava as guerras napoleônicas (1805-1815), um conjunto de conflitos motivado por uma ação expansionista, que colocou quase todos os países europeus em conflito com Napoleão Bonaparte (1769-1821).

A viagem e a assistência logística à nobreza lusitana contaram com o inestimável apoio do principal inimigo da França, a Inglaterra. Dona da maior armada do planeta, berço da Revolução Industrial e sede das mais importantes casas bancárias da época, o império inglês não parava de estender seus domínios internacionais. Londres era uma espécie de capital financeira do mundo. As invasões abalaram os elos entre as metrópoles e suas colônias americanas.

A corte portuguesa, a partir daí, se tornou um instrumento nas mãos da Inglaterra. Não é de se estranhar que um dos primeiros atos de D. João VI, o monarca português, ao chegar ao Brasil, tenha sido abrir os portos às “nações amigas”. Em linguagem clara, as mercadorias britânicas teriam taxas

aduaneiras menores para entrar no Brasil. Em 1810, um novo tratado estabeleceu que a Inglaterra pagaria apenas 15% de tarifas, ou seja, 9% a menos que os cobrados de outros países. Eram também 1% menores que as cobradas de Portugal. Enquanto esta taxa perdurou, a concorrência predatória de produtos estrangeiros manufaturados inibiu a industrialização brasileira. Isso significou também o fim do monopólio comercial definido pelos portugueses até então, o chamado exclusivo colonial, mecanismo pelo qual a colônia só pode comercializar com sua metrópole.

3
milhões de libras
foi o valor do primeiro empréstimo externo
feito pelo Brasil em 1824

Não bastasse tudo isso, a vinda da família real e numerosa comitiva, devidamente escoltada por navios britânicos, resultou numa inversão da ordem dominante. A súbita transformação da colônia em metrópole acabou por desencadear uma série de eventos que tornou possível a independência do Brasil.

BAIXA NAS EXPORTAÇÕES A colônia vivia uma grave crise, desde o final do século XVIII. A causa básica, lembra Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, era “o estancamento de suas exportações”. A situação perduraria por quase toda a primeira metade do novo século.

Nesse período, o crescimento médio anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8% ao ano, enquanto população crescia com uma taxa anual de cerca de 1,3%, aponta Furtado.

“A baixa nos preços das exportações brasileiras entre 1821-30 e entre 1841-50 foi de cerca de 40%”, prossegue ele, enquanto as importações permaneceram em níveis praticamente estáveis. Assim, além do declínio real da renda *per capita*, o novo país começava sua vida independente enfrentando uma contínua crise no balanço de pagamentos.

Furtado segue em seu raciocínio: “Somente um desenvolvimento intenso do setor não ligado ao comércio exterior poderia haver contrabalançado o declínio relativo das exportações. As atividades não ligadas ao comércio exterior são, via de regra, indústrias e serviços localizados nas zonas urbanas. Não existe, entretanto, nenhuma indicação de que a urbanização do país se haja acelerado nesse período.”

Sem tecnologia que redundasse em aumento da produtividade agrícola e sem significativas possibilidades de formação de capitais, a saída para a economia brasileira seria uma nova inserção no comércio internacional.

Mas a concorrência mundial tornara o Brasil um fornecedor secundário de *commodities* agrícolas. A exportação de açúcar declinara diante da produção a partir da beterraba no continente europeu. Cuba e as Antilhas viram suas produções de cana florescer e abastecer os demais mercados, especialmente os da América do Norte. O algodão enfrentava pesada concorrência da produção dos Estados Unidos. Outros produtos como fumo, cacau e couros tinham peso relativo menor na pauta de exportações.

A marca desses anos foi a estagnação ou a decadência, com fortes decorrências na vida política e social.



A Rua Direita (1832), litografia de Johan Moritz Rugendas (1802-1858), autor de Viagem pitoresca através do Brasil. Em suas palavras, o Rio de Janeiro logo após a Independência era “inteiramente desprovido de edifícios realmente belos. (...) As residências não passam em geral de miseráveis choupanas, esparsas ao acaso ou empilhadas umas contra as outras, entre as colinas e o mar”

REFERÊNCIA POLÍTICA O Rio de Janeiro após a chegada da família real passou a ser não apenas o centro administrativo e financeiro do império português – que ainda detinha territórios na Europa, na África e na Ásia – mas se tornaria uma referência política continental. A partir de 1808, o Brasil teria um banco oficial, as atividades industriais e de imprensa acabariam liberadas, seriam criadas uma academia militar, duas faculdades de medicina e a Corte ganharia vários melhoramentos urbanos. Mesmo no âmbito da máquina administrativa, a incipiente burocracia colonial deu lugar a repartições administrativas mais complexas e autônomas, apesar de oriundas de uma potência decadente como Portugal.

A chamada *internalização da metrópole* era tão inusitada que, mesmo após a expulsão das tropas napoleônicas de Portugal, em

A fuga da família real para os trópicos, em 1808, fora causada pela invasão francesa na península ibérica, composta, àquela altura, por duas potências decadentes, Portugal e Espanha. A ação integrava as guerras napoleônicas, um conjunto de conflitos motivado por uma ação expansionista, que colocou quase todos os países europeus em conflito com Napoleão Bonaparte

1812, D. João VI, decidiu fixar residência nos trópicos. Só voltaria à terra natal nove

anos depois, por receio de perder o poder, em meio a intensas disputas que lá ocorriam. Aqui ficaria seu filho, o príncipe D. Pedro, que seguiria com a Coroa.

Quando a independência tornou-se um fato, Portugal de início recusou-se a reconhecer a soberania do novo país. Não por acaso, a Inglaterra apressou-se em fazê-lo e estabelecer contatos estreitos com o Império do Brasil.

O PREÇO DA INDEPENDÊNCIA Para obter o reconhecimento da ex-metrópole, D. Pedro comprometeu-se a assumir o empréstimo de 1,4 milhões de libras “que Portugal emitira em Londres em 1823, assim como pagar ao seu real pai 600 mil libras pelas propriedades que deixou no Brasil. (...) Mas antes da partida de D. João VI, a extravagância de

sua corte e os milhares de dependentes que trouxera de Portugal, quase levaram o Brasil à falência. (...) Empréstimos estrangeiros eram, portanto, vitais para a sobrevivência nacional”, segundo conta o estudioso inglês Frank Griffith Dawson, em seu livro *A primeira crise da dívida latino-americana*.

Para fazer frente a esta situação, o Brasil obteve em Londres, em 1824, seu primeiro empréstimo externo, no valor de três milhões de libras. No ano seguinte, houve um novo financiamento de 3,7 milhões de libras ester-

um panorama continental que durava três séculos. Não foi um processo único, pois contou com inúmeras características locais.

À Inglaterra interessava expandir seus mercados de produtos industrializados e de crédito e aumentar seu leque de fornecedores de matérias-primas. Para isso, Londres apoiou não apenas política e economicamente os países em fase de libertação, como em alguns casos deu suporte militar. Isso aconteceu no Chile, na Venezuela e no Brasil. Era a ascensão do liberalismo, do

mercado desregulado e da Inglaterra como principal potência mundial.

CORTE EM APUROS A partir da Independência e por quase duas décadas, o Brasil viveu um dos períodos mais conturbados de sua História. São duas ordens de problemas, uma política e outra econômica.

Havia uma permanente tensão envolvendo conservadores que desejavam uma recolonização do país, especialmente comerciantes



Reprodução

Batalha dos Farrapos (1937), óleo sobre tela de José Washt Rodrigues. O período regencial (1831-40) suscitou várias rebeliões provinciais. As principais foram a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-45), a Cabanagem (Pará, 1835-40), a Balaiada (Maranhão, 1838-41) e a Sabinada (Bahia, 1837-8). Todas foram reprimidas de forma violenta. O traço comum entre elas era a reivindicação de autonomia administrativa e política

linas. Em 1829, o país contraiu mais quatro milhões de libras. Foi o início de uma sucessão de empréstimos contraídos pelo Império, que se prolongariam República adentro.

O Brasil tornou-se soberano politicamente numa onda de rompimentos das colônias ibéricas com suas metrópoles no período entre 1810, ano da independência Argentina, a 1828, data da decretação da soberania uruguaia. Em 18 anos, modificou-se

10
mil brasileiros
morreram na guerra contra a Argentina pela posse da Província Cisplatina em 1826

portugueses, e setores da elite brasileira, ansiosos por aprofundar o processo de separação.

A historiadora Gladys Sabina Ribeiro, em sua tese de doutorado – *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado* – assim vê a situação: “O antilusitanismo converteu-se no discurso da nacionalidade levado ao extremo; no nativismo exacerbado, que irmanava toda



A proclamação da Independência (1844), óleo sobre tela de François René Moreaux. Portugal de início recusou-se a reconhecer a soberania do novo país. Mas Inglaterra apressou-se em fazê-lo e estabelecer laços com o Império do Brasil. Interessava a Londres expandir seus mercados de produtos industrializados e de crédito e aumentar seu leque de fornecedores de matérias-primas

classe de homens em um único sentimento compartilhado, resumido à derrubada do imperador”. Mas ela lembra que não se pode simplificar a análise da situação: “É preciso compreender os conflitos antilusitanos não apenas como disputas de nacionalidades, mas como rixas e divergências com conteúdo político bem mais amplo. Elas traziam em si, por um lado, propostas e ideias de liberdade e participação ativa; por outro, questões relacionadas ao mercado de trabalho setorizado, segmentado e hierarquizado”.

O próprio príncipe D. Pedro personalizava uma ambiguidade política. Embora fosse o soberano do novo país, era filho do monarca metropolitano. Como pano de fundo, havia o já comentado quadro de virtual falência nas contas públicas, com graves reflexos na economia.

As disputas se expressaram na Assembleia Constituinte, instalada em maio de 1823, que elaboraria a primeira Carta brasileira. Em

novembro, cedendo aos apelos dos setores conservadores, D. Pedro dissolve a Assembleia. Um emaranhado de motivos, tendo como centro questionamentos à autoridade do Imperador motivou seu gesto. Mudava-se o estatuto do país, mas as relações políticas e sociais internas permaneceriam praticamente inalteradas. A ideia de D. Pedro era instalar um governo absolutista à moda europeia.

Em seguida, o monarca redigiu um novo projeto de Constituição, com apoio dos conservadores. Ela entrou em vigor em 25 de março de 1824, imposta ao país quase sem debate. A repercussão foi negativa. Muitas regiões tinham escolhido representantes que viram sua delegação desrespeitada.

Uma das primeiras consequências da situação, potencializada pela estagnação econômica, foi a eclosão de diversas revoltas pelo país. A mais importante delas aconteceu em Pernambuco, a partir de 2 de julho, num movimento republicano conhecido como

Confederação do Equador, que aglutinaria outras províncias da região. Uma constituinte local definiu as linhas gerais de governo e proibiu o tráfico de escravos no porto de Recife.

A reação da Corte não se fez tardar. Tropas governistas, auxiliadas pelo mercenário inglês Thomas Cochrane, invadiram a capital da província com extrema violência. Em 29 de novembro de 1824, a Confederação estava dissolvida. Seu principal líder, Frei Caneca, seria fuzilado semanas depois.

30%
da população

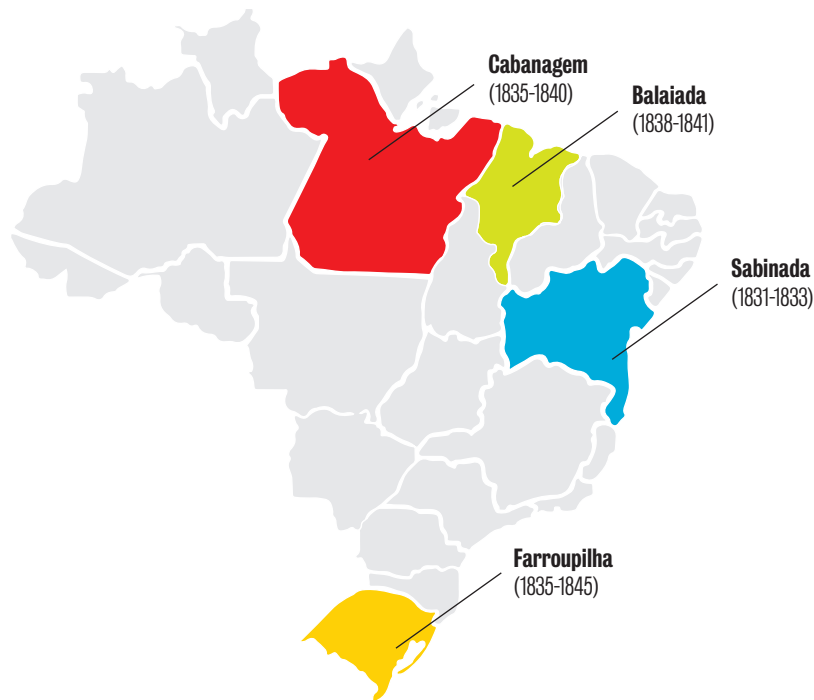
paraense foi dizimada no conflito da Cabanagem (1835-1840)

FOCOS DE TENSÃO No início de 1826, o Império desencadeou novo foco de tensões: uma guerra contra a Argentina pela posse da Província Cisplatina, atual Uruguai. Ao longo de três anos, o conflito trouxe a vida de cerca de 10 mil brasileiros e mostrou-se um inesgotável sorvedouro de recursos. O enfrentamento impopular levaria o governo a um desgaste de três anos, até a assinatura de um acordo mediado pela Inglaterra. Brasil e Argentina saíram do enfrentamento com mais dívidas junto à City londrina.

As províncias tinham pelo menos uma perspectiva comum. Era a tentativa de obterem autonomia federativa para que os negociantes locais pudessem comercializar com mais liberdade.

As províncias mais populosas eram Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Suas economias não eram integradas, voltavam-se para a exportação e mantinham relações, na

As principais rebeliões provinciais após a Independência



maior parte das vezes, diretas com a Europa. Ao mesmo tempo, eram obrigadas a recolher impostos, centralizados no Rio de Janeiro.

A crise econômica persistia. Ao longo dos anos seguintes, a situação não melhorou e as inquietações provinciais continuaram. Nesse meio tempo, vários comerciantes da Corte se opuseram ao monopólio de crédito do Banco do Brasil. A instituição foi apontada como responsável pela estagnação. Criado em 1808 por D. João VI, combinando fundos privados e administração estatal, o banco fora pensado para dotar o país de créditos necessários ao desenvolvimento. Os particulares foram atraídos a investir na instituição através da promessa de privilégios e favores governamentais. A proposta de fechamento, consumada em 1829, representou um enfraquecimento da autoridade governamental.

O panorama econômico daqueles anos ainda era baseado nas premissas da economia colonial. As relações não eram plenamente capitalistas, o mercado interno

era primitivo e as principais atividades eram de cunho extrativista ou mercantil. O historiador João Luís Fragoso nota que poucos comerciantes conseguiam manter seus negócios por um período superior a dez anos, uma vez que os mercados nacionais eram incipientes e tremendamente instáveis. Tal fato gerava uma multidão de mercadores eventuais.

ISOLAMENTO GOVERNAMENTAL O governo central se isolava e o descontentamento florescia na Corte e nas províncias. O comércio na Corte estava às moscas. Sem o Banco do Brasil e com um clima de desconfiança geral no futuro, o diminuto crédito disponível se retraía. As poucas fábricas existentes trabalhavam a meio vapor. Fechando o círculo, caía a arrecadação fiscal e não havia solvência nas contas do Estado.

Raros eram os compradores para os títulos da dívida pública. Os valores dos imóveis e da terra despencam.

A perda de legitimidade de D. Pedro acentua-se nos meses seguintes, reduzindo as margens de manobra de seu governo. Quando o monarca resolve destituir um ministério composto apenas por brasileiros, no início de abril de 1831, surpreende-se com uma mobilização popular diante de si. Insuflando os descontentes, estavam setores militares, exigindo a volta dos demitidos. D. Pedro tenta nomear um novo gabinete, mas recua. Percebe que as tropas se voltariam contra ele. É um imperador ilhado.

A temperatura política sobe. Na madrugada de 7 de abril, D. Pedro abdica do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que contava apenas cinco anos de idade. Sequer se despediu do garoto e abandonou o palácio. Uma semana depois, a bordo de uma fragata inglesa, partiria para Portugal.

O vácuo no trono resultou numa situação curiosa. Rapidamente organiza-se um novo governo, em nome do príncipe herdeiro.

O Brasil tornou-se soberano politicamente numa onda de rompimentos das colônias ibéricas com suas metrópoles no período entre 1810, ano da independência Argentina, a 1828, data da decretação da soberania uruguaia. Em 18 anos, modificou-se um panorama continental que durava três séculos. Não foi um processo único, pois contou com inúmeras características locais

O ponto de articulação era o parlamento, que ecoava um movimento antiabsolutista existente em alguns setores da sociedade. Com maioria liberal e sem a presença de

portugueses, montou-se um colegiado de três membros, chamado de Regência Trina. A figura proeminente era o padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), deputado e posteriormente senador do Império. A Regência tentou conter a crise econômica e debelar revoltas que se espalhavam pelas províncias. Controlou gastos e apertou o fisco. De certa forma, o período regencial foi um embrião de República, por mais que seus membros se comprometessem com a manutenção da monarquia.

Em 1834, após as eleições ocorridas no ano anterior, a Câmara dos Deputados começa a debater um ato adicional, destinado a fazer várias reformas constitucionais. O objetivo era evitar novos conflitos pelo território. Após intensos acertos, resolve-se fortalecer os poderes provinciais, através da criação de Assembleias Legislativas em cada uma delas.

No entanto, a estrutura centralizada do estado imperial permaneceu intocada. Os presidentes provinciais seguiriam sendo nomeados pelo Rio de Janeiro. Sem soluções estruturais, as tensões regionais cresceram, caracterizando o período regencial (1831-1840) como um dos mais conturbados da História brasileira.

CONFLITOS REGIONAIS Em 1835 eclode a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Era um movimento federalista, a unir estancieiros e setores populares na exigência de maior autonomia, que se prolongaria até 1845.

O sul do país, quer pela distância, quer por suas características econômicas e sociais, já gozava de certa independência diante do poder central. No entanto, os estancieiros e produtores acusavam a Corte de não proteger sua economia. O estopim aconteceu em 1834. O governo regencial nomeou um novo presidente para a província, que decidiu criar mais impostos. Os estancieiros viram aquilo como uma afronta. Em meio à degradingolada econômica geral, a rebelião

literalmente se armou ao longo dos anos seguintes.

Em 1838 estava formada a República Riograndense. Meses depois, o movimento alcançava Santa Catarina. Contando com grande legitimidade, os rebeldes enfrentaram tropas governamentais e organizaram uma administração autônoma e federada.

A partir de 1842, após nomear Luís Alves de Lima e Silva, o barão de Caxias, presidente da Província, o governo central começa a ter sucesso contra os revoltosos. Através de ações militares e acordos parciais, que incluíam anistia aos sublevados, a Revolução Farroupilha teve fim.

A segunda grande rebelião do período regencial foi a Cabanagem (1835-1840), na província do Pará. Aqui, a mobilização tinha cunho majoritariamente popular. Em janeiro de 1835, a movimentação chegou a Belém. O presidente da Província, Lobo de Sousa e outras autoridades foram executadas. Um governo popular foi instalado.

A repressão oficial foi violentíssima. Cerca de 30% da população paraense foi dizimada no conflito.

A cabanagem não foi um fenômeno isolado. Entre 1838 e 1841, a Província do Maranhão foi palco de encarniçadas disputas que ficariam conhecidas como Balaiada. Seus líderes eram todos oriundos das camadas pobres da sociedade. Dos cerca de 200 mil habitantes da região, quase metade era formada por escravos.

Na Bahia, por sua vez, eclodiria a Sabinada, entre 1831 e 1833. E em 1835, ocorre na capital da província a revolta dos escravos malês, de cunho nitidamente popular e anti-racista. A própria Corte viveria também sob o signo da agitação nos quartéis e nas ruas.

O medo da oligarquia de que as revoltas ganhassem fôlego e desembocassem num movimento mais unido, acabou levando a Regência a uma crise. Apesar de reprimir as revoltas com energia, Feijó renuncia em 1837. Havia uma forte articulação regressista e conservadora em curso.


RECUPERAÇÃO ECONÔMICA Há várias explicações para o fracasso das rebeliões regionais e o sucesso da repressão oficial na segunda metade da década de 1830. A condicionante geral estava na economia. Nesse período, começava a ganhar corpo um novo produto de exportação, o café, plantado nas Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir dos anos 1840, ele se tornaria o principal produto da pauta de exportações, mudando a inserção do país no cenário internacional. A balança comercial se reequilibraria, forçando o recuo da crise.

O norte e nordeste do país paulatinamente perdiam peso relativo no contexto nacional. Para o povo não havia muita diferença. O país já tinha uma abissal diferença de renda e os benefícios das melhorias na economia ficavam empoçados nas diminutas camadas ricas da sociedade.

A reativação econômica dera gás aos conservadores. Eles obtiveram maioria no parlamento e articularam uma violenta repressão às rebeliões regionais. Decidiram acabar com restrições existentes ao tráfico de escravos, estabelecidas em 1831 por pressão inglesa, e abriram caminho para um lance que se tramava à boca pequena: a volta da monarquia sem subterfúgios.

O irônico é que a medida acabou vindo também pelas mãos de um setor em expansão, os liberais. Valendo-se do temor despertado pelas revoltas, a campanha pela redução da maioria do menino Pedro de Alcântara sensibilizou setores médios da Corte. Em 1840, as elites chegam a um consenso: decretaram o príncipe imperador do Brasil, aos 14 anos de idade.

O episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade. Novas articulações da Corte com as oligarquias regionais fortaleceram a centralização do Estado e a unidade política e territorial do país, ao longo da década de 1840. O advento do Segundo Reinado coincidia com a supremacia do café.

Tinha início um novo ciclo na história nacional. 

Caio Prado Junior

O homem de lugar nenhum

Lincoln Secco – de São Paulo



Autor de obras fundamentais para o entendimento da realidade brasileira, como *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966), entre outros, Caio Prado Junior (1907-1990) não foi aceito na universidade e tinha pouca expressão em seu Partido Comunista Brasileiro. Mas, ao longo do tempo, firmou-se como um dos maiores historiadores do país

Caio Prado Junior pertenceu a uma geração de comunistas que tentou apagar muito da marca dos indivíduos sobre processos históricos. Em um pequeno livro chamado *O que é filosofia*, escrito em 1981, ele se perguntava acerca dos limites da liberdade humana. Liberdade esta que, para um marxista, não iria muito além da tomada de consciência das forças coletivas da história. Para ele, era o “homem ao mesmo tempo *autor* e *ator* da história”. Autor anônimo, muitas vezes, imerso em cadeias de ações coletivas impessoais, mas enfim, *autor*. Mas numa história que se desenrola muitas vezes à revelia das vontades individuais, o homem seria sempre mais *ator* num palco construído pelas gerações passadas e sempre reconstruído pelos homens e mulheres do presente. Em suas palavras:

“É certo que o plano em que se situam os indivíduos humanos e o grau de

Apesar de sua originalidade, Caio Prado não estava separado da cultura comunista de seu tempo, compartilhando a fé laica no modelo socialista com sua geração. Por outro lado, ele não tinha lugar no partido. Era admirado como intelectual por muitos comunistas, mas não a ponto influenciar a direção do PCB. Na universidade, como vimos, sua entrada estava proibida

participação de cada qual, pelo seu pensamento e ação, na marcha da história, não são os mesmos (...). A generalidade se conserva no modesto plano de uma vida privada que se encerra em estreitos hori-

zontes familiares e ocupacionais modestos e de relações sociais e atividades de ordem pública relativamente restritas. Os indivíduos nessa situação terão naturalmente (...) papel muito reduzido na marcha da história. Mas nem por isso deixam de trazer a sua contribuição, porque é da totalidade dessas contribuições individuais, em conjunto, que a história se faz”.

AÇÃO E PENSAMENTO Mas Caio Prado Júnior alçou-se, *pela ação e pensamento*, a outro patamar. Suas ações não tiveram o poder de influenciar diretamente os rumos do país e nem mesmo os de seu partido. Mas sua obra teve um merecido reconhecimento acadêmico, embora não o político, como ele queria.

Caio da Silva Prado Júnior, ou Caíto (apelido de infância), nasceu no dia 11 de fevereiro de 1907, no bairro de Higienópolis, em São Paulo. De tradicional

família paulista, ex-aluno da faculdade de Direito de São Paulo (1924-1928) e jovem advogado na época da Revolução de 1930, ele chocou seus círculos familiares e de amizade ao aderir ao Partido Comunista do Brasil (PCB) um ano depois da queda da República Velha. Militante incansável, ele foi preso e perseguido várias vezes. Sua vocação para os estudos brasileiros, contudo, o inseriram no rol daqueles pensadores que eram tolerados devido à sua aguçada inteligência, apesar da opção política.

Com a fundação da USP em 1934, Caio Prado Junior matriculou-se na seção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Lá se tornou companheiro de conversas e viagens dos geógrafos, especialmente de Pierre Monbeig e Pierre Defontaines, e participou da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Caio foi preso em 1935, afastado do Brasil e teve uma possível carreira universitária interrompida. Elegeu-se deputado estadual pelo PCB em 1947 e foi cassado no mesmo ano, quando o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) colocou a agremiação na ilegalidade. Em 1954, por insistência de amigos, escreveu *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, tese apresentada no concurso para a cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da USP. Obteve o título de Livre Docente, mas não a cadeira de professor, por razões políticas. Na época ele já era um dos mais respeitados historiadores do Brasil.

Mesmo no seu partido, embora respeitado e ouvido, raramente tinha oportunidade de debater suas ideias. Nos anos 1950-60 tentou por três vezes ser professor universitário no estado de São Paulo, mas foi preterido por causa de sua filiação ao PCB. Mas quando faleceu, em 1990, sua obra de historiador havia se tornado um modelo quase universalmente debatido nas universidades brasileiras.

CONHECER PARA MUDAR Em sua obra, Caio Prado Junior procurou conhecer o Brasil para mudá-lo. Ele mostrou que o Brasil nunca foi um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento. O país sempre foi pobre e rico, desenvolvido e atrasado, dependendo do ciclo econômico de cada época: “Infância, juventude, adolescência, maturidade, velhice e senilidade encontram-se presentes em nosso país e em sua economia, hoje como em qualquer época do passado”, escreveu ele em *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. O intelectual não viu ciclos em sequência (do pau-Brasil, do açúcar, café etc), mas uma superposição de fases, cuja

Mesmo no seu partido, embora respeitado e ouvido, raramente tinha oportunidade de debater suas ideias. Nos anos 1950-60 tentou por três vezes ser professor universitário no estado de São Paulo, mas foi preterido por causa de sua filiação ao PCB. Mas quando faleceu, em 1990, sua obra de historiador havia se tornado um modelo quase universalmente debatido nas universidades brasileiras

lenta evolução a cada momento apresentava um fator como dominante ou sobreposto a outro. É a economia permanentemente extrovertida, com a América portuguesa desde o início integrada ao capitalismo internacional. Nascemos modernos como uma empresa global. A tecnologia mediterrânica da plantação de cana-de-açúcar nas ilhas do Mediterrâneo e as mudas das ilhas atlânticas se associaram à força de trabalho do continente negro.

O que importava a Caio era o fato de que as formas de produção aqui instaladas obedeciam ao único objetivo de abastecer os mercados dos países europeus com alguns gêneros primários.

Por isso “a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção e o caráter de uma economia”, como ele escreveu em 1942. Os seus críticos chamaram isso de “circulacionismo” e não atentaram para o fato de que, na periferia, o estudo da esfera da distribuição é que conduz à totalidade. Isso porque o dinamismo do modo de produção está no centro do sistema e é este quem dá o “sentido da colonização”.

HOMEM SEM LUGAR Afirmou-se também que Caio Prado Junior não deu a devida relevância ao nosso processo de diferenciação produtiva interna. Escrevendo nos anos 1950 contra o capital estrangeiro no Brasil, o historiador via (como o seu partido) o imperialismo e o latifúndio como obstáculos à emancipação econômica do país.

Mas Caio Prado Junior não opôs os capitais estrangeiros à industrialização do Brasil. Isso seria contrariar seu esquema interpretativo da economia colonial, já que ele foi o primeiro a observar que o centro do sistema precisava desenvolver a colônia para explorá-la.

Apesar de sua originalidade, Caio Prado não estava separado da cultura comunista de seu tempo, compartilhando a fé laica no modelo socialista com sua geração. Por outro lado, ele não tinha lugar no partido. Era admirado como intelectual por muitos comunistas, mas não a ponto influenciar a direção do PCB. Na universidade, como vimos, sua entrada estava proibida.

A estranha situação de um autor original cuja produção se dava num “não-lugar” permitiu que Caio Prado Junior escrevesse a mais importante interpretação histórica do Brasil. Uma obra revolucionária. **ii**



Qual é o nome deste lindo lugar que é sede do Poder Legislativo?

- A () Câmara Federal
- B () Câmara Legislativa
- C () Senado Federal
- D () Congresso Nacional

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: D – Congresso Nacional, Brasília, DF

**VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.**

Ministério do
Turismo




Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br





Desenvolvimento regional, meta nacional

Daniella Cambaúva - de São Paulo

A wide-angle photograph of a large audience seated in a conference hall. The audience is diverse in age and appearance, many holding papers or folders. The room has red walls and a stage area with a screen on the left. The text is overlaid on the upper left portion of the image.

Há uma novidade na realização da próxima Conferência do Desenvolvimento. O debate partiu dos estados, com a realização de eventos similares em todos eles. No processo, foram identificadas características e particularidades de cada região, para que possam ser traçados múltiplos planos de desenvolvimento para o país, levando-se em conta a diversidade econômica, cultural e política

Após a realização de Conferências Estaduais de Desenvolvimento em todas as unidades da federação, o Ministério de Integração Nacional e o Ipea buscam sintetizar as melhores iniciativas e propostas em uma nova Conferência Nacional, a ser realizada em Brasília em 2013. Os objetivos centrais são identificar gargalos e superar os obstáculos ao desenvolvimento regional

Em 2011, o Brasil tornou-se a sexta maior economia do mundo. No entanto, apesar de os indicadores macroeconômicos apontarem para um cenário de crescimento sustentável, o país ainda enfrenta uma série de desafios. Continuamos sendo um dos mais desiguais tanto em termos sociais como regionais. A

do Piauí. E as desigualdades regionais não se revelam apenas no Nordeste. Em locais como o Vale do Ribeira, em São Paulo, em partes do sul do Rio Grande do Sul, no norte de Minas Gerais, em vastas regiões na faixa de fronteira e em inúmeras outras sub-regiões do Brasil, os indicadores socioeconômicos estão muito abaixo da média nacional.

CONFERÊNCIAS EM CADA ESTADO Diante dessa tarefa, o Ministério de Integração Nacional e do Ipea têm buscado formular políticas para atender aos interesses regionais, estreitando relações entre o governo federal e os estaduais, além de convidar a sociedade civil para participar do processo.



Claudio Amitrano, do Ipea, na abertura da Conferência de Florianópolis, Santa Catarina

“Esta foi a primeira vez em que houve uma discussão tão ampla envolvendo desenvolvimento regional. Ao todo, participaram mais de dez mil pessoas. Tivemos a participação de diversas organizações municipais, do setor empresarial, dos movimentos sociais, além do pessoal de instituições de Ensino Superior. Houve esforço grande por parte dos diversos estados. Uma imensa contribuição para políticas públicas por propiciar uma aproximação entre governo federal e governos estaduais”

região Nordeste, por exemplo, concentra 28% da população brasileira, mas responde por apenas 13% do PIB (Produto Interno Bruto), com um PIB *per capita* equivalente a menos da metade da média nacional e quatro vezes menor que o de São Paulo. A mesma variável no Distrito Federal é 8,6 vezes maior do que

Diante desse cenário, um dos maiores desafios governamentais é conseguir elaborar políticas públicas capazes de contemplar as particularidades e assimetrias de cada uma das 27 unidades federativas em que o país está dividido.

Com esta finalidade, foram concluídas, em novembro, duas de três etapas da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), realizada pela primeira vez em 2012. Fruto de um acordo de cooperação técnica firmado em março entre o Ministério e o Ipea, a CNDR está organizada em três etapas

integradas e sequenciais: as Conferências Estaduais, que aconteceram entre 1º de agosto e 19 de outubro em cada um dos 26 estados do Brasil, sendo uma também no Distrito Federal; as cinco Conferências macrorregionais, de 22 de outubro a 14 de novembro, com sedes em estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste; e a terceira, a Conferência Nacional, que está planejada para ocorrer em março de 2013, em Brasília.

Para Sergio Duarte de Castro, secretário Nacional de Desenvolvimento Regional, o resultado foi excelente. “Essa foi a primeira vez em que houve uma discussão tão ampla envolvendo desenvolvimento regional. Ao todo, participaram mais de

10 mil pessoas

aproximadamente, participaram das Conferências de Desenvolvimento Regional (CNDR).

uma aproximação entre governo federal e governos estaduais”.

As etapas estadual e regional tinham entrada gratuita e foram abertas a quem quisesse participar. As atividades tiveram

FORMULAÇÕES DEMOCRÁTICAS Para o economista Aristides Monteiro Neto, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e coordenador geral dos trabalhos do Instituto nas conferências estaduais, a realização das duas primeiras etapas proporcionou uma experiência muito positiva e inovadora. “Nunca tínhamos realizado essa discussão tão aberta em nível regional. Esse modelo de conferência é bom por tornar o processo de formulação das políticas mais democrático”.

Ao final do processo das conferências nos estados e no Distrito Federal, foram definidos princípios e diretrizes que servirão de base para a elaboração da nova versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A proposta é levar as



Solenidade de abertura da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional de Porto Velho, Rondônia

dez mil pessoas. Tivemos a participação de diversas organizações municipais, do setor empresarial, dos movimentos sociais, além do pessoal de instituições de ensino superior. Houve esforço grande por parte dos diversos estados. Uma imensa contribuição para políticas públicas por propiciar

duração de dois a quatro dias – a depender do estado – e contaram com painéis, mesas e oficinas de trabalho. Delas participaram estudantes, pesquisadores, gestores e servidores públicos, lideranças de movimentos sociais, empresários e representantes dos governos estaduais e municipais”.

“Em 2011, o Brasil se tornou a sexta maior economia do mundo. No entanto, o país ainda enfrenta uma série de desafios. Continuamos sendo um dos mais desiguais”



Poliana Protábio

Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, Goiânia, Goiás

Ao final do processo das conferências foram definidos princípios e diretrizes para a elaboração da nova versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para isso, as discussões regionais serão levadas à Conferência Nacional. Ali devem ser definidos princípios e diretrizes nacionais de para uma política de desenvolvimento. O objetivo do Ministério da Integração é encaminhar para o Congresso Nacional um decreto que cria a nova PNDR ainda em 2013

discussões regionais à Conferência Nacional e dela extrair os princípios e diretrizes para a construção da PNDR. O objetivo do Ministério da Integração é, até o início do segundo semestre de 2013, encaminhar para o Congresso Nacional um decreto que cria a nova PNDR.

No debate atual, são três as grandes premissas que orientarão a PNDR: dimensão de política nacional, perfil de política de Estado e abordagem das desigualdades regionais em múltiplas escalas.

A primeira PNDR foi institucionalizada pelo governo federal em fevereiro de 2007 com dois objetivos primordiais: reverter a trajetória das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da base regional brasileira. A expectativa, em 2013, é de que sejam estruturados o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Espera-se ainda definir, com os governos em todas as suas esferas e com a sociedade civil, Pactos de Metas nos campos da

infraestrutura, educação e capacitação de recursos humanos.

PARCERIAS PÚBLICAS Embora esta seja a primeira vez que a CNDR acontece, a Conferência do Desenvolvimento (Code) do Ipea já teve duas etapas nacionais (2010 e 2011), além de etapas estaduais na Paraíba, Bahia e São Paulo (todas em 2011) – mais restritas a discussões sobre desenvolvimento por meio de mesas de debates, oficinas e lançamentos de livros. Nas edições anteriores, as Codes reuniram cerca de 30 mil pessoas ao longo das 400 atividades, com a participação de 1,7 mil palestrantes.

Foi a partir do acordo entre o Ipea e o Ministério da Integração que as Conferências Estaduais se tornaram instrumento para formulação das políticas regionais. Foi também em 2012 que esses debates se realizaram em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Aristides Monteiro Neto, do Ipea, relata que essa parceria surgiu de uma percepção

de que o Instituto precisa se aproximar cada vez mais do território brasileiro. “É um desejo do Instituto de aprender com os estados. As regiões não são homogêneas, e o Ipea precisa se aproximar mais das políticas públicas *in loco*. Ou seja, conhecer os problemas e as dificuldades locais”.

Em sua opinião, com o processo de descentralização político-administrativa verificado desde o início da década de 1980, o planejamento centralizado para

“Nunca tínhamos realizado essa discussão tão aberta em nível regional. Esse modelo de conferência é bom por tornar o processo de formulação das políticas mais democrático”

Aristides Monteiro Neto,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea
e coordenador geral dos trabalhos do Instituto
nas conferências estaduais

gerar estratégias e políticas a serem implantadas de cima para baixo perde o sentido. “O Brasil se expandiu muito. Há políticas que vêm dos anos 1980 e que precisam ser reinventadas”, concluiu.

DEBATES INTENSOS Segundo Herton Ellery Araújo, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea que esteve em conferências no Acre, Pará, Alagoas, Ceará, Piauí, Mato Grosso do Sul e Goiás, em alguns estados, os debates foram mais intensos do que em outros, mas o modelo da conferência superou suas expectativas. “É uma iniciativa ainda incipiente, mas espero que continue acontecendo dessa forma”.

As conferências estaduais foram pautadas por quatro eixos temáticos: Governança, participação social e diálogo federativo; Financiamento do desenvolvimento regional; Desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e, por fim, Transversalidade – vetores de desenvolvimento regional sustentável.

Zaida de Andrade Lopes Godoy, coordenadora de Pesquisa, Planos, Projetos e Monitoramento da Semac (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia) do Mato Grosso do Sul, comemora a participação de 300 pessoas na etapa estadual. “Foi um sucesso, com quatro dias de auditório cheio”.

*No debate atual,
são três as grandes
premissas que orientarão
a PNDR: dimensão de política
nacional, perfil de política
de Estado e abordagem das
desigualdades regionais em
múltiplas escalas*

A Conferência Estadual do MS foi realizada em agosto, em Campo Grande. Além do desenvolvimento sustentável, outro assunto que se destacou foi a inte-

gração das regiões próximas ao Paraguai e à Bolívia, já que 44 dos 78 municípios do estado ficam em áreas fronteiriças. “São cidades com maior grau de precariedade, desigualdade e com maior vulnerabilidade”, explicou Zaida.

BALANÇO NO CEARÁ A Coordenadora de Desenvolvimento Urbano e Territorial da Secretaria das Cidades do Ceará, Caroline Rocha, também fez um balanço positivo da etapa que aconteceu em Fortaleza, no final do mês de setembro, contando com aproximadamente 350 inscritos. “Foi um pontapé inicial para a construção de uma política regional”, disse ela.

“Há uma concentração muito grande da atividade econômica nas áreas metropolitanas e não há nada no interior do estado. Existe também o problema do clima, por conta da caatinga, que acaba diminuindo a potencialidade econômica”, completou Caroline.



Abertura da 1ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional, em Belo Horizonte, Minas Gerais

TRADIÇÃO GAÚCHA Também no final de setembro, o estado do Rio Grande do Sul realizou sua conferência. Segundo o geógrafo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Governo do Estado do RS Antônio Paulo Cargnin, foram dois dias de debate com 263 inscritos, além de representantes oficiais de 68 dos 496 municípios do estado. “Aqui nós temos uma tradição de tratar da questão regional. Esperávamos que o evento fosse bom, e ele atingiu nossa expectativa”.

Além de realizar o debate acerca das proposições para PNDR, o objetivo foi eleger os delegados que representaram os estados nas etapas Macrorregionais e que levarão as propostas para a etapa que ocorrerá em Brasília.

DESTAQUES REGIONAIS Nas Conferências Macrorregionais, cada parte do país se

destacou por um aspecto distinto. A Região Sudeste, por exemplo, centrou-se em questões urbano-metropolitanas; a Região Sul, em áreas de dificuldade econômica e na capacidade

A partir do acordo entre o Ipea e o Ministério da Integração, as Conferências Estaduais se tornaram instrumento para formulação das políticas regionais, com debates realizados em todo o país

fiscal dos estados para levar adiante políticas de desenvolvimento.

Já a Região Nordeste teve como foco os bolsões de pobreza, principalmente no semiárido, além da fragilidade da agricul-

tura regional e da carência de infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias, saneamento, abastecimento de água) para o desenvolvimento econômico. Na Região Norte, salientou-se a baixa integração econômica e social dentro da própria região, uma elevada dependência das políticas e recursos do governo federal e a falta de infraestrutura para o desenvolvimento.

Por fim, a Região Centro-Oeste, bem como o Norte e Nordeste, observou a carência de infraestrutura para a expansão da agropecuária. Discutiu ainda fontes de financiamento para pequenas e médias empresas e a necessidade de reorientar a produtividade dos grandes centros urbanos.

O FUTURO DAS POLÍTICAS Na opinião de Sergio Duarte de Castro, secretário nacional de Desenvolvimento Regional, concluídas as duas primeiras etapas do processo, “o desafio



Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, São Paulo


As Conferências Estaduais foram pautadas por quatro eixos temáticos: Governança, participação social e diálogo federativo; Financiamento do desenvolvimento regional; Desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; Transversalidade – vetores de desenvolvimento regional sustentável. Esses vetores devem formar o esqueleto de uma política de desenvolvimento



Gil Leonardo

Palestra na Conferência de Belo Horizonte, Minas Gerais

está colocado para viabilizar os projetos discutidos, ou seja, criar mecanismos para tirar essas propostas do papel”.

Monteiro Neto faz uma avaliação otimista. “Não teremos problemas para implementar essas políticas”. Sua expectativa é que esse processo altere uma falsa e estereotipada concepção em torno do desenvolvimento regional. “Espero que a CNDR tenha a capacidade de tirar a discussão de política nacional como algo apenas necessário ao Norte e ao Nordeste, que são regiões mais frágeis. A política de desenvolvimento regional é o Brasil. A participação do Nordeste o PIB nacional é a mesma há três décadas. Não é uma economia decadente, mas não tem crescido. A expectativa é de que estas questões sejam vistas como mais relevantes e, assim, essas regiões possam captar mais recursos”, conclui. 



Candido Conceição

Exposição de propostas na Conferência de Salvador, Bahia, em 2011, antes da assinatura do acordo com o Ministério da Integração Nacional



Onde fica este complexo turístico cheio de lugares para se divertir?

- A () Salvador, BA
- B () Maceió, AL
- C () Fortaleza, CE
- D () Belém, PA

Se você é brasileiro e não sabe a resposta, está na hora de conhecer melhor o Brasil.

Resposta: D – Belém, PA

**VIAJE PELO BRASIL.
É BOM PARA VOCÊ.
É BOM PARA O PAÍS.**

Ministério do
Turismo



Consulte seu agente de viagem. www.turismo.gov.br



A nova lei de acesso à informação

“**D**ireito desconhecido é direito inexistente”, disse o cientista político uruguaio Geraldo Caetano, no afã de tornar claro que a desarmonia informacional dificultava ou, no seu grau máximo, impedia o conhecimento dos próprios direitos por parte dos cidadãos.

O Estado Brasileiro tardou, mas, finalmente, se rendeu a uma tendência internacional: a de reconhecer que o direito de acesso à informação pública é um direito humano fundamental que, quando assegurado, representa um enorme passo para tornar o Estado mais transparente e democrático, possibilitando o pleno exercício da cidadania.

A Lei federal nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), veio regulamentar a prerrogativa constitucional do cidadão de requerer informações ao poder público, além de fixar regras, prazos e garantias que viabilizam e tornam exequível o direito de acesso.

Sob o prisma da nova Lei, a informação sob guarda do Estado passou a ser pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas quando classificada como sigilosa e se tratar de informação de cunho pessoal ou quando se referir a hipóteses de restrição de acesso previstas em outras leis não revogadas pela Lei de Acesso. É preciso lembrar que a nova Lei apenas ab-rogou um texto legal, que foi a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005.

Nesse ponto, importante ressaltar que, previamente à sanção, publicação e entrada em vigor da LAI, o Brasil possuía uma lei de sigilo regulamentando o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição da República, a

citada Lei nº 11.111/2005. Tal Lei previa a salvaguarda de documentos oficiais e impedia que uma parte das informações do Estado se tornasse pública. Agora, o sigilo é tratado como exceção, dado que a LAI vai de encontro aos preceitos dessa lei antecessora. É a substituição do tradicional pelo inovador!

Nesse diapasão, faz-se mister a transformação de toda uma cultura, criando novos valores e gerando novas práticas no cotidiano administrativo, visto que a implantação de um sistema de acesso, que dar-se-á paulatinamente, significa a superação do paradigma do sigilo que está presente na Administração Pública, baseado em rotinas estabelecidas. Nesse processo gradativo de mudança cultural, é imprescindível que os servidores e gestores públicos entendam que a abertura é mais do que uma obrigação, é a consolidação de um direito humano fundamental e essencial para a boa governança do país.

O fornecimento da informação por parte das instituições públicas não se encontra mais ao alvedrio do servidor público que, ora, encontra-se legalmente impelido a realizar a entrega da informação requerida no prazo estipulado, sob pena de ser responsabilizado por prática de infração administrativo-disciplinar.

Entretanto, não basta prestar a informação ao indivíduo. O Estado atualmente deve se esforçar para que a informação por ele franqueada seja clara e inteligível aos cidadãos, além de ter de cumprir os requisitos legais da autenticidade, integridade, primariedade e atualidade.

Fundamentado na LAI, tem-se a premissa de que o Estado opera em nome da sociedade e, desse modo, não é proprietário, mas

guardião do bem público, aí compreendida a informação pública que é produzida ou tutelada pelo Estado. Em outras palavras, pode-se afirmar que, se a informação é um bem público, ela deve estar acessível à sociedade, exceto se exista um interesse público maior que justifique o sigilo por determinado período de tempo, a exemplo das informações que se referem à segurança do Estado ou da sociedade.

Frisa-se que o acesso à informação é um direito constitucional que qualquer cidadão possui de requerer informações geradas ou custodiadas por órgãos ou entidades públicas. É um direito que deixou de ser considerado apenas instrumental, haja vista ter adquirido o *status* de direito autônomo. Lembrando que, conforme previsto na nova Lei, o cidadão sequer precisa justificar seu interesse na informação solicitada.

Os benefícios auferidos pela sociedade com LAI foram o controle dos gastos públicos e, o combate à corrupção e o monitoramento das políticas públicas, culminando na melhor tomada de decisão. São pressupostos de governos democráticos.

O desafio presente é o de assegurar sua implementação nos órgãos e entidades públicas, dos três poderes, das três esferas federativas, enfrentando-se as dificuldades de natureza técnica, tecnológica e administrativa, que incluem a alocação de recursos financeiros e humanos em prol do cumprimento dos mandamentos legais e constitucionais. **■**

Fernanda da Silveira Campos é Advogada. Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e responsável pela implantação da Lei de Acesso à Informação no Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA). Atualmente é Ouvidora do SFB/MMA.

Ponte sobre o Atlântico: os novos ventos do Sul

Maíra Kubik Mano – de Salvador

Na última década, Brasil e África estreitaram suas relações, passando para um novo patamar de cooperação internacional. Apesar da crise econômica mundial, a troca de conhecimentos e investimentos movimentam intensamente os dois lados do Atlântico

“Hoje em meu sangue a América se nutre Condor que transformara-se em abutre Ave da escravidão”

Castro Alves

Há cerca de 150 anos, o poeta baiano Castro Alves (1847-1871) expressava assim o ressentimento africano com o Brasil Império. Naquele momento, as relações entre os dois lados do Atlântico esfriavam, logo após o fim do tráfico de escravos, em 1850. Num mundo marcado pelo domínio imperial britânico, as relações dos dois mundos tinha como foco a América do Norte e a Europa.

*“O comércio tem se fortalecido
cada vez mais. Se pegarmos
a África como um conjunto,
ela se torna o quarto maior
importador dos produtos
brasileiros”*

Guilherme Schmitz,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

A retomada formal da proximidade viria apenas no final dos anos 1950, com novos Estados africanos conquistando independência política, num ciclo de descolonizações surgido após a II Guerra Mundial. Após a soberania das ex-colônias portuguesas – especialmente Angola e Moçambique – nos anos 1970, um fluxo relativamente intenso de bens e capitais voltaria a cruzar o oceano até tornar-se, no século XXI, uma das prioridades brasileiras.

“O comércio tem se fortalecido cada vez mais. Se pegarmos a África como um conjunto, ela se torna o quarto maior importador dos produtos brasileiros”, ressalta Guilherme Schmitz, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

Porém, aponta o entrevistado, apesar da intensidade crescente há ainda pouco registro sobre toda essa movimentação. “Não costuma

ser um tema em voga”, comenta. Para suprir um pouco essa lacuna o Ipea, em parceria com o Banco Mundial, lançou, no final de 2011, o livro *Ponte sobre o Atlântico – Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o crescimento*. O objetivo foi realizar um estudo do envolvimento do Brasil com a África Subsaariana na última década, com foco no intercâmbio de conhecimentos, comércio e investimentos, para entender melhor essas relações.

NOVA PERSPECTIVA “A relação Brasil-África não é nova, mas ela passou por várias mudanças. O que vemos é uma nova perspectiva de cooperação internacional”, aponta Fernanda Lira Góes, também técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, que participou do livro.

Para ela, a última década marca um dos momentos mais relevantes da política externa em relação à África. Prova disso é que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou 12 viagens ao continente africano durante seus oito anos de mandato, visitando 21 países, feito inédito. No sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos vindos de 27 Estados. Ainda no campo diplomático, o Brasil mantém atualmente 37 embaixadas na África, comparado a 17 em 2002. Além disso, desde 2003 foram abertas 17 embaixadas africanas em Brasília, somando-se a 16 já existentes.

Para além da diplomacia, fizeram parte do estudo a troca de conhecimentos nas áreas de agricultura, saúde, formação profissionalizante e proteção, e os investimentos comerciais e empresariais do Brasil na África.

Os dados foram colhidos entre outubro de 2010 e agosto de 2011 por uma equipe de

profissionais do Banco Mundial, do Ipea e da Universidade de Brasília (UnB). Entre as principais fontes pesquisadas encontram-se documentos oficiais, não oficiais, projetos, relatórios, livros, artigos, discursos, análises, troca de e-mails e entrevistas – mais de 130, realizadas com profissionais nas cidades de Acra, Bamako, Bissau, Dacar, Maputo, Praia, Pretória, Brasília, Rio de Janeiro e Washington.

TROCA DE CONHECIMENTO O estudo do Ipea aponta a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) como uma das grandes responsáveis pela troca de conhecimentos entre Brasil e África. Com alguns projetos estruturantes, ela busca contribuir para o desenvolvimento agrícola do continente no longo prazo. “A Empresa mantém projetos de cooperação internacional para aumentar o conhecimento de atividades técnicas e científicas ou para trocar conhecimento e tecnologia com outros países”, afirmou, ao estudo, Francisco Basílio Freitas de Souza, então diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa.

Um destes projetos é o *Cotton Four*, realizado em Benin, Burkina Faso, Chade e

*“A Embrapa mantém projetos
de cooperação internacional
para aumentar o conhecimento
de atividades técnicas e
científicas ou para trocar
conhecimento e tecnologia com
outros países”*

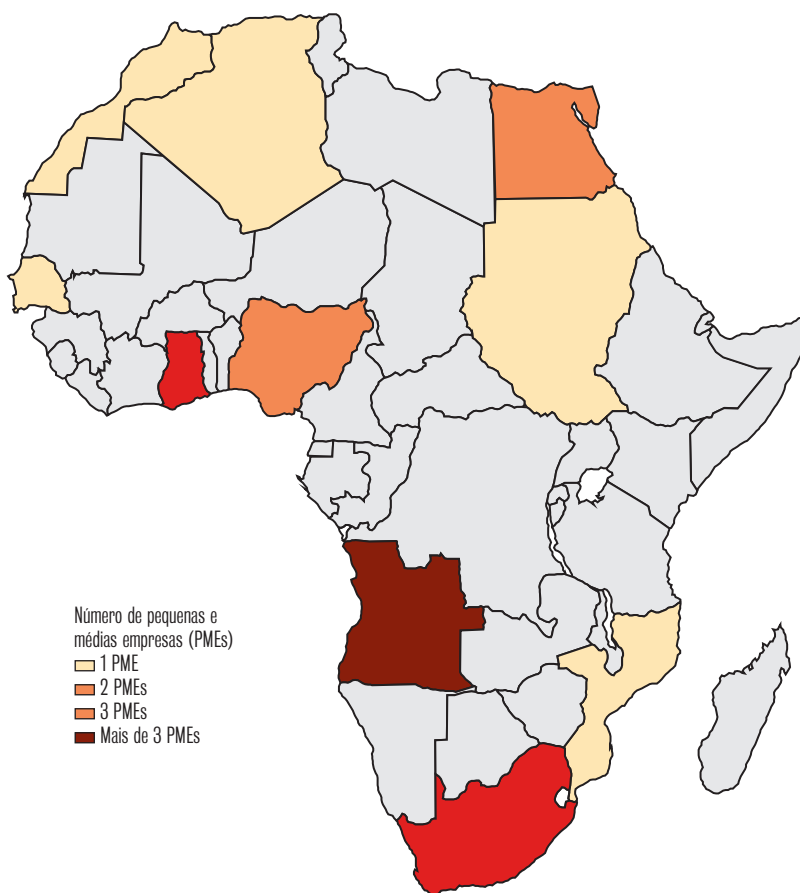
Francisco Basílio Freitas de Souza,
diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Embrapa

no Mali, países que sofreram perdas sucessivas com a política de subsídios praticada no mercado internacional de algodão. No Mali, por exemplo, nove variedades da fibra são testadas e adaptadas e dois laboratórios de pesquisa estão em construção. Com o melhoramento genético do algodão e o controle de pragas, o governo brasileiro espera que os agricultores possam expandir o plantio e tenham um retorno mais rápido dele. Iniciativa semelhante, mas com a rizicultura, ocorre no Senegal, onde o Brasil está transferindo tecnologia para que o país seja autossuficiente na produção de arroz.

A Apex vem fomentando a presença de pequenas e médias empresas brasileiras na África. As atividades de maior concentração são alimentos e bebidas, confecções e calçados, peças automotivas, produtos eletrônicos, construção civil e cosméticos. O maior número de PMEs brasileiras encontra-se em Angola

Em relação à saúde, destaca-se, entre outros, a construção de um laboratório em Moçambique para a produção de medicamentos genéricos para o tratamento de HIV/Aids e outras doenças. A ação é considerada pelos

Pequenas e médias empresas brasileiras na África



Fonte: Ponte sobre o Atlântico, prior Ipea

pesquisadores do *Ponte sobre o Atlântico* como “o maior projeto do Brasil na área de cooperação para o desenvolvimento, contando com investimento de aproximadamente US\$ 23 milhões”.

Ainda em termos de troca de conhecimentos, a experiência do Programa Fome Zero e de outros projetos sociais é ressaltada pelo **Ipea** por ser atualmente adaptada e reproduzida em países africanos. Desde 2004, o

Comércio do Brasil com o mundo, a África e a África Subsaariana, 2000-10 (em US\$)

	2000	2001	2002	2003	2004	
Mundo	110.969.460.353	113.888.349.663	107.681.303.968	121.528.871.507	159.512.859.906	
África	4.252.876.098	5.319.020.146	5.036.174.214	6.149.521.057	10.425.741.453	
África Subsaariana	2.054.751.728	3.275.132.745	3.009.938.102	3.759.498.378	6.498.713.052	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	192.129.063.582	229.148.973.892	281.269.740.902	371.139.076.664	280.642.073.593	383.563.775.541
África	12.630.456.924	15.536.861.331	19.903.591.657	25.919.298.556	17.152.899.842	20.407.917.230
África Subsaariana	7.072.242.226	10.158.144.627	13.128.537.975	16.877.688.204	11.036.725.854	12.190.937.300

Fonte: Elaborado pela IPEA com base em informações do banco de dados da UN Comtrade (<http://comtrade.un.org/db/>).

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) mantém relações com Estados como Angola, Senegal e Quênia visando criar condições para um crescimento mais inclusivo.

INVESTIMENTO E COMÉRCIO O comércio Brasil-África passou de US\$ 4 bilhões em 2000 para cerca de US\$ 20 bilhões em 2010. Nesse período, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) lançou diversas medidas para facilitar o acesso a empréstimos brasileiros ao continente. Em 2006, por exemplo, criou uma linha de crédito de US\$ 1,5 bilhão em Angola para o desenvolvimento de usinas de processamento de etanol de cana-de-açúcar. Algo semelhante ocorreu em 2010 em Gana e Moçambique.

Do lado brasileiro, as principais empresas a investirem no continente são Petrobras, Queiroz Galvão, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa. Elas atuam basicamente em infraestrutura, mineração e energia – petróleo e gás –, com o apoio do BNDES.

A construtora Odebrecht tem projetos na África do Sul, em Angola, Botsuana, Djibouti, Gabão, Líbia, Libéria, Moçambique e República Democrática do Congo. Alguns desses países também recebem a Andrade Gutierrez, que atua ainda em Camarões, Guiné, Guiné Equatorial e Mauritânia. A Camargo Correa, por sua vez, possui escritório em Angola desde 2006 e, em Moçambique, está construindo a hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, no rio Zambezi, além de participar de um consórcio para construção de mina de carvão em Moatiza, liderado pela Odebrecht.

Já a Vale, que está no setor de mineração africano há oito anos, anunciou em outubro de 2010 investimentos de até US\$ 20 bilhões para os próximos cinco anos. A empresa adquiriu mineradoras na África do Sul e na República Democrática do Congo para exploração de cobre e cobalto e realiza atividades de garimpo na Província de Moxico, fronteira com a Zâmbia, entre outros.

A Petrobras, por sua vez, comprou recentemente 50% de participação em um bloco de 7400 km² no litoral de Benin para a exploração de petróleo leve e conta com 50% de participação em bloco de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas na Namíbia.

A presença das pequenas e médias empresas, porém, ainda é muito restrita. “De repente seria mais interessante, agora, dar mais incentivo a pequenas e médias empresas brasileiras e africanas nessa relação. E para comunidades tradicionais, aqui e lá, que têm suas parcerias e suas relações”, ressalta Fernanda Góes.

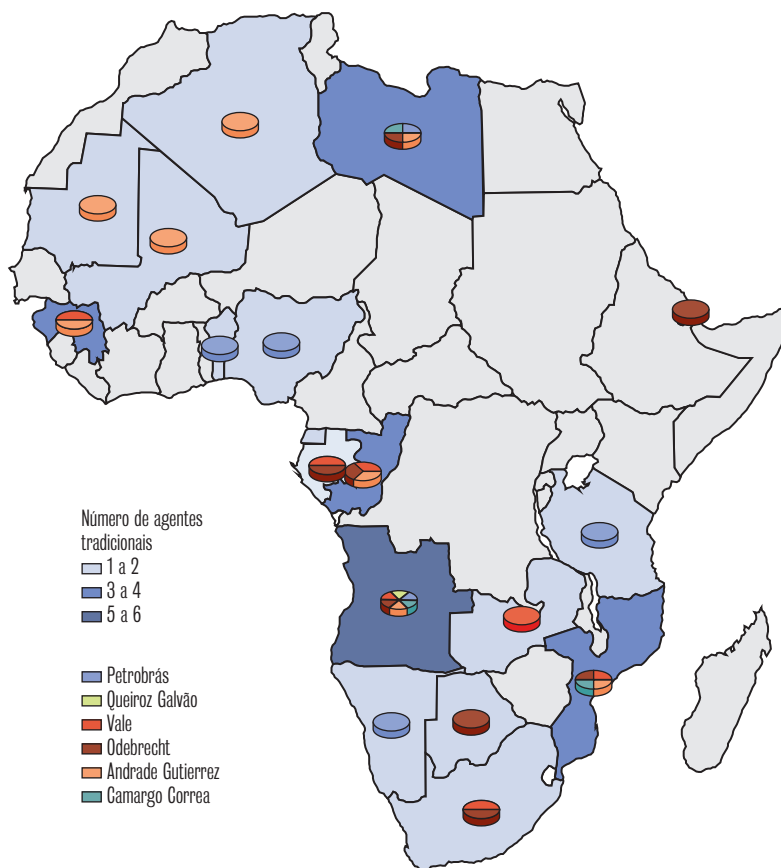
A COOPERAÇÃO SUL-SUL Os parâmetros que têm guiado essas relações, cada vez mais intensas, são os da chamada cooperação

“Antigamente acreditava-se que a cooperação Sul-Sul se limitava a questões técnicas como a transferência de conhecimento. Mas com o levantamento que fizemos no Ipea, descobrimos que há também modalidades como assistência humanitária, ajuda a refugiados e uma cooperação multilateral por organismos internacionais”

Guilherme Schmitz,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

Sul-Sul, ou seja, daquela realizada entre países emergentes. “Antigamente acreditava-se que a cooperação Sul-Sul se limitava a

Empresas brasileiras na África

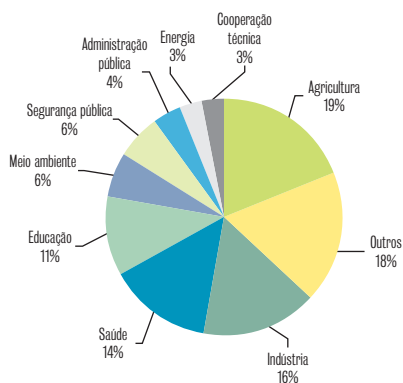


Fonte: IPEA.

questões técnicas como a transferência de conhecimento. Mas com o levantamento que fizemos no **Ipea**, descobrimos que há também modalidades como assistência humanitária, ajuda a refugiados e uma cooperação multilateral por organismos internacionais”, ressalta Guilherme Schmitz.

Em termos de gasto, os pesquisadores concluíram que a cooperação Sul-Sul se aproxima da Norte-Sul. A distinção entre elas residiria em dois aspectos centrais: a história e as condicionalidades. “A história da cooperação Sul-Sul é distinta. Ela surge no período da Guerra Fria, por meio ao movimento dos países não-alinhados. Outra diferença é a forma com que são tratadas as condicionalidades. Os países do Norte geralmente pedem uma contrapartida dos países que vão receber essa cooperação na hora de fechar o acordo. Coisas que você não encontra na cooperação Sul-Sul, como as do Brasil, da China e da Índia”, afirma Schmitz.

Principais áreas de envolvimento do Brasil em acordos de cooperação Sul-Sul, 2009.



Fonte: ABC, 2009.
Obs. Parcelas representam percentuais do portfólio total de projetos.

Segundo ele, o ponto principal exigido pelos países desenvolvidos é o respeito às liberdades políticas e aos direitos humanos. “Podemos até pensar que são coisas boas”, analisa, “mas há uma realidade que se tem

“A África do Sul se coloca como um país que pode oferecer à região alguns investimentos necessários, como infraestrutura e logística em estradas, portos, aeroportos, energia elétrica etc. Para ela se desenvolver, tem de levar a região junto”

Elton Jony Ribeiro,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

que ir mais a fundo porque existem direitos humanos também ligados a questões sociais e econômicas. Para o Brasil existe uma preocupação em relação à democracia, aos direitos humanos e civis, porém não é uma condição *sine qua non*”.

“Uma relação econômica é sempre uma via de mão dupla, de benefícios mútuos. Não existe uma benevolência brasileira, existem ganhos”, complementa Schmitz. “Quanto maior for a presença brasileira no comércio e as exportações para África, maior vai ser a necessidade de que haja também uma contrapartida em relação à cooperação internacional para o desenvolvimento. Conceitualmente ela está distinta do comércio, apesar de elas andarem juntas. Se quer aumentar seu comércio com países africanos o Brasil vai ter que, necessariamente, entrar nessa cooperação de desenvolvimento e trazer benefícios para o mercado local. Os países africanos demandam isso”.

ÁFRICA DO SUL Nessa equação, a África do Sul ocupa um lugar de destaque. Integrante dos Brics, bloco de cooperação formado também por Brasil, Rússia, Índia e China, ela se apresenta na posição de “porta de entrada” para os investimentos estrangeiros no continente. “A África do Sul precisa se desenvolver e para isso acontecer ela tem que levar junto a região”, afirma Elton Jony Ribeiro, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**. “Ela se

coloca ao mesmo tempo como um país que pode oferecer à região alguns investimentos necessários – infraestrutura e logística como estradas, portos, aeroportos, energia elétrica etc.”

Alguns entraves básicos se revelaram no estudo do **Ipea** nessa relação internacional. Há poucos voos internacionais ligando África e Brasil e o acesso a comunicações – telefonia e internet – é limitado.

Ribeiro ressalta que “estamos falando de uma região que há duas décadas era tida como terra arrasada. A África do Sul estava saindo de um estado de convulsão interna, fruto do regime de segregação racial, e Angola e Moçambique também. A República Democrática do Congo ainda está com problemas sérios, o Zimbábue igualmente”.

“A África segue crescendo muito”, diz Ribeiro. “É hoje onde os Brics competem acirradamente. Mas países como Nigéria e Angola, que são os que mais crescem além da África do Sul, o fazem com a exploração

5,8%

é o crescimento

do PIB dos países da África Subsaariana em 2012, segundo o FMI

de recursos naturais. Essa demanda vem da China, da Coreia e da Índia. E os investimentos brasileiros se referem basicamente a grandes companhias de recursos naturais, como a Vale e a Petrobras. A África Subsaariana não sofreu tanto com a crise porque esses países continuaram a crescer a despeito dela.”

Os dados confirmam: enquanto alguns Estados europeus vivem sob a ameaça da recessão, o Fundo Monetário Internacional

(FMI) estima que as economias da África Subsaariana fecharão 2012 com um crescimento de 5,8%. Índices reunidos pelo livro *Ponte sobre o Atlântico* mostram que o comércio dos países originais dos Brics com a África aumentou quase dez vezes de 2000 e 2009, passando de US\$ 16 bilhões para US\$ 157 bilhões, enquanto o comércio mundial apenas triplicou no mesmo período. “Ainda que em geral a mídia não dê a divulgação que deveria dar, o mundo empresarial e político não está alheio a isso”, completa Ribeiro.

“A relação Brasil-África não é nova, mas ela passou por várias mudanças. O que vemos é uma nova perspectiva de cooperação internacional”

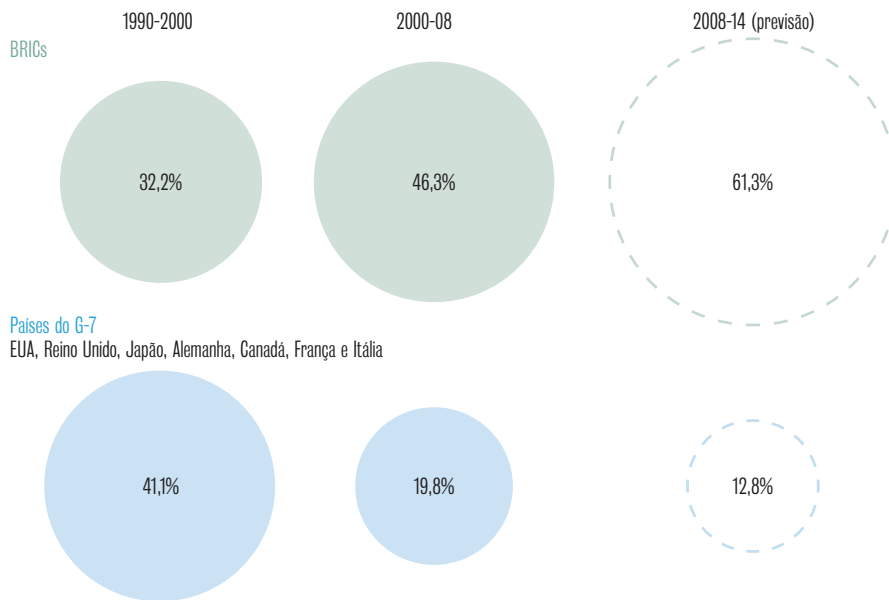
Fernanda Lira Góes,
técnica de planejamento
e pesquisa do **Ipea**

A ÁFRICA NO BRASIL Questionada sobre o potencial dos investimentos da África no Brasil, Fernanda Góes, do **Ipea**, afirma que várias pessoas já apontaram que, agora, é necessário pesquisar isso. Já Schmitz acredita que possibilidade de internacionalização dos países africanos é claramente limitada. “Eles são bastante pobres, e muitos estão na lista de menor desenvolvimento relativo. Apenas oito empresas são internacionalizadas na África do Sul. A situação é muito precária”, conclui. **U**

Os países do BRIC comparados ao G-7.

Os países do BRIC serão responsáveis, em breve, por mais da metade do crescimento mundial...

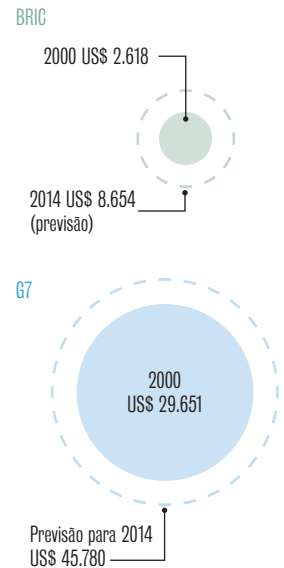
Participação no crescimento do PIB mundial (% com base na paridade do poder de compra em US\$)



Fonte: FMI.

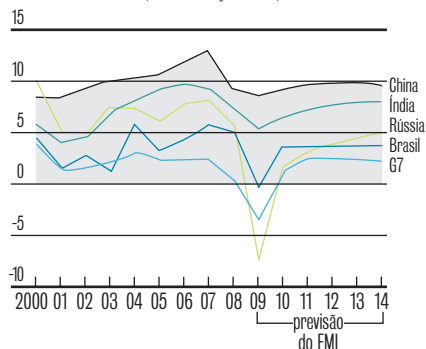
... mas em termos de população permanecerão pobres

PIB per capita (paridade do poder compra em US\$)



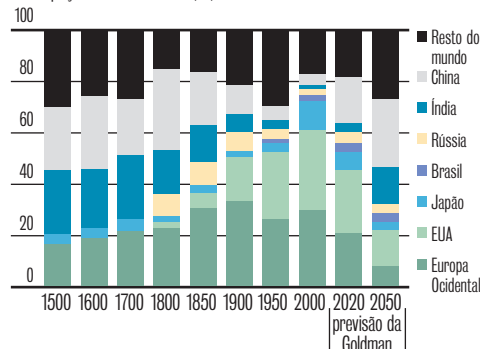
Os BRIC deverão superar as economias desenvolvidas em termos de tamanho antes de 2050...

Crescimento do PIB (% da variação anual)



Fonte: FMI.

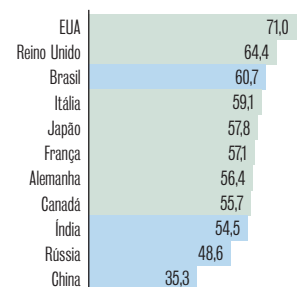
Participação no PIB mundial (%)



Fonte: Goldman Sachs.

... mas o consumo continuará relativamente fraco

Consumo dos domicílios, em 2008 (como do PIB%)



Fonte: ONU.

GRADUANDOS ESCREVEM PARA DESENVOLVIMENTO Entre os dias 16 e 27 de julho, o Ipea recebeu estudantes de graduação de todo o país, selecionados através de chamada pública, para um intercâmbio do Programa de Incentivo às Novas Gerações (Proing). Os jovens vivenciaram o dia a dia da instituição, através da participação em reuniões, debates e visitas a outros órgãos públicos. O programa integra o Sistema de Apoio à Pesquisa (SAP). No final, os estudantes produziram artigos sobre temas relacionados ao desenvolvimento. Os textos foram avaliados por representantes das diretorias do **Ipea** e seis foram selecionados para publicação.

Em edição anterior, publicamos três desses trabalhos. Aqui estão os outros selecionados.

ARTIGO



Adalberto de Salles Lima

Juventudes e periferias urbanas

Na conjuntura atual, a discussão sobre juventude, educação e trabalho tem apontado a necessidade de reflexões acerca das políticas públicas voltadas para inclusão dos jovens e suas condições socioeconômicas. Segundo o último censo do IBGE, em 2010, o número de jovens de 15 a 29 anos chega a 26,91% do total da população.

No contexto da globalização, na qual as disparidades socioeconômicas e a competitividade marcam nossa sociedade, os jovens sentem sérias dificuldades de ingressar no mundo do trabalho. Estas dificuldades estão relacionadas a várias questões, a exemplo da pouca qualificação profissional, discriminação pela etnia, localidade, competitividade do mercado, avanço das tecnologias e a baixa qualidade de ensino nas escolas públicas.

De acordo com alguns autores, a discussão sobre juventude é complexa e plural. Existem várias juventudes e cada uma apresenta uma forma de ver, sentir e conviver no mundo, uma vez que constitui, também, momentos de reflexão, questionamentos e descobertas. Cada jovem representa uma percepção de mundo, nas quais as experiências sociais do grupo que está inserido refletem em contextos e prática sociais que particularizam sua trajetória de vida. A juventude não é um grupo rigidamente definido, perpassa por uma complexidade que vai além de um pensamento simplista, baseada em faixa etária.

A realidade social dos jovens da periferia de Salvador, por exemplo, principalmente os afrodescendentes, expressa os desafios cotidianos na busca de melhores condições de vida. Esses desafios estão relacionados, sobretudo, à inclusão no ensino médio e o ingresso no mundo do trabalho. No Brasil, a discussão sobre juventude, no âmbito do Estado, é recente. Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, além de programas de inclusão, como o Primeiro Emprego e o Jovem Aprendiz.

O jovem negro(a) da periferia, ao refletir sobre sua situação social, evidenciada pela pobreza e poucas oportunidades de emprego, transmite o sentimento da baixa autoestima para suas perspectivas profissionais. Isso implica o descrédito de suas potencialidades na ocupação de postos de trabalho que oferecem poucas condições de mobilidade profissional ascendente, muitas vezes sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração. O trabalho oferece possibilidades de desenvolvimento das habilidades e do potencial artístico e intelectual a esses jovens.

De acordo com o IBGE, no Nordeste, a quantidade de jovens analfabetos ultrapassa os 500 mil. Em termos relativos, a taxa de analfabetismo na Bahia é a maior entre todos os estados brasileiros, com 16,6% da população que não sabe ler nem escrever. Entre os jovens baianos esse índice chega a 3,7%, equivalente a

quase 100 mil pessoas. Para o IBGE, Salvador é a quarta capital brasileira no *ranking* do analfabetismo, com 84.204 pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram à formação básica. Desse total, aproximadamente 5,8 mil jovens afrodescendentes, na faixa etária de 15 a 29 anos, são analfabetos.

Os dados referentes às condições de escolaridade entre os jovens da periferia implicam diretamente as condições de ingresso no mundo de trabalho. Para a juventude oriunda de contextos populares, o trabalho representa o acesso a determinados ambientes, o aumento da autoestima e a garantia dos meios de sobrevivência individual e, muitas vezes, da família. Este constitui uma experiência na vida essencial, ao passo uma vez que o jovem almeja a condição de adulto, pois esta fase da vida está diretamente relacionada a questões como independência financeira, maturidade e liberdade.

Por fim, a discussão sobre juventude, educação e trabalho revela-se extremamente necessária na promoção de políticas sociais de inclusão. O debate acerca dessa temática, além de buscar entender as condições socioeconômicas deste segmento populacional, traz consigo contribuições significativas para o desenvolvimento do país.

Adalberto de Salles Lima é graduando em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Ciências Humanas/Campus V



Economia solidária: para além do trabalho assalariado

A necessidade da geração de postos de trabalho decentes para a população é um desafio social contínuo que compõe a agenda atual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ter um bom trabalho é direito de todos para garantir uma vida digna e uma sociedade mais justa, que promova um cenário de desenvolvimento global. Mas apesar disso, vivemos num mundo altamente competitivo e desigual, com um número expressivo de pessoas desempregadas, em precárias condições de sobrevivência. Diante desta realidade, será que existe possibilidade de geração de trabalho e renda nos dias atuais, além da relação assalariada?

Primeiramente, é preciso compreender o capitalismo como modo de produção predominante no mundo contemporâneo e como um processo que dividiu a sociedade em duas classes fundamentais: a classe dos proprietários dos meios de produção, ou seja, os donos do capital, e a classe dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, o conhecido “trabalhador assalariado”.

Seus princípios são voltados para a “heterogestão”, que se caracteriza pela administração hierárquica, formada por níveis de autoridade bem definidos, na qual as ordens e instruções impõem-se de cima para baixo. Nesse cenário, o contingente dos trabalhadores assalariados sabe muito pouco além do necessário para que cumpram as suas tarefas, as quais tendem a ser repetitivas no ambiente de trabalho.

Entende-se assim, que esta forma de organização prevalecente, resulta em muitas contradições sociais, mas responde ao seu objetivo que é tornar as empresas capitalistas competitivas e lucrativas. Por outro lado, gera


postos de trabalhos assalariado desiguais e exclui uma parcela da população do direito de garantir seu trabalho e renda.

Diferente da relação assalariada, tem-se disseminado nos últimos anos a chamada “economia solidária”, como uma forma de reivindicação social frente às desigualdades do sistema atual, conhecida como um processo de produção que surgiu dentro do capitalismo respaldado em ideais para a organização autogestionária do trabalho. Como exemplo de suas iniciativas, podemos citar as cooperativas, as associações de produtores, os clubes de troca, dentre outros. Trata-se de renunciar à administração hierárquica tradicional e tomar as decisões de forma coletiva entre os trabalhadores. Como uma maneira totalmente oposta da gestão capitalista, na gestão autogestionária as informações são socializadas e as orientações fluem de baixo para cima, vislumbrando uma alternativa à desigualdade e marginalização produzidas pela competição e as relações de subordinação imposta pelo capitalismo. No entanto, a economia solidária, apesar de suas intenções igualitárias, ainda encontra-se timidamente representada no modo econômico atual.

Mas, ao contrário de que muitos possam pensar, por mais utópica que possa ser a temática da economia solidária, ela vem se espalhando em diversos movimentos sociais no mundo, e se inserindo em territórios nacionais em busca de consolidação de alternativas de organização coletiva para a geração de trabalho e renda aos trabalhadores além da relação assalariada.

No Brasil, considerado um dos países que tem maior concentração de riquezas

do mundo, com grande desigualdade social, tem-se se criado várias organizações que atuam no plano de fortalecimento das diversas formas de expressão da economia solidária, como instrumento de desenvolvimento local. Houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), em universidades de todos os estados, que têm contribuído para a pesquisa e germinação da economia solidária no país, dentre diversas outras iniciativas.

Nesse contexto, a economia solidária vem sendo importante como uma possibilidade real para a geração de trabalho e renda a pessoas excluídas do mercado de trabalho assalariado. É importante entender que a economia solidária ainda se encontra numa fase embrionária, mas que já apresenta vários resultados positivos em alguns setores, como na reciclagem, no cooperativismo de crédito e na agricultura familiar. Embora não se trate de um novo modo de produção que almeje substituir o capitalismo, já se coloca, portanto, como um dos caminhos que busca um processo de produção mais igualitário, que valorize o direito ao trabalho digno a todos e amenize a tragédia da fragmentação social. Resta agora, às iniciativas da economia solidária ganharem forças no panorama mundial, além de uma maior atuação do Estado para disseminar seus conceitos e desenvolver um cenário mais inclusivo. 

Camila Amaral Pereira é graduanda em Ciências Econômicas Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



Serviços ambientais: corrigindo falhas de mercado

Agricultura desempenha o papel de prover alimentos e matérias-primas, atendendo uma demanda mundial crescente. Porém, dependendo da forma como é conduzida, é uma atividade agressiva ao meio ambiente, revelando a necessidade de conservação dos recursos naturais aos quais ela está relacionada. Isso porque os ganhos econômicos de curto prazo tendem a deteriorar as bases das vantagens comparativas naturais que o Brasil apresenta em relação à agricultura, uma vez que a biodiversidade e os serviços ambientais são ameaçados pela expansão produtiva e por sistemas de produção não planejados em termos de manejo sustentável.

De um modo geral, o consumo e a produção de bens e serviços criam externalidades ambientais, resultado de ações econômicas de produtores e consumidores sobre o meio ambiente. Estas exercem efeitos sobre outros agentes econômicos e não são incorporadas no sistema de preços. A menos que leis e instituições específicas sejam criadas para abordar as externalidades negativas de uma atividade econômica sobre o meio ambiente, a oferta e a demanda não são capazes de incluí-las na análise de equilíbrio de mercado.

Apesar da necessidade de quantificar os danos ambientais para reverter quadros de degradação e de suboferta de serviços ambientais, assim como para a adoção de medidas conservacionistas, há dificuldade em precificar as externalidades porque não existe um valor monetário para os elementos naturais ligados ao processo produtivo, já que eles não estão envolvidos diretamente

em transações mercantis. Para incorporar os custos dos impactos da atividade agrícola ao meio ambiente os direitos de propriedade para as externalidades devem estar bem definidos. Uma vez definidos esses direitos de propriedade, é possível realizar negociação entre a parte afetada e a geradora de externalidades, de modo que são estabelecidos preços que auxiliam na alocação eficiente de recursos. Dessa maneira, a precificação das externalidades faz com que o meio ambiente deixe de ser um fornecedor de bens e serviços a custo zero, o que auxilia nas decisões econômicas e de preservação.

Nesse cenário, o pagamento por serviços ambientais (PSA) na agricultura emerge como instrumento econômico capaz de solucionar falhas de mercado relacionadas às externalidades. O fundamento é recompensar os produtores que mantêm a qualidade dos serviços ambientais, criando uma estrutura de incentivos que melhore a rentabilidade das atividades de proteção e uso sustentável de recursos. Dessa forma, o PSA baseia-se no princípio do “protetor recebedor”, que tende a ser mais estimulante ao produtor em comparação ao princípio do “poluidor pagador”. A ideia é a de que receber incentivos financeiros para preservar bens naturais pode representar maiores vantagens do que arcar com os custos de reparação de danos posteriormente.

Na agricultura, o PSA mostra-se promissor para lidar com a degradação de bacias hidrográficas decorrente da poluição agrícola. É aplicável em casos em que os beneficiários de melhorias da qualidade da água pagam

os provedores deste serviço, que podem ser proprietários rurais situados a montante da bacia, por exemplo. Tais proprietários devem adotar práticas conservacionistas de cultivo ou preservar áreas florestadas, de modo a manter a qualidade hídrica.

Uma experiência de sucesso no Brasil é o Projeto Conservador das Águas, instituído na cidade mineira de Extrema. Os objetivos incluem conservar o solo, restaurar matas ciliares e reservas legais e adequar o saneamento ambiental em propriedades rurais. Como forma de incentivo à proteção ambiental e manutenção da qualidade de meios de produção, agricultores recebem apoio financeiro e assistência técnica. Assim, o programa visa proteger os recursos hídricos que fornecem água para o sistema Cantareira, que abastece 50% da população de São Paulo.

É importante observar que o PSA deve ser reconhecido em termos de sua capacidade de tornar a preservação um elemento integrante da rotina produtiva, em busca de sistemas de produção agrícola mais sustentáveis. Deve-se considerar que projetos como o do município de Extrema ainda são sujeitos à avaliação de resultados, mas também que propostas como esta representam um meio de internalização de externalidades, trazendo os custos ambientais para a análise de mercado e fazendo com que impactos ambientais deixem de ser arcados por agentes de fora da atividade produtiva. **i**

Julianne Naporano Archipavas é estudante de graduação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – campus Sorocaba – Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade (CGTS).

Agricultura

Alimentos mais baratos



Um projeto realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) mostra que o aproveitamento de resíduos industriais pode contribuir para a produção de alimentos baratos e de qualidade.

A ideia é utilizar resíduos da produção de açúcar, cerveja e suco de maracujá, graças a uma tecnologia chamada extrusão termoplástica. O processo consiste da combinação de calor, umidade e processo mecânico. As matérias-primas são alteradas, adquirindo novas formas, estruturas e características nutricionais.

O projeto envolve parcerias com alunos de doutorado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). De acordo com a Embrapa, a construção de um laboratório está prevista para fevereiro de 2013 em Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro.

Saúde

Cascavel contra o câncer

Uma toxina contida no veneno da cascavel, a crotamina, se mostrou eficaz no tratamento de células cancerígenas durante uma pesquisa realizada pelo Instituto Butantan em São Paulo. O experimento foi feito em camundongos com câncer de pele, aumentando a sobrevida no animal em 70%. A toxina também atrasou o desenvolvimento do tumor e, em alguns casos, chegou a inibir seu crescimento.

A pesquisa, feita desde 2004, constatou que a crotamina não apresenta

os mesmos efeitos colaterais de outras drogas, pois não afeta as células normais. A substância já foi patenteada no Brasil.

Depois dos testes em animais, a substância passará a ser administrada em seres humanos. Antes, porém, os pesquisadores estão trabalhando para obter a crotamina em forma sintética.



P&D

R\$ 3 bilhões para financiamento de inovação e pesquisa

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) repassará R\$ 3 bilhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para que sejam investidos em inovação e pesquisa científica e tecnológica.

A autorização para o repasse foi aprovada em novembro pelo Conselho Monetário Nacional. O órgão reúne os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O conselho também regulamentou a linha de crédito especial de R\$ 20 bilhões para os estados e o Distrito Federal, anunciada em junho e prevista para entrar em vigor somente agora, após as eleições municipais.

No início de julho, o CMN detalhou a repartição dos R\$ 20 bilhões entre as unidades

da Federação. Os recursos foram distribuídos da seguinte forma: 40% segundo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), 40% conforme a população e 20% divididos igualmente.

Uma exigência é que os bancos federais não possam repassar os montantes a outras instituições financeiras. Além disso, deverão assumir a responsabilidade pelo risco das operações, caso alguma unidade da Federação não pague os empréstimos. O monitoramento das operações de crédito também caberá a essas instituições financeiras.



Estudantes vencem Prêmio Mercosul

Das quatro categorias especiais do Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia de 2012, duas saíram para estudantes brasileiros. Em uma terceira, foi premiado um grupo com participação de cientistas brasileiros. A temática desta edição foi inovação tecnológica na saúde.

Na categoria Estudante Universitário, o vencedor foi Ivan Lavander Cândido Ferreira, 21 anos, que cursa ciências biológicas na Universidade de São Paulo (USP). Já o prêmio Jovem Pesquisador ficou com Rafael Polidoro Alves Barbosa, 27 anos, doutorando em bioquímica e imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ferreira foi premiado por um estudo do uso de substâncias do veneno da aranha *Nephilengys cruentata* no desenvolvimento de fármacos antimicrobianos. Barbosa, por sua vez, foi escolhido por seu trabalho sobre o uso de vacinação com vírus influenza e adenovírus como resposta imunológica e proteção contra a doença de Chagas.

A categoria Integração, dada a cientistas seniores que desenvolvem trabalhos em grupo, ficou com três argentinos e dois brasileiros, que produziram formulações sólidas e líquidas de Benznidazol para combater o Mal de Chagas.

O prêmio foi criado em 1998 com objetivo de promover a cooperação técnica e científica em temas de interesse do Mercosul e dos países a ele associados. Possui respaldo das agências de cada país, sob coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Brasileiros em universidades dos EUA

Segundo o relatório Open Doors, divulgado em novembro deste ano, o Brasil ocupa o 14º lugar entre os países com alunos em universidades norte-americanas. Ainda de acordo com o estudo, publicado pelo Institute of International Education (IIE) com o apoio do Bureau of Educational and Cultural Affairs do Departamento de Estado dos EUA, o número de estrangeiros em universidades daquele país aumentou 6% entre 2011 e 2012, atingindo um recorde de 764.495 alunos.

Entre os primeiros países, estão a China, com 25%, seguida por Índia, Coreia do Sul e Arábia Saudita. O Brasil enviou 9.029 estudantes – ou 1,18% do total.

Segundo o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, tem havido um esforço conjunto entre norte-americanos e brasileiros para aumentar o número de estudantes do Brasil em universidades norte-americanas por intermédio do Programa Ciência sem Fronteiras.

A proposta do governo brasileiro é de enviar 100 mil pesquisadores, em quatro anos, para diversos países, sendo 20 mil só para os Estados Unidos.



Brasil e Alemanha anunciam parceria



Brasil e Alemanha planejam a criação de um centro de bioinovação, para promover o desenvolvimento de novos produtos e processos relacionados à economia verde (bioeconomia). Esse é um dos principais objetivos do Encontro da Parceria Germano-Brasileira no Caminho para o Centro de Bioinovação, realizado nos dias 26 e 27 de novembro. O evento foi promovido pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e teve apoio do Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha

(BMBF), do MCTI, do Cluster Industrielle Biotechnologie (Clib) e do Centro Alemão de Ciência e Inovação de São Paulo (DWIH-SP). Durante os trabalhos, foi definida uma pauta comum de projetos que tratam do aperfeiçoamento da produção, do processamento e da transformação da biomassa, bem como os impactos socioeconômicos decorrentes disso. O principal objetivo é promover iniciativas para obtenção de energias renováveis de forma mais eficiente. Todas as propostas resultantes do evento serão consolidadas em documento técnico, contendo a identificação de mecanismos de financiamento. O edital para possíveis financiamentos já está aberto e eventuais propostas podem ser submetidas até fevereiro de 2013.

Alianza del Pacífico

México, Colômbia, Chile e Peru preparam acordo

México, Colômbia, Chile e Peru esperam concluir até o primeiro trimestre de 2013 um acordo para melhorar o acesso recíproco a seus mercados, aprofundando a já existente “Alianza del Pacífico”.



Dreamstime

Em comunicado divulgado na Cúpula Ibero-americana, realizada em novembro, os países informam que o plano de comércio e integração visa ao livre trânsito de bens, a começar com a eliminação de 90% das tarifas de importação entre eles, a partir do momento em que o acordo entrar em vigor.

A Alianza del Pacífico, bloco comercial formado pelos quatro países em 2011, tem como objetivo aprofundar a livre circulação de serviços, capitais e pessoas, além de melhorar a cooperação visando a outros mercados. O bloco busca a integração latino-americana como um contrapeso ao Mercosul.

Argentina

Plantio de soja bate recorde

A área com plantio de soja na Argentina deve alcançar a marca recorde de 19,36 milhões de hectares na temporada 2012-2013. O número representa um aumento de 3,69% em relação à safra anterior, quando foram cultivados 18,67 milhões de hectares.

A estimativa foi divulgada pelo Ministério da Agricultura da Argentina em novembro

Cuba

Ampliação da economia privada

O governo cubano anunciou que continuará ampliando o “setor não estatal” da economia, com a concessão de restaurantes e cafeterias a seus funcionários.

A nova medida vigora desde 1º de dezembro e será implementada, primeiramente, em três províncias do país para, em seguida, atingir todo o território nacional.

De acordo com o jornal *Granma*, caso os funcionários não queiram assumir a função de “proprietários”, poderão “optar por atuar como trabalhadores contratados nesses centros gastronômicos”.

Segundo a vice-ministra do Comércio Interior, Ada Chávez Oviedo, “a nova forma de gestão não significa o abandono dos direitos do Estado sobre a propriedade dos imóveis concedidos, mas mantém os princípios gerais para os modelos em atividade em poder do Estado socialista”.

A vice-ministra declarou também que o novo sistema de restaurantes será “uma fonte alternativa de trabalho” e que “tem como objetivo estimular a qualidade dos serviços no setor”.

América Latina

Crescimento econômico

As economias da América Latina vão desacelerar este ano para 3,2% e, em 2013, devem ter crescimento de 4%, informa o relatório elaborado conjuntamente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), por ocasião da 22ª Cúpula Ibero-americana, realizada em novembro.

O relatório alerta para uma queda, a curto prazo, dos preços das matérias-primas, o que afetaria vários exportadores latino-americanos, mas destaca o bom desempenho macroeconômico da região e a gestão prudente das economias nos últimos anos, que permitiram ao continente construir uma “posição sólida”.

A arrecadação tributária “continua sendo excessivamente baixa”, assinala o relatório, ao lembrar que passou de 14% a 19,4% de 1990 a 2010, mas segue longe dos 34 %, média dos países da OCDE.

Consta ainda no documento que, apesar do contínuo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, as perspectivas econômicas da região “estão submissas à incerteza e à volatilidade no contexto externo”.



Dreamstime



Dreamstime

Até o momento, apenas 22% dos campos destinados ao plantio da soja foram cultivados, segundo a Bolsa de Cereais de Buenos Aires. O grande volume de chuvas atribuído ao fenômeno El Niño nos dois últimos meses inundou muitas áreas agrícolas, atrasando os trabalhos de plantio.

Desemprego deve manter tendência de queda

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) informaram que a taxa de desemprego manterá sua tendência de queda e terminará 2012 com uma variação de 6,4% – ante os 6,7% apresentados no ano passado. Esses dados estão disponíveis em um novo número da publicação desses organismos: *Conjuntura do mercado de trabalho da América Latina e do Caribe*.

O documento destaca alguns tópicos: 1. Aumento da taxa de ocupação de 0,5 ponto percentual, no primeiro semestre de 2012, para 56%; 2. Melhoria na qualidade

do emprego, graças a uma expansão de 3% da ocupação formal coberta pela seguridade social; e 3. Aumento dos salários reais de 3% no mesmo período.

Ainda que as perspectivas regionais sejam positivas, a Cepal e a OIT advertem que os países da região terão um desempenho heterogêneo. Em um grupo de países, deve haver uma desaceleração tanto na geração do emprego em geral como no emprego formal, enquanto que, em outro, será observado maior dinamismo graças a um crescimento econômico baseado em um aumento relativamente elevado do investimento (caso de Chile, Equador e Panamá) ou das exportações

(como na Costa Rica, no México e na Nicarágua).

Ainda segundo o estudo, os jovens sofreram o impacto da crise financeira internacional de forma similar à dos adultos, mas com o agravante de terem partido de uma situação inicial desfavorável, de maior desemprego e maior precariedade de trabalho. Antes da crise de 2008-2009, a taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos era de 2,3 a 5,5 vezes maior que a taxa dos adultos com 25 anos ou mais.



Dreamstime

Venezuela

Produtos venezuelanos adotarão normas do Mercosul

Nos primeiros meses de 2013, a Venezuela começará a adotar em seus produtos a nomenclatura e normas do Mercosul. O objetivo é que o país possa incluir quanto antes seus produtos na Tarifa Externa Comum (TEC).

A integração da Venezuela ao bloco foi oficializada em 31 de julho de 2012. A previsão de prazo para a adequação da nomenclatura e normas é de até quatro anos.

O Mercosul é formado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Paraguai – que está suspenso até abril de 2013. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia estão na condição de países associados.



Dreamstime

Cuba

Exportações do Brasil chegam a R\$ 1,1 bilhão

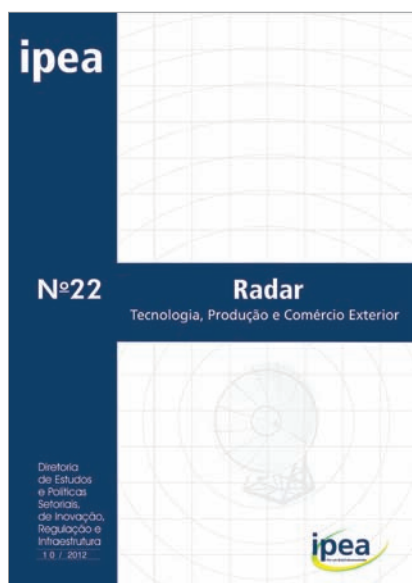
Durante nove meses, entre 2011 e 2012, as exportações brasileiras para Cuba somaram US\$ 550 milhões (R\$ 1,1 bilhão), de acordo com o embaixador do Brasil em Havana, José Felício. Ainda segundo o diplomata, o comércio em geral entre os dois países aumentou nos últimos nove meses: as importações de produtos cubanos para o Brasil chegaram a US\$ 91 milhões (R\$ 184,7 milhões), número 25% maior que no mesmo período do ano anterior. Quanto às exportações, dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) mostram que, de janeiro a setembro de 2012, as vendas brasileiras para o mercado cubano totalizaram US\$ 411,6 milhões (R\$ 852,26), um aumento de 4% em relação ao mesmo período de 2011. O Brasil é o quarto parceiro comercial de Cuba, atrás

da Venezuela, da China e da Espanha. Segundo a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), os produtos que lideraram a exportação para o país caribenho em 2011 foram: produtos metalúrgicos, móveis, carne de frango, carne de boi, arroz, milho, café, soja e seus subprodutos (farelo e óleo).

O PIB cubano cresceu 3,1% em 2012, meta ligeiramente abaixo do esperado pelas autoridades. No entanto, o percentual situa-se dentro da média continental. O motivo principal foi o baixo desempenho da construção civil. Em 2013, as expectativas situam-se em torno de 3,7%.



Dreamstime



LEILÕES DE PETRÓLEO, ENERGIA E REAJUSTES TARIFÁRIOS

A edição 22 do Boletim Radar *Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, do Ipea, traça um panorama da regulação econômica e aborda diversos temas, como energia e reajustes tarifários, além de leilões de petróleo.

No Boletim, a regulação econômica é tratada sob a perspectiva de uma engenharia social que altera decisões individuais – por meio de incentivos, divulgação de informação e desenhos de alternativas – e, com isso, o resultado da interação em sociedade.

De acordo com a coordenadora de Regulação do Instituto, Lucia Helena Salgado, o principal objetivo dessa edição do boletim é “levar ao público geral, de uma maneira rápida e simples, os trabalhos desenvolvidos sobre o tema”.

Outro assunto abordado é a regulação da propriedade intelectual, analisando o fenômeno da litigância predatória no

Brasil, isto é, o uso de ações judiciais em defesa da propriedade intelectual com o objetivo de prejudicar um concorrente ou excluí-lo do mercado. Outros autores discutem ainda a demanda residencial por energia elétrica no Brasil; o desenho institucional do Poder Judiciário e a formulação de políticas públicas para o acesso à Justiça e os custos das ações para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) no Brasil.

O boletim traz também um trabalho sobre o uso de metodologias para pesquisas de satisfação de usuários e analisa o Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (ProPass-Brasil), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A publicação, lançada em novembro, está disponível no endereço www.ipea.gov.br.

POPULAÇÃO BRASILEIRA CHEGARÁ A 208 MILHÕES EM 2030

Uma estimativa feita pelo Ipea indica que a população brasileira vai chegar a 208 milhões em 2030. O cálculo, divulgado no *Comunicado do Ipea 157: Tendências Demográficas demonstradas pela Pnad 2011*, foi elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, o Brasil atingirá a maior população em 2030, período em que a força de trabalho deve chegar a 156 milhões de pessoas. Atualmente, os brasileiros somam 190 milhões.

Nos anos seguintes, é esperada uma queda progressiva do número de brasileiros, que deverão somar 205,6 milhões em 2040. Neste ano, 152 milhões serão trabalhadores.

Para a pesquisadora Ana Amélia Camarano, o resultado reflete o envelhecimento da população e a taxa de fecundidade nas últimas décadas, que começou a cair nos anos 1990. Em 1950, a taxa era de 6,2 filhos. Atualmente, o número de filhos por mulher é 1,7.

O Comunicado está disponível no site www.ipea.gov.br





DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI

O Ipea lançou em novembro o livro *Defesa Nacional para o Século 21*, produzido em conjunto com pesquisadores de universidades fluminenses e militares do Exército. A publicação é uma coletânea de ensaios produzidos por especialistas de diferentes formações e instituições, reunidos em duas partes: segurança e política internacional e estratégia e tecnologia na defesa e na segurança internacional.

O objetivo é oferecer uma contribuição ao estudo e à formulação das políticas de defesa nacionais do Brasil no século XXI, abordando temas ligados à política internacional, à estratégia e à tecnologia militar.

O livro traz trabalhos de especialistas de diversas origens institucionais, formações profissionais e filiações teóricas, que têm em comum o compromisso com o fortalecimento de um pensamento brasileiro em defesa,

assentado no pluralismo de perspectivas e na participação democrática da sociedade.

Com 11 capítulos, a publicação traz assuntos como segurança internacional na década de 1990; política de defesa e segurança no Brasil no século XXI; terrorismo; gastos militares no combate ao terrorismo; o poder militar brasileiro como instrumento de política externa; estratégia e tecnologia na defesa e na segurança internacional; guerra na era digital e funções tecnológicas de combate em guerras do passado.

Essa diversidade temática, na avaliação de Wellington Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, “constitui em si uma informação relevante, revela-nos a complexidade que os novos tempos imprimem à defesa nacional e fortalece a iniciativa do Ipea em tratar desse tema”.

ESTUDO SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA E CHINESA

O Ipea divulgou em novembro o relatório *Estudo comparado sobre a juventude brasileira e chinesa – Dados preliminares do Brasil*, fruto de uma parceria do Instituto com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o China Youth and Children Research Center (CYCRC, Centro de Pesquisa em Infância e Juventude da China) e a China Youth and Children Research Association (Cycra, Associação de Pesquisa em Infância e Juventude da China).

O estudo analisa semelhanças e diferenças entre a juventude dos dois países a fim de auxiliar em políticas que contribuam para uma melhor compreensão do outro,

redimindo conflitos decorrentes da falta de conhecimento na China e no Brasil.

O documento revela, por exemplo, que dois terços do total de jovens brasileiros (64,6%) consultados têm pelo menos um dos pais que chegaram ao Ensino Superior. Além disso, 12,3% dos pais de universitários têm pós-graduação e, entre as mães, o percentual é de 15,4%. No quesito integração e cooperação entre povos chineses e brasileiros, predominam respostas positivas.

A pesquisa foi desenvolvida em Pequim, Xangai, Brasília e São Paulo, com jovens universitários entre 18 e 24 anos. Foram escolhidas três instituições de Ensino Superior com características distintas nessas cidades.



humanizando o DESENVOLVIMENTO



Humanizando o Desenvolvimento IPC Photo/Lawrence Liang

EDUCAÇÃO PARA TODOS – Aulas de ballet na escola Doce Começo. Fotografia tirada no Brasil. Enviada por Arthur Calasans

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalançar as imagens

frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e suas histó-

rias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>

